

PENSAMENTO BRASILEIRO

Uma revoada de idéias



Ensaaios - 3

Organizado por Araken Hipolito da Costa

Ensaio

(3)

PENSAMENTO BRASILEIRO

Uma revoada de idéias

Organização Araken Hipolito da Costa

Editora Revista Aeronáutica
Rio de Janeiro
2011

Ilustração e Capa

Araken Hipólito da Costa

Coordenação Editorial

Araken Hipólito da Costa

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Digitação

Luciene Ribeiro

Impressão

Gráfica Stamppla

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

P418

Pensamento Brasileiro: uma revoada de idéias. Organizado por Araken Hipólito da Costa. Rio de Janeiro: Editora Revista Aeronáutica, 2011. (série ensaios; 3). 198p.

1 Filosofia Política – Ensaios. I. Título. II. Série.

CDU 130.2(81)

GRUPO DE ESTUDOS

Criado pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica, em agosto de 2006, o Grupo de Estudos nasceu com três objetivos:

- Estudar temas do interesse Nacional da Família Aeronáutica e do Pensamento Brasileiro, a fim de fundamentar o ideário do Clube de Aeronáutica;

- Proporcionar aos associados do Clube de Aeronáutica e aos membros de diversos segmentos da sociedade do país um aprofundamento contínuo na área do Conhecimento, para aproveitar a experiência e o saber acumulados ao longo da vida; e

- Divulgar o ideário do Clube de Aeronáutica à sociedade, com a finalidade de tornar público o pensamento elaborado, como resultado do estudo dirigido, contribuindo para a integração e o desenvolvimento da Nação Brasileira.

Ao longo do tempo pelo qual tem desenvolvido seus trabalhos, contam-se as seguintes realizações, em dinâmica sequencial permanente: Cursos; Viagens de estudos; Seminários; Palestras; Ensaio; e Participações na Revista Aeronáutica.

O Grupo é formado por dezessete pesquisadores da Sociedade Brasileira:

1. Francisco Martins de Souza - Prof. Dr.;
2. Araken Hipólito da Costa - Cel Av;
3. João Ricardo Moderno – Pres. da Academia Brasileira de Filosofia;

4. Pedro Ivo Seixas – Ten Brig Ar;
5. Tarso Magnus da Cunha Frota – Brig Ar;
6. Frederico José Bergamo de Andrade - Cel Art Ex;
7. João Victorino – Jornalista;
8. Joselauro Justa de A. Simões – Cel Inf Ex;
9. Fernando Bicudo – Pres. do Ópera Brasil;
10. Jesse Ribeiro da Silva - T Cel –CD;
11. Haroldo Belém - CMG/IM;
12. Paulo de Paula Mesiano - CMG AvN;
13. Antônio Carlos Gomes Siqueira - Pres. DEMOPART;
14. Carlos de Almeida Baptista – Ten Brig Ar, Pres. do Clube de Aeronáutica;
15. Paulo Raimundo Pereira Santos – Jornalista;
16. Luís Mauro Ferreira Gomes – Cel Av;
17. Diolásia de Lima Cheriegate

DEDICATÓRIA

Aos pesquisadores do Grupo de Estudo que desenvolveram ações direcionadas ao Pensamento Brasileiro em prol da nossa brasilidade.

Ao Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, presidente do Clube de Aeronáutica, pelo estímulo aos estudos e reforma do auditório tornando-o acolhedor aos trabalhos do grupo e ao Curso do Pensamento Brasileiro.



Clube de Aeronáutica
Departamento Cultural

2006 - GRUPO DE ESTUDO DO PENSAMENTO BRASILEIRO - 2011



1 - Francisco Martins
Vice-Pres ABF

2 - Cel Araken
Dir. Departamento Cultural

3 - João Ricardo Modero
Pres. ABF



4 - Ten Brig Seixas

5 - Brig Cunha Frota

6 - Cel Art Bergamo

7 - João Victorino
Jornalista



8 - Cel Inf Simões

9 - Fernando Bicudo
Dir. Artístico OSB

10 - Cel Jesse

11 - CMG Haroldo Belém

12 - CMG Mesiano



13 - Siqueira

14 - Ten Brig Baptista

15 - Paulo Pereira

16 - Cel Luis Mauro

17 - Sra Diolásia

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Apresentação | 11 |
| A Problemática Autoritária e a Sociedade na Atualidade Brasileira | 13 |
| Unidade da Federação Brasileira e o Conceito de Soberania | 21 |
| Curso do Pensamento Brasileiro no Ministério da Defesa | 25 |
| Castelo e o Pensamento | 33 |
| Afonso e o Pensamento Castrense | 39 |
| A Ameaça Televisiva | 51 |
| A Cultura Popular e o Caráter Nacional | 57 |
| Alta Traição | 63 |
| A Notícia na Mira dos Políticos | 67 |
| Comunicação: a guerra surda das palavras | 73 |
| A Amazônia é um Patrimônio do Brasil | 77 |
| O Nordeste e o Cangaço | 89 |
| A Cultura Brasileira | 97 |
| Comara, 50 anos vencendo desafios e integrando o Brasil | 105 |
| A Amazônia Azul O mar que nos pertence..... | 117 |
| Filosofia VI | 135 |
| Pensamento Econômico no Brasil | 139 |
| Quem tem medo da Filosofia Brasileira | 151 |
| A Filosofia Brasileira | 157 |
| Realizações do Departamento Cultural | 161 |

APRESENTAÇÃO

Este Ensaio Nº 3 representa cinco anos de convivência fraterna e debates esclarecedores no nosso Grupo de Estudos do Clube de Aeronáutica, gerando diversas ações enriquecedoras sobre o Pensamento Brasileiro.

Os dois ensaios antecedentes que trata de Filosofia Política e do Culturalismo, coube a elaboração ao nosso membro e mentor, o querido Professor Francisco Martins de Souza, que nos resgatou a Escola de Recife e transportou até o grupo de Miguel Reale, introduzindo-nos ao conteúdo filosófico do Pensamento Brasileiro.

Deste modo, o Grupo de Estudos pautou seus trabalhos buscando entender a essência do Ser brasileiro e os fundamentos de nossa nação.

Fruto do entusiasmo, amor à Pátria e dedicação, o Grupo de Estudos produziu inúmeros trabalhos como seminários, cursos, palestras, viagem de estudo, artigos para a Revista Aeronáutica, etc.

Uma revoada de ideias traduz os objetivos para compor este ensaio, com artigos de membros do Grupo e professores do Curso, trazendo conteúdos relevantes e benfazejos ao espírito cordial do homem brasileiro e em brado venturoso à nossa brasilidade.

Araken Hipolito da Costa

Cel Aviador -Diretor do Departamento Cultural

Rio, novembro de 2011

A PROBLEMÁTICA AUTORITÁRIA E SOCIEDADE NA ATUALIDADE BRASILEIRA

ROTEIRO

Francisco Martins de Souza

1. O autoritarismo no Brasil instala-se precisamente com o regime republicano. Nos fundamentos, é a prática autoritária que se caracteriza no presidencialismo da República Velha e o desdobramento desta consequência é a teorização plena por intelectuais que vivenciaram, esta primeira República, para dilatar e reafirmar os desígnios do pensamento autoritário republicano.

2. As questões suscitadas para tal iniciativa partem em primeiro lugar da necessidade de afirmação rápida da jovem nação no contexto da Civilização Ocidental, com as contribuições sócio-econômicas e culturais e suas deficiências no âmbito de tal proposta.

3. Do modelo importado do Republicanismo Liberal bem como do positivismo (Carta Constitucional de 1891 e influência dos positivistas) resultou o rompimento com o modelo que se aperfeiçoava da tradição monárquica parlamentar. A falta de uma filosofia ou ideologia acabada imprime rumo diverso da tradição, tornando o novo regime político vítima da improvisação empírica e dos abalos catastróficos das revoluções. bem

como da especulação internacional. O “deixar passar” do liberalismo sem desenvolvimento estava gerando a competição diante das formas mal definidas da economia e acelerando o empobrecimento social.

4. Surge o primeiro teórico para compor uma nova ordem nos princípios caóticos do liberalismo republicano. É Alberto Torres (1866-1917), que busca, através de uma proposta revisionista da Constituição de 91, reformular a direção política e transpor para o plano da teoria a prática desorganizada da experiência dos primeiros republicanos. Início das idéias nacionalistas, reorganização da economia e da política como pressuposto para reorganização nacional.

5. O ideário de Alberto Torres desencadeia os sentimentos nacionalistas que se manifestam no tenentismo e na Semana de Arte de 1922 em São Paulo. O sentido expresso pelos modernistas aponta para a captação da realidade brasileira, seja pela via analítica seja pela sintética. O esquema modernista traz de forma embrionária solução no sentido ideológico dos modos de formação do conhecimento da realidade nacional. O intelectual de maior destaque no contexto modernista da Semana de Arte quanto à produção de idéias políticas foi, sem dúvida, Plínio Salgado (1895-1975), que se tornou o ideólogo de uma nova vertente autoritária do Pensamento Político Brasileiro – o Integralismo – com vistas a solucionar o grande problema da integração cultural e sua projeção para o futuro.

6. Na esteira da modernização e de seu instrumento principal, o autoritarismo, surge outro ideólogo

formado na prática do jornalismo e com formação sociológica - Azevedo Amaral (1881-1942), que desenvolve de modo bastante claro o conceito que estava sendo posto como solução para resolver o impasse liberalismo-comunismo, que é o Corporativismo. A solução para o enfraquecimento do liberalismo, de um lado, e a prepotência totalitária comunista, de outro, seria dada no ponto intermediário com o Estado autoritário-econômico, sendo que a economia organizada sob a influência estatal seguiria a teorização corporativista. Azevedo Amaral torna-se um dos maiores ideólogos de grande importância para implantação do Estado modernizador e que viveu parte da experiência do Estado Novo.

7. Para mudança da estrutura sócio-político-econômica seria necessária a reformulação nos métodos de ensino já arcaizados. Francisco Campos (1887-1968) desenvolve a ideologia do Estado Nacional condutor. A modernização seria acelerada a partir da Reforma do Ensino em todos os níveis, implantação da Universidade, modernização da infra-estrutura das Escolas Industriais (o ensino industrial seria o primeiro dever do Estado para com os jovens de menor posse); Constituição orgânica para implantação da democracia orgânica pelo instrumento do Estado autoritário; Economia corporativa e todas as demais reformas consubstanciadas no corpo da Carta de 37 da qual foi autor.

8. A organização do Trabalho e do Capital para a nova ordem, quanto à parte técnica, é obra do teórico Oliveira Viana (1883-1951), que reitera o papel do

Estado condutor da sociedade ao verdadeiro esclarecimento como termo da passagem à democracia autêntica, onde os direitos e deveres serão assumidos de forma plena. Teoriza para o Corporativismo grupalista, prepara o Estado do instrumental jurídico necessário à implantação dos grandes conglomerados econômicos e de assistência social (os Institutos), todos de formação corporativa. A legislação do Trabalho, as Juntas de Conciliação, as Confederações de Indústrias e os Sindicatos são frutos da organização a que estes pensadores sociais se dedicaram e que se encontram em plena vigência. As idéias desenvolvidas por Oliveira Viana seguem o método utilizado por todos os ideólogos de sua geração, que é a compreensão da totalidade dos problemas mais prementes da realidade brasileira.

9. O autoritarismo na atualidade desenvolve novos conceitos, principalmente os que emanam da Doutrina da E.S.G., no sentido de capitalizar o que foi aproveitado dos pensadores precedentes, bem como verificar os modos de assegurar e desenvolver os benefícios sociais e econômicos já conquistados. Os conceitos são os de Segurança e Desenvolvimento.

10. Como vimos a partir desta exposição parcelada do autoritarismo brasileiro, que se nutriu de diversas vertentes promanadas dos ideólogos que se alçaram do seio da própria sociedade civil, e que se tornaram expoentes no pensamento político brasileiro, não tinham sido ainda devidamente reconhecidas suas influências na condução da prática política. Os ideólogos nunca foram devidamente citados pelos autores políticos; só

recentemente, por iniciativa da Universidade de Brasília e da Câmara dos Deputados, parte significativa do conjunto das idéias do Pensamento Político Republicano foi devidamente avaliada e publicada, estando ao alcance de todos os interessados em pesquisas.

11. Diante da posição que tomaram esses intelectuais, ou seja, a orientação para o autoritarismo modernizador, perguntamos se deve o Estado ser posto como responsável por todo equilíbrio ou desequilíbrio social e econômico. Lançamos uma hipótese que pode ser reformulada conforme o debate a que tal idéia se expõe. A hipótese baseia-se nos fatos de nossa história política recente para não ir além do período republicano. E a de que a sociedade, por enquanto, mira-se não em si própria mas nas iniciativas do Estado e, enquanto assim fizer, não está preparada para assumir seu papel pleno, sem interferência do Estado. O Estado democrático liberal caracteriza-se pelo Estado mínimo e o que vemos é a sociedade exigir mais amparo da parte de um Estado que cada vez mais se tornará forte pelo próprio exercício do poder científico tecnológico e econômico que desenvolve.

12. Concluindo este roteiro, poderia apenas fazer pequena proposta para uma reflexão sobre a saída do autoritarismo. A saída não será através de mudança de partidos no poder ou de políticos com fórmulas mágicas, pois o Estado não está alicerçado em Partidos de última hora e muito menos em vontades individuais transitórias. O alicerce do Estado é sua própria história política que está por sua vez embasada em doutrina

que já deu frutos e cada vez mais a sociedade cobra de sua eficiência. Quando uma parte conquistada, a exemplo dos Institutos de Previdência, não funciona a contento, a organização dessa parte deve ser repensada. Deveriam os Institutos retomar a sua ordem inicial conforme os interesses dos associados, por classes? Lembrar que os Institutos foram organizados para a defesa dos interesses comuns tanto na Previdência como na produção e economia, conforme doutrina de Oliveira Viana.

A saída então só será possível quando a sociedade estiver suficientemente amadurecida para assumir o seu papel, deixando ao Estado apenas a regência das leis, o Estado mínimo, e isto talvez seja possível no próximo milênio. Autoritária é a ideologia de todo o ordenamento do Estado e sua função, que é a burocracia. Desmontar este arcabouço é tarefa para novos ideólogos ou filósofos que consigam ir além e com instrumental de idéias superiores às dos ideólogos das décadas de 20 e 30 que estão sendo revisitados. Não é tarefa para políticos do imediatismo partidário, estes navegam no fluxo autoritário e não têm muita importância no processo. Só uma grande reformulação no plano das idéias políticas poderá fazer surgir uma Nova Ordem com base nos novos princípios.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

Azevedo Amaral – *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* – Introdução de Bolivar Lamounier, Câmara dos Deputados, vol. 11, 1981.

Francisco Campos – *O Estado Nacional e Outros Ensaios* – Introdução de Francisco Martins de Souza, Câmara dos Deputados, vol. 20, 1983.

Oliveira Viana – *Populações Meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras* – Introdução de Antônio Paim, Câmara dos Deputados, vol. 14, 1982.

Problemas de Direito Corporativo – Introdução de Alberto Venâncio Filho, Câmara dos Deputados, vol. 16, 1983.

(Conferência realizada, em 06.11.1984. no Seminário do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais no Colégio Sagrado Coração de Jesus, na Rua Ferreira de Almeida, 42, no Alto da Boa Vista.)

Unidade da Federação Brasileira e o Conceito de Soberania

Francisco Martins de Souza

1 - O problema da Unidade da nação brasileira permanece, ao longo de sua formação histórica, ou seja, desde o modo de pensar as fronteiras, frente à organização ou confronto com os povos de origem castelhana.

2 - No princípio a atuação política da Monarquia portuguesa delimitou os precários limites do que seria a sua ambição de criar, em novo solo, uma nova civilização.

3 Com as fronteiras mais ou menos estabelecidas, com as incursões de expansão do sistema econômico, Entradas e Bandeiras, cria-se a necessidade de garantir a porção de terra conquistada.

4 Foi necessária a criação de fortificações no litoral e no interlande, afastando a possibilidade de intervenção das populações vizinhas na quebra da Unidade territorial que se formava.

5 Formava-se a América Portuguesa em confronto com a América Castelhana. A consciência histórica de sua existência como Monarquia distinta do restante da Espanha dava a Portugal a experiência suficiente para construir no novo solo uma Unidade política que teria o caráter da permanência.

6 Povoado e desenvolvido o novo sistema de uma

política ancorada na tradição, fixava-se nos trópicos algo diferenciado da velha Europa, que continha uma população pulverizada, e o que aqui se procurava era exatamente o contrário, ou seja, a unificação dos povos que viessem a se estabelecer.

7 Guerras vieram para contradizer o projeto português, e também com o desenrolar da História, movimentos internos, mas a decisão política forte manteve a Unidade territorial e lingüística bem como o modo de ser do brasileiro, adaptado ao trópico.

8 Com a emancipação política, a vontade portuguesa permaneceu com a continuidade da Monarquia e a Unidade política com um Estado Unitário Centralizado.

9 Com a implantação do regime republicano, a organização federativa manteve o laço conforme os fundamentos para manutenção da Unidade contendo a pluralidade.

10 Com os grandes movimentos de idéias do primeiro quartel do século XX, tornou-se necessário dar mais garantias à Unidade federativa e aparece o Conceito de Integração.

11 Para selar e aprofundar o conceito, é posto na Carta Constitucional, de 10 de novembro de 1937, o Artigo 122, que estabelece a Pena de morte para aqueles que atentarem contra a integridade da Pátria.

12 Da Constituição de 12 de setembro de 1946 em diante é abolida a pena de morte em seu artigo 141, § 31. Então, para os casos prescritos na Constituição de 1937 seria necessário, a fim de garantir a Unidade como

questão moral fundamental, fazer uma interpretação de tal necessidade.

13 No Livro *"Do Regimento Democrático"*, de João Arruda, publicado em 1927, a questão da Soberania é conceituada de acordo com a Democracia Moderna, seguindo seu natural desenvolvimento histórico ao dizer: *"para Aristóteles, o caráter próprio do Estado, o que o distingue dos demais grupos humanos é a autarquia"*.

14 Prossequindo, diz João Arruda: *"não havia, no tempo do Estagirita, a noção de Soberania, mas a de suficiência do Estado, que não dependia de outros para sua existência"*.

15 O Estado, ou seja, todo aparato político de condução da sociedade, definia-se como Soberania e, esta, encarnava-se na pessoa do soberano, titular de direito hereditário. *"O Estado sou eu"*, dizia Luiz XIV.

16 A Soberania vai, ao longo da História, tomando outras definições conforme o aperfeiçoamento do aparato político na sociedade. Já com os regimes constitucionais modernos, o conceito vai ser estendido ao se colocar a questão Soberania e Autoridade, entre poder e chefia do Estado. Daí a máxima *Vox populi, Vox Dei*, onde entende-se que povo que constitui a nação é detentora da Soberania.

17 Como nas Democracias o poder do povo é delegado a seus representantes, a garantia desta prerrogativa é assumida pelos detentores do poder e, para tanto, necessário se faz a exigência maior de tal garantia por meio do sistema de defesa.

18 A delegação deve ser exercida por um tempo mínimo para que seja avaliado o desempenho dos detentores de tal prerrogativa.

19 No liberalismo democrático é substituída a questão da Soberania popular pela Soberania nacional, pois esta reside no povo, mas dentro de um ordenamento jurídico, o estado de Direito.

20 O fim da boa organização política será sempre conduzido pela História, onde será desvelado o que a dimensão humana será capaz de produzir.

21 O conjunto do poder político terá que ser sempre avaliado, pois os representantes podem desviar a delegação à qual foram confiados os interesses representados e torná-los, abusivamente, seus, como se o poder lhes pertencesse.

22 A Unidade da Federação Brasileira que se apresenta na História, sempre com o conceito de permanência conforme foi constituída, deverá atentar para sua própria defesa. "*O preço da liberdade é a eterna vigilância*": atentar sempre para o seu Destino Manifesto.

Curso do Pensamento Brasileiro no Ministério da Defesa

Araken Hipolito da Costa

O pensamento humano tem várias esferas de atuação, as quais, por meio do ensino, podem ser otimizadas. O presente trabalho visa incorporar no Ensino Aeronáutico uma destas esferas do pensamento, mais propriamente como modelo de compreensão da importância dessa nova inserção no Ministério da Defesa.

Como exemplo, apresentamos os dois gráficos abaixo. O primeiro trata dos Cursos de Carreira dos Oficiais da Aeronáutica; no segundo, visualizaremos a inclusão da nova proposta.

Gráfico 01

| FLUXOGRAMA DO QOAV | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------|-------|--|-------|--------------|----|-------|----|----------------|----|-------------|------|--------|----------|--|--|
| T.S.V | 1 | | 5 | | 13 | | 20 | | 28 | | | | | | |
| POSTO | CAD. | | ASP | 2º E 1º Ten. | | Cap. | | Maj. | | Ten. - Cel. | Col. | | | | |
| OE | AFA | | GITE | OPERATIVO | | EAOAR | | ADMINISTRATIVO | | ESTRATEGICO | | ECEMAR | POLITICO | | |
| CURSO | CFOAV | | CTAAE | | | CAP | | CCCEM | | | | CFEA | | | |
| FAIXA ETARIA | 17 | | 21 | | 23 | | 36 | | 44 | | 50 | | | | |
| | 23 | | 27 | | 35 | | 42 | | 50 | | | | | | |

T.S.V → Tempo de Serviço

OE → Organização de Ensino

Gráfico 02

| FLUXOGRAMA DO QOAV | | | | | | | | | | |
|--------------------|----------|--------|----------------|--------|----------|-------------|-------------|----------|----------|-----------|
| T.Sv | 1 | | 6 | | 13 | | 20 | | 28 | |
| POSTO | CAD. | AS P | 2º E 1º Ten. | Cap. | | Maj. | Ten. - Cel. | | Cel. | |
| OE | AFA | GITE | ADMINISTRATIVO | EA OAR | | ESTRATEGICO | | POLITICO | EECEMAR | CRITATIVO |
| CURSO | CFOAV | CTATAE | | CCEM | | | | | CPPI | |
| FAIXA ETÁRIA | 17 23 | | 21 27 | | 29 35 | | 36 42 | | 44 50 | |

T.Sv → Tempo de Serviço

OE → Organização de Ensino

No curso atual da AFA foi incluído o bacharelado em Administração. Além disso, devemos considerar as grandes transformações na área de informação tecnológica e a velocidade das trocas de conhecimento. Assim, deduzimos que o Curso de Aperfeiçoamento deve ser cancelado.

No entanto, neste mesmo momento da carreira, o oficial faria o Curso de Comando e Estado-Maior.

A antecipação do Curso de Comando e Estado-Maior no plano de carreira, proporcionaria aos oficiais mais jovens capacidades que melhorariam a operacionalidade da Força, caracterizada pela Fase Estratégica.

Dando prosseguimento ao entendimento acerca do gráfico 2, no exato momento da chegada do Oficial à Escola de Comando e Estado-Maior da

Aeronáutica (ECEMAR), ele seria incluído no Curso de Política e Estratégias Aeroespaciais (CEPEA), também antecipando estas qualificações e permitindo a atuação na Fase Política.

Chegamos, então, ao último curso da carreira, que seria a coroação da preparação através da aplicação daquela outra esfera do pensamento citada no início deste trabalho, isto é, o Curso do Pensamento Brasileiro, caracterizado pela fase criativa.

Não obstante o Ensino Aeronáutico ser utilizado como paradigma, podemos correlacioná-lo aos da Marinha e do Exército, guardando as suas próprias especificidades.

No entanto, este estudo não pretende fechar-se nas Forças Singulares, mas ampliá-lo, também, aos interesses do Ministério da Defesa, até porque, só com a integração de todos aqueles que compõem o Sistema de Defesa Nacional, seu aproveitamento seria verdadeiro e completo.

O Ministério da Defesa poderá aproveitar os cursos das Forças Singulares para incluir os elementos civis do Ministério que necessitam de aprimoramento no nível adequado.

Outro fator fundamental é a participação da Escola Superior de Guerra (ESG), visto que o curso por ela ministrado guarda semelhança com o Curso de Política e Estratégias Aeroespaciais (CEPEA), o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEX) e o Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM). No caso em tela, seria uma revolução curricular na ESG,

obrigando-a a adaptar-se a um novo conteúdo com a inclusão do Curso do Pensamento Brasileiro em seu seio. O primeiro choque de aceitação será a concepção do curso, visto que não tem o caráter doutrinário e nem aplicação de uma metodologia. A ESG nasceu em um período autoritário, necessário na época, mas sem sentido hoje, onde os valores da democracia e da sociedade brasileira permitem consolidar uma nação sem divisões ideológicas.

Urge, perceber o crescimento econômico, político e social do Brasil no contexto das nações, para, então, compreender e aceitar a necessidade de aprofundamento pelo estudo do Pensamento Brasileiro, a fim de servir de orientação ao destino nacional.

Elaboramos uma síntese sobre o Pensamento Brasileiro com objetivo de entendê-lo, bem como iluminar a base do conteúdo do curso em questão.

Expressar a essência do pensamento brasileiro não é, certamente, uma tarefa simples, mas a presente tentativa tem por objetivo servir como uma aproximação ao tema, como um meio para facilitar e estimular seu aprofundamento.

Em poucas linhas, é possível dizer que o pensamento brasileiro nasce, propriamente, no século XVIII, com as ideias do Marquês de Pombal, que procurava transformar o chamado "saber de salvação", no ensino da Universidade de Coimbra, em um saber, de fato, científico. Estes primeiros parâmetros acabaram por orientar o desenvolvimento

das instruções estratégicas do “Novo Mundo”.

Um outro aspecto relevante a ser destacado foi o encontro de culturas em nosso território. Chegando nestas terras, o conquistador português já encontrou o povo indígena, incorporando ao território, logo depois, o trabalho escravo do negro africano. As peculiaridades de cada um destes povos, somadas, gerou uma verdadeira “miscigenação cultural”, que hoje perfaz concretamente a nossa cultura brasileira.

Além desta experiência singular e bela da miscigenação, dois fatores muito importantes alicerçaram as bases da nascente civilização: o primeiro foi a determinação de se manter um território indiviso; o segundo, a necessidade de se preservar a unidade da língua trazida pelo colonizador.

A partir da Escola do Recife (século XIX), inicia-se, com Tobias Barreto, uma corrente filosófica nitidamente brasileira, o “culturalismo”. Esta corrente sugere que o homem, através das potencialidades da cultura, viabilize a necessária integração com o mundo científico. Tal pensamento permeou a construção do pensamento brasileiro, unindo matizes do positivismo, do liberalismo e do idealismo kantiano ao âmbito da moralidade, alicerçada, por sua vez, a partir de fundamentos oriundos do Cristianismo. Desta interrelação de correntes nasceu o pensamento filosófico brasileiro.

Tal pensamento perpassa, na História do Brasil, o Império, a República, a Guerra do Paraguai, o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial, A Semana de

Arte Moderna e tantos outros momentos históricos, marcados pela superação de conflitos. Essa superação, delineou, também, a formação do espírito do brasileiro, tão bem sintetizado por Cassiano Ricardo, como sendo o espírito do "homem cordial".

O pensamento nacional é, em suma, erigido pelo seu valor universal. Nisto reside sua força e sua presença junto aos outros povos. Assim sendo, a alma cordial de nosso povo tem sido, no transcurso do tempo, um exemplo de diplomacia, tolerância e entendimento para todas as culturas, credos e povos.

Estudar o pensamento brasileiro nos permite tomar consciência gradativamente do que é de fato "ser brasileiro", além de nos estimular a preservar a cultura e os valores nacionais, partes singulares da nossa brasilidade, daquilo que nos constitui como nação.

Este entendimento conduz, naturalmente, à prevalência da ideia de Nação sobre a ideia de Estado, porque nos encaminha para um sentido existencial nacional, impedindo que o Estado queira, porventura, tentar destruir, dividir ou esfacelar a nossa brasilidade.

Após essa síntese, podemos destacar que o curso vai se estruturar para atender a complexidade inerente ao conteúdo, em princípio, tendo um currículo mínimo, com os seguintes campos/áreas:

Filosofia (Geral, Política, Metafísica, Civilização Brasileira), Religião (Filosofia da Religião, Ética), Artes (Ópera, Folclore, Literatura, Cinema, Música, Artes

Plásticas, Teatro), Ciência (Diplomacia, Antropologia, Geopolítica, Comunicação, Economia, História, Direito, Sociologia, Física) e Guerras (II Guerra Mundial e a presença brasileira, Guerra do Paraguai).

O curso teria a finalidade de ressaltar a tomada de consciência de ser brasileiro e a preservação da cultura brasileira, alicerçada pela unidade da língua e da miscigenação racial, cujo sentido de brasilidade harmoniza povos e credos e mantém a integração nacional.

Os objetivos gerais do curso seriam proporcionar aos alunos condições de aprendizagem que lhes permitam:

- Aprimorar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica e/ou profissional;
- Estimular a participação na sociedade e a capacidade de comunicação oral e escrita; e
- Compreender a prevalência da Nação sobre o Estado.

O curso terá um arcabouço não dogmático, com uma posição livre aos temas abordados e, ao mesmo tempo, não será implementada nenhuma metodologia, visto que o nível dos participantes já pressupõe uma capacidade de ordenação do seu pensamento e de seus trabalhos.

A produção intelectual do corpo discente será cobrada em artigos, publicações e palestras.

Creio que esta proposição mantém a nossa tradição do Ensino Militar, incorpora os civis ao Ministério da Defesa e nos une ao pensamento nacional.

Castelo e o Pensamento

Tarso Magnus da Cunha Frota

Nos dias atuais, onde as atividades institucionais são por demais comentadas, não faltando aos brasileiros sérias preocupações com os caminhos da República, chega à nossa memória palavras de Castelo Branco a um grupo de oficiais das Forças Armadas, antes de sua investidura como Chefe da Nação, fato que permite vislumbrar no grande brasileiro um estadista, voltado para princípios constitucionais, evidenciando na sua personalidade características de uma vocação CASTRENSE-LIBERAL.

As estórias que seguem demandam as afirmações do General, ao tempo em que comandou o IV Exército, e proferiu suas palavras na Região Militar de Fortaleza, Ceará.

Como era tradicional, a oficialidade das Forças Armadas foi convidada a assistir uma palestra, no Quartel General, dentro do Programa de Instrução Regional. Em atenção ao convite os oficiais da FAB compareceram ao Auditório, onde o saudoso General foi o Conferencista. Já conhecíamos aspectos profissionais da atuação de Castelo, que em exercícios de “operação conjunta” era sempre presente, acompanhando as manobras no mínimo detalhe, discutia os detalhes das Missões Aéreas com muita precisão, deixando atônitos aviadores e demais oficiais com sua elevada capacidade profissional, que na verdade, já tinha sido testada na Campanha da Itália, onde, como sabemos,

fez parte do Estado maior da Força Expedicionária. O tema da exposição oral que iríamos assistir era o seguinte: DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS.

No sumário que nos foi apresentado ressaltavam-se dois itens:

DEFENDER AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS e GARANTIR A APLICAÇÃO DA LEI.

Na pauta de sua apresentação e após a introdução deteve-se por um período relativamente grande do trato da Constituição e a Democracia. Na explanação podia-se observar um espírito liberal, vinculado a princípios democráticos, afirmando sempre que: a Carta Magna era a "Bíblia Cívica da Nação".

Fazendo referência aos artigos da Constituição de 1946, que interessavam as Forças Armadas, comentou, que cabia ao soldado brasileiro garantir o território, os poderes, a lei e a ordem. Não faltou a Castelo uma análise filosófica da democracia, dissertando no campo do liberalismo, constitucionalismo, federação e teoria geral do estado com muita maestria.

Nas suas assertivas não faltaram citações de Hobbes, Thomas de Aquino, Montesquieu, Rosseau, Machado Paupério, Kennedy e outros. Castelo não tinha a preocupação com as definições léxicas e como Orwell, afirmou que a linguagem política não era sincera. Havia uma honestidade de propósitos com a aceitação dos fatos políticos reais, respaldados por uma linguagem clara, ordenada, correta e simples. No todo, tornou-se evidente que Castelo era um estudioso

da Ciência Política.

Quase no final da alocução afirmou que a Democracia era o fator decisivo da paz social, enfocando, ainda, que os Direitos Fundamentais do homem seriam os responsáveis pelo equilíbrio social e o próprio funcionamento das instituições. No correr dos anos guardei minhas anotações das palavras de Castelo em 1963, pouco antes do movimento de 64.

Sempre imaginei que estas posições, postas a público numa fase que se apresentou muito conturbada, nos leva a um raciocínio analítico no campo da história, que gostaríamos de aventar.

Assim, Castelo se somou a muitos outros militares que se alinharam a um Pensamento Político, buscando, com patriotismo e a dignidade, ajudar na condução institucional da vida da nação. Talvez soe estranho que soldados possam exercer um tipo de influência no todo político da nacionalidade. A modesta e opinativa consideração que buscamos comentar nesta matéria, traz a lume a permanente e contínua atividade dos nossos soldados no correr da história que, reconhecidamente, tornam-se marcas incontestes na vida pública da nação.

Posto assim há que se comentar o Tenentismo, época marcante na década de vinte, quando o idealismo de jovens oficiais possibilitou uma preocupação com o mais "justo e democrático". Para os "meninos-tenentes" a república cada vez se afastava dos sonhos de Rousseau, Montesquieu e da realidade dos "peregrinos" na América do Norte. Surgia uma

ação do Campo Político na busca do aperfeiçoamento da máquina pública, Neste contexto assistimos os movimentos de 30 e 32 que traziam na sua essência o espírito do Tenentismo.

Castelo é um "tenentista-típico", fato este comprovado na condução do Estado como o primeiro presidente do Período Revolucionário; não há que se negar a forte influência Castelista, dimensionada também pela Doutrina da Escola Superior de Guerra, onde foi não só um dos seus criadores, como o grande "Intelectual Castrense" da importantíssima ESG, símbolo só "pensamento político" no período dos Governos Militares. Ouso, neste modesto trabalho "Castro-Político" afirmar, que a "Dinâmica Histórica do Pensamento Político Brasileiro" começou a aflorar na Guerra do Paraguai, com a revolta dos Comandantes das Unidades e Oficiais de Estado Maior, que regressaram da hostilidade "republicanos convictos" como é por demais comentado por grandes figuras da vida nacional, "in casu" o Positivista Coronel Benjamin Constant, Mestre e Líder na antiga Escola Militar da Praia Vermelha, onde, além de professor e Instrutor de Táticas, era um republicano ardoroso, seguidor do Positivismo de Augusto Comte, tão em moda na intelectualidade e, peremptoriamente, no meio militar. A República de Deodoro e Floriano nasceu nos sonhos dos Soldados, Positivistas, Republicanos e uma modesta parcela de estudiosos "Rousseanos", estes que sentiam a Revolução Francesa como uma verdade cívica., necessária e importante na condução

de um pensamento que se fazia imperioso às nações civilizadas. Dentro deste enfoque, Castelo é a essência dos SONHOS REPUBLICANOS dos EXPEDICIONÁRIOS do PARAGUAI, da formação POSITIVISTA da PRAIA VERMELHA, dos IDEAIS TENENTISTAS da década de vinte, dos REVOLUCIONÁRIOS de 30 e 32, da DERROCADA IMPOSTA ao GETÚLISMO, do MOVIMENTO de 64, da DOCTRINA ESG e, como GÊNESE final das ideias aqui desenvolvidas afirmarão que sempre aventamos:

O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO faz parte, no âmbito do seu calendário, da vida pública da nação Brasileira, podendo-se afirmar que os eventos aqui arrolados, são o grande testemunho das teses que defendemos.

É CASTRENSE A FORMAÇÃO POLÍTICA
DA NACIONALIDADE!

AFONSOS E O PENSAMENTO CASTRENSE

Tarso Magnus da Cunha Frota

*"... quem ultrapassa os portões dos Afonsos...
sente a magia que envolve a nostálgica gleba..."*

O Campo dos Afonsos é o ninho da Aviação Brasileira. Lá se iniciaram as primeiras atividades aéreas sob o respaldo do Exército Brasileiro que, a exemplo das nações envolvidas na I Grande Guerra, julgou quanto da necessidade em ativar a nova Arma Aérea revelada de vital importância no desenrolar das táticas e estratégias das Forças envolvidas na conflagração.

Realmente a escolha não poderia ter sido melhor, dada a invejável posição geográfica da Fazenda dos Afonsos que, à época, era isolada da área urbana com pastagens facilmente transformáveis em pistas de pouso, condições que fizeram dos Afonsos o "grande ninho" das iniciações aéreas na vida nacional.

Crescendo em termos de aquartelamento, com a construção de hangares para os serviços de manutenção e abrigo das aeronaves, a tradição Aeronáutica foi se firmando na formação dos nossos pioneiros, caracterizando o "espírito aviatório" que perdura até os dias de hoje, dando aos Afonsos a moldura de centro pioneiro das Asas no Brasil.

Nós, soldados aviadores, fomos criados sob a égide da "missão cumprida", e independentemente das

circunstâncias, adversas ou não, somos conscientes que todas as determinações no campo da atividade castrense têm um cunho altamente relevante.

Encimado por essa afirmação e na pauta de se manter acesa a chama do patriotismo, há de se comentar que determinados comportamentos emanados de responsáveis pela condução da vida nacional, são muitas vezes, motivos de preocupação. Foram muitos os jovens que assentaram nas plagas do "lendário e tradicional Campo dos Afonsos, berço da aviação militar brasileira", onde, mercê do aprimoramento na técnica de voar, receberam, também, o legado de manter a PÁTRIA INCÓLUME não só nos limites das suas fronteiras, arduamente desenhadas, mas, também, dentro dos parâmetros da moralidade pública.

O Campo dos Afonsos, para orgulho dos aeronautas, é o caldeamento que integrou o homem e o avião.

Podemos dizer que neste AMBIENTE NOSTÁLGICO a Força Aérea Brasileira iniciou a formação dos seus Aviadores, que lá aportaram cheios de sonhos, trazendo n'alma o mais belo de todos os ideais: VOAR!

Com uma visão desenvolvimentista o Governo brasileiro criou o Ministério da Aeronáutica em 1941, congregando Aviação Militar e Naval, dando à Escola de Aeronáutica nos Afonsos a missão de formação dos Aviadores Militares.

Considerando as assertivas acima como um exórdio aos comentários que julgamos pertinentes nas presentes avaliações, vamos mais uma vez fazer

justiça aos antigos docentes da Escola de Aeronáutica, onde, na pauta da formação dos Cadetes de então, mestres como Ayrton Lobo, Maurílio Cunha, Liberato Bitencourt e todo o Corpo de Oficiais e Instrutores de Vôo, que fizeram chegar aos jovens cadetes uma dimensão do pensamento Castrense. A concepção de velhos comandantes como Fontenelle e dos mestres da antiga Escola merece uma avaliação mais acurada visto que, no roldão da História Militar Pátria, as atuações dos fardados no Império e República merecem estudo analítico específico, frente os aspectos políticos e ideológicos que envolveram a vida brasileira.

Torna-se interessante ressaltar que o ínclito historiador e professor Leonardo Trevisan, em sua obra o "Pensamento Militar Brasileiro" (Global- 2ª Edição -1987) afirma que as ".idéias dos militares foram muito importantes para a História contemporânea brasileira". Na pauta da posição de Trevisan passamos a entender a dinâmica evolutiva da nação, considerando-se o Império como início deste desdobramento.

A chegada da Família Real em 1808 passou a ser um marco importante na novel Monarquia abaixo do Equador, em pleno tropicalismo, como relatam historiadores, adiantando que a monarquia tinha no seu cerne o sangue de tradicionalíssimas famílias da nobreza européia, outorgando ao nosso torrão o pomposo nome de "O REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES".

Ousamos, assim, afirmar, que o pensamento militar aportou ao novo mundo, visto que as fronteiras exaus-

tivamente conquistadas pelo mundo lusitano tornaram-se reféns dos fardados de então, sempre envolvidos nas escaramuças com os castelhanos que, vez por outra, bafejavam maiores limites nas suas posses ao longo dos pampas, nos talvegues que nos separavam do norte ao sul e nos contrafortes andinos.

Faz-se mister trazer essa assertiva visto que, com a Monarquia, arribaram para o Rio de Janeiro as mais tradicionais organizações lusitanas, como a famosa Escola de Sagres, aqui aportando com a designação de Academia Real dos Guarda-Marinhas, famoso centro responsável pelas grandes navegações, juntamente com outras unidades militares para guarda e proteção da Casa Real. Há de se destacar neste contexto a vinda de eméritos professores e mestres em múltiplas atividades curriculares, fato este que ensejou a formação dos nossos náutas em Villegagnon, nunca esquecendo a Academia Real Militar, no Largo de São Francisco, onde matemáticos, físicos e outros homens do saber deram início à formação de Oficiais para as tropas e os primeiros Engenheiros do novo Império. O espírito desenvolvimentista do Imperador, criando a Academia Real Militar, ensejou com este ato a primeira Escola de Ensino Superior no Brasil. A preocupação da Corte seria a formação de militares em condições de manter as Fortificações que se distribuía pelas fronteiras e defendiam a integração da nova nação.

Como sói acontecer com as nações politicamente organizadas, a história assegura que nenhum país pode prescindir de Forças Armadas bem treinadas e com qua-

dros de elevado nível profissional, visto que nos homens de farda não existem só armas e navios, mas soldados intelectualizados preocupados com a vida da nação.

Podemos afirmar que o Brasil deixando de ser colônia e tendo ao lado hispânicos não muito pacifistas, o Exército e a Marinha ocuparam os espaços importantes de garantia à desenvoltura da Monarquia, no campo interno e nas relações com nossos irrequietos vizinhos. O Império sentia que os soldados eram imprescindíveis, não só nas faixas de fronteiras ainda muito discutidas, mas na manutenção da ordem e a própria integração territorial, vez por outra maculada por anseios regionais, como o Movimento Farroupilha e a Confederação do Equador que, para gáudio da monarquia, foram resolvidos nas dimensões dos interesses da nação.

Dom João VI retornou à terra Lusa após quinze anos, atendendo motivos monárquicos e políticos, entregando o Reino ao seu filho Dom Pedro, na posição de Príncipe Regente.

Não tardou muito e o jovem Príncipe cerceado por múltiplos fatores aderiu à causa da Independência, ensejando com sua atitude uma nova dimensão política no país. Em conseqüência, a monarquia deu início à organização política e administrativa que se fazia imperiosa à pátria jacente.

Assim, com a promulgação da primeira Constituição, iniciaram-se as atividades da nação, respaldada pela Carta Magna, no contexto dos povos Americanos.

A vida militar passou a ter seus contornos e, sempre soou muito claro, que a exemplo das Casas

Reais do Velho Mundo, a Marinha de Guerra mostrava suas tradições, era mais aristocrática e gozava dos favores da coroa. O novel exército, sob a ótica política dominante, buscava sua afirmação como tropa regular, sem grandes respaldos dos monarquistas de então. Os descendentes das famílias de maior posse já contavam com postos hierárquicos permanentes na Guarda Nacional, criada com a finalidade precípua de manter uma tradição já arraigada de prestigiar fazendeiros, cafeeiros e grandes proprietários, nos postos de coronéis, majores, capitães e tenentes, como estatuiu a Lei de Criação da Guarda Nacional, sancionada em 1831. Nesse compasso, pessoas gradas engalanavam-se com “títulos militares”, sem o respaldo das qualificações indispensáveis à atividade militar. Torna-se imperioso comentar, o que era público e notório nos cadernos da imprensa, que o Senado Imperial, na pessoa de José de Alencar, não concordava com gastos militares para compra de armamento, alegando que não “havia clima de confrontação” que justificasse despesas com material bélico no contexto da nação.

Não demorou muito e a monarquia sentiu-se obrigada a dar resposta ao Ditador Lopez do Paraguai, que desencadeou um ataque às fronteiras brasileiras, fato que motivou uma resposta da tropa que, apesar da falta de armamento e equipamento, mostrou-se digna, combativa, cobrindo-se de glórias em vários eventos da Guerra conhecida como da Tríplice Aliança. As lutas no Paraguai dimensionaram o Exército Imperial, que voltou melhor estruturado, orgulhoso

das vitórias na campanha, consagrando o soldado brasileiro, que mostrou uma invulgar capacidade militar, onde surgiram os primeiros heróis como Caxias, Osório, Sampaio, Tamandaré, Greenghald, Marcilio Dias e muitos outros.

Após o embate nos campos do Paraguai, os militares retornaram com uma preocupação: o emprego de tropa no campo da estratégia e planejamentos no nível de Estado Maior. O engajamento do Conde d'Eu, esposo da Princesa Isabel, nas lutas com Solano Lopez, substituindo Caxias no final das operações na conquista de Assunção, causou mal estar no seio da oficialidade, que o considerava petulante, portador de um sotaque com forte acento gálico, que o distanciava da tropa. Visconde de Taunay, historiador e comentarista do embate Paraguaio, relatava nos seus cadernos que o Príncipe Consorte não atendia às condições indispensáveis a um oficial de Estado Maior. A formação dos nossos oficiais ficava circunscrita às heranças de Sagres e o Exército mantinha os seus cadetes do Largo de São Francisco, como já referido nos presentes comentários. Todavia, não há como esquecer a Escola Militar de Rio Pardo, que posteriormente se transferiu para Porto Alegre, ambas no Rio Grande do Sul, que de 1848 até 1911 foram centros de preparação na região sulina, graduando os antigos Alferes, posto inicial da carreira das armas. É interessante adiantar que muitos dos formandos da Escola Sulina lutaram no Paraguai e ascenderam a elevados postos na vida militar.

O livro "Santa Catarina no Exercito" de auto-

ria do Almirante Henrique Boiteaux (vol I,pg141,Ed. Bedeschi, 1942), relata comportamentos de militares no correr das lutas no Império, buscando caracterizar o espírito do soldado brasileiro face às "realidades" que cercavam a Monarquia. Nesse passo vamos encontrar em Boiteaux uma interessante avaliação das contingências militares Imperiais, que falam por si só: o "descaso que tiveram os homens do Governo pelo aparelhamento das nossas forças armadas, tornou-se patente em todos os tempos" (pg 350). Como se vê, o soldado relativamente acuado nas suas atividades passou a viver outras preocupações, fato este que acendeu manifestações na Escola Militar da Praia Vermelha, centro de excelência na formação de oficiais, onde, o Coronel Professor Benjamin Constant, conhecido como um ardoroso seguidor das idéias positivistas de Augusto Comte, alardeava suas convicções Republicanas no seio dos jovens Cadetes. Recorrendo às notas de Trevisan, que na sua obra (já referida, pg 8), afirmava "...que dos quartéis não saem apenas fuzis, canhões etc... saem, também, idéias que têm inegável importância na vida da nação".

Observa-se que o Positivismo capitaneado por Benjamin Constant, passou a ser o "mote" da propaganda Republicana, no ponto mais sensível da formação militar: a Escola Militar. Outro ponto que Trevisan insiste em suas avaliações é que, após a Guerra do Paraguai, os militares sentiam-se mal pagos, recebiam os vencimentos atrasados, condicionantes estas que de muito facilitaram a adesão aos cantos positivistas.

Os homens de farda não se consideravam corruptos e, traziam no seio, um aferrado patriotismo, publicamente testado nos campos de batalha.

As idéias de Comte passaram a ser um ingrediente de cunho cultural que se identificava com a Consciência Republicana em alta ebulição. O Brasil monárquico era reconhecido como o berço do bacharelismo, caracterizado por uma abundante cultura jurídica, consentimento este típico da nossa latinidade, onde o intelectual se afogava nas dimensões filosóficas dos clássicos grego-romanos. A Escola Filosófica da Faculdade de Direito do Recife florescia na monarquia com o seu Culturalismo, pautado em Tobias Barreto, Silvio Romero e outros, cativando os jovens bacharéis, que não só faziam restrições ao soldado de carreira, mas entendiam que o militar não era ligado ao HUMANISMO. Essas posições acirraram a pregação de Augusto Comte, e os fardados ressentidos com a monarquia abraçaram definitivamente a bandeira Republicana. Sob a égide desse compasso a República nasceu a 15 de Novembro de 1889, proclamada por Deodoro da Fonseca, concretizando definitivamente o sonho de soldados monárquicos e os dos culturalistas, que seguiam as posições do liberalismo de Ruy Barbosa e Rousseau.

Flui claro na obra de Boiteux, prementes histórico de militares Catarinenses com bons serviços prestados à nação, onde, pinçamos o nome do General Julio Anacleto Falcão da Frota, soldado que se cobriu de glórias nos embates da Tríplice Aliança como engenheiro militar, planejando e construído obras nas áreas sensíveis dos embates, com realizações em pontes,

redutos, entrincheiramentos e fortificações que de muito facilitaram o emprego da tropa. O importante na vida deste militar, razão do presente comentário, é que Falcão da Frota recebeu o maior prêmio de um soldado: foi o primeiro Coronel de carreira a receber os bordados de General na nova República.

Ao lado dos seus merecidos galões, honrou-se, também, com outro acontecimento: a sua designação para governador do Rio Grande do Sul, prova inequívoca da confiança do Governo constituído ao heróico engenheiro de sapadores. Relembrando nossa formação como Cadete do Ar na sempre lembrada e saudosa Escola de Aeronáutica nos Afonsos recordamos as aulas de Ayrton Lobo, mestre erudito e fluente que nas suas exposições, além de uma extraordinária retórica, inebriava pela sua verve de jurista, publicista e historiador, nas desenvolturas da cátedra que ministrava. As considerações deste "Velho Coronel Professor" ecoaram na nossa intelectualidade, levando-nos a buscar nas ciências humanas e sociais uma melhor diretriz para conviver com as realidades que buscávamos entender. O presente comentário nos conduz ainda a Liberato Bitencourt, gênio matemático, que no correr das aulas de Descritiva confessava-se Positivista e, vez por outra soltava o seu "bordão":

"A República é prescrita pela política científica e pela moral".

A nova República nasceu e o militar passou a sentir a responsabilidade de fazer parte da uma grande nação, escorada na realidade do espírito de Rousseau:

Igualdade, Liberdade e Fraternidade.

Todavia, a realidade republicana começou a apresentar dificuldades na sua desenvoltura, preocupando os "sonhadores republicanos".

Sombreada por estas avaliações, há de se afirmar que os governos eleitos no início do século XX envolveram-se em atividades "conhecidas como questionáveis", alertando os jovens militares nos postos iniciais da carreira que, inconformados com a condução da vida nacional, passaram a clamar por melhorias e mais seriedade na condução da novíssima casa Republicana. Começa a surgir no meio militar o recrutamento de insatisfações quanto à honestidade e a moralidade das autoridades constituídas. E a história, sempre presente nas suas avaliações, encontrou uma terminologia própria para estas "inquietações no seio militar", conhecidas na vida política como: Tenentismo, Coluna Prestes e os Dezoito do Forte.

Estes movimentos evidenciaram as preocupações do soldado republicano e fogem da essência do presente trabalho, merecendo na espécie um estudo específico, distante dos propósitos deste comentarista, que buscou, tão só, a essência e o espírito do Soldado Imperial, magnetizado que foi pelos anseios Republicanos.

Como ementa da gênese do presente estudo segue o concretismo das nossas intenções:

O SOLDADO IMPERIAL FOI O MENTOR DA
VIDA REPUBLICANA!

A AMEAÇA TELEVISIVA

(Reflexões sobre a influência, no Brasil, da comunicação televisiva)

Frederico José Bergamo de Andrade

Espero não cansar o leitor com a obviedade de muitos dos conceitos expostos neste artigo, em parte recuperados de matéria de minha autoria publicada em Caderno de Estudos do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES), edição de Maio de 2003. Entretanto, no meu entender, é sempre oportuno e da maior conveniência reativar a consciência de todos para um tema relacionado com os efeitos extremamente perniciosos advindos da má utilização desta arma moderna de extraordinário poder, a mídia eletrônica, que vem dando ensejo a visões verdadeiramente apocalípticas, altamente preocupantes. Preocupação que não é nova, pois há mais de meio século atrás, em prefácio para uma nova edição do "Admirável Mundo Novo", Aldous Huxley, seu autor, ao procurar justificar os motivos que o levaram a escrever aquela profética obra, assim se pronunciava: "um estado totalitário seria aquele (...) que controlasse uma população de escravos que não precisassem ser forçados porque teriam amor a servidão" (o grifo é meu). Huxley já vislumbrava a perspectiva de que todo um eficiente aparato tecnológico viesse a ser desenvolvido e operado para bem controlar o comportamento humano. Na mesma época, outros renomados escritores, tais como George Orwell, autor de "1984", vieram também

manifestar, por meio de diferentes e até fantasiosas abordagens, semelhante preocupação.

Em tempo mais recente Zbigniew Brzezinski, autor de "A Revolução Tecnocrônica", firmava conceito pelo qual a diplomacia do canhão estaria superada, ultrapassada que fôra pela diplomacia das redes de comunicação. É que a primeira, a do canhão, agindo horizontalmente, contribuiria apenas para a conquista de territórios, limitados espacialmente; já a segunda, a das redes, agindo verticalmente na alma humana, seria capaz de conquistar milhares de corações e mentes.

Tendo as redes de comunicação, nas quais avulta o sistema televisivo, como suporte, e exercendo o domínio da maioria do fluxo de informações, os EUA exportam para grande parte do mundo a sua mensagem cultural que desperta no espírito de muitos especial admiração e fascínio pelo estilo de vida americano.

É o caso do Brasil onde, principalmente nos grandes centros urbanos, cosmopolitas, é grande a influência da cultura norte-americana, em grande parte veiculada por meios audiovisuais, televisão e cinema.

No Brasil o apelo midiático, principalmente o televisivo, encontra da parte do público receptor expressiva acolhida em virtude da maioria da população possuir baixo nível de escolaridade, o que a torna menos capacitada para melhor reagir aos estímulos da mídia.

É enorme, pois, o poder da televisão em nosso país, que se traduz das mais variadas formas: em termos eleitorais vai concorrer decisivamente para

a composição do quadro político-representativo brasileiro, com assento nos Poderes Executivo e Legislativo; no terreno fértil do consumo, frustrando expectativas de ordem material, muitas vezes de bens apenas supérfluos, contribui para disseminar a semente da violência; no campo dos costumes, os padrões de moralidade passam possivelmente a serem aqueles ditados pelos programas televisivos, com destaque para as novelas, preterindo valores tradicionais.

Uma verdadeira revolução de costumes com a nossa geração assistiu não poderia ter os seus novos "princípios" consagrados sem a conivência, o estímulo, a cumplicidade da mídia, especialmente a televisiva.

Uma breve apreciação se faz imperativa a respeito dos efeitos da atuação da mídia televisiva sobre um público mais jovem. Preocupa-nos, sobretudo, a realidade brasileira na qual as crianças e os adolescentes são, em grande número, material e afetivamente carentes.

Assim se manifesta, a respeito, Lúcia Rabello de Castro: "Em relação às crianças e adolescentes a comunicação televisiva vai paulatinamente se sobressaindo a qualquer outro tipo de comunicação de modo que a informação que a criança obtém na TV passa muitas vezes a se constituir como único e prevalente instrumento de construção da realidade".

No Brasil as crianças, muito mais solitárias no lar pelas mudanças que ocorreram na estrutura familiar, assistem a uma média de três horas de televisão por dia segundo pesquisa, a respeito, realizada.

Preocupa-nos o fato de que o efeito deste tipo de “pedagogização” pela mídia, supere de longe a influência dos mecanismos educacionais tradicionais. Por oportuno, transcrevo o pensamento do professor Darcy Ribeiro exposto em sua consagrada obra “O Povo Brasileiro”: “Ultimamente, a coisa se tornou mais complexa porque as instituições tradicionais estão perdendo todo o seu poder de controle e de doutrinação. A escola não ensina, a Igreja não catequiza, e os partidos não politizam. O que opera é um monstruoso sistema de comunicação de massa fazendo a cabeça das pessoas. Impondo-lhes padrões de consumo inatingíveis, desejabilidades inalcançáveis, aprofundando mais a marginalidade dessas populações e seu pendor a violência. Algo tem a ver a violência desencadeada nas ruas com o abandono dessa população entregue ao bombardeio de um rádio e de uma televisão, social e moralmente irresponsáveis, para as quais é bom o que mais vende, refrigerantes ou sabonetes, sem se preocupar com o desarranjo mental e moral que provocam”.

Aprimorem o Brasil bem como outros países, mecanismos de controle social a serem aplicados à mídia, especialmente à televisiva, resguardada a liberdade de expressão, é medida que visa preservar a saúde mental não só do povo brasileiro mas de toda a humanidade “servida” por esse meio de comunicação; medida tão ou mais importante do que as que visam preservar o meio ambiente e reduzir o aquecimento global. Pois se umas cuidam do corpo, outras cuidam da alma.

Em um mundo onde o avanço científico-tecnológico se processa em ritmo vertiginoso, se o progresso vier a contribuir para o mal da humanidade, como prenunciava Rousseau, mestre do Iluminismo, e nada for feito para detê-lo, ao progredir nesta funesta direção, seus instrumentos breve o transformarão na Besta do Apocalipse, antecipando em muito o final dos tempos.

A Cultura Popular e o Caráter Nacional

Frederico José Bergamo de Andrade

A questão da identidade, componente do caráter nacional, estaria estreitamente vinculada à cultura popular? Essa e outras questões, que relacionam a cultura popular com o caráter nacional, serão objeto deste artigo.

A cultura popular seria o conjunto de criações imateriais providas do povo – ou seja, daquela camada mais pobre e menos instruída, ainda predominante na população brasileira – expresso através da Música, do Cordel (Literatura, Xilogravura, Poesia), de “Causos”, da Dança, de Folguedos, do Artesanato.

O caráter, segundo conceituação do “Aurélio”, é “o conjunto de traços particulares, o modo de ser de um indivíduo ou de um grupo; índole, natureza, temperamento”. Seriam, então, componentes do caráter: a identidade (conjunto de traços particulares), o comportamento (modo de ser de um indivíduo ou de um grupo) e o temperamento. A identidade seria configurada pelos traços plasmadores da nacionalidade; o comportamento, a parte mais dinâmica do caráter; o temperamento, o seu lado mais emotivo.

A cultura popular brasileira busca, por vezes, sua inspiração em seu rico e diversificado folclore, o qual se manifesta através de cantos, danças, festejos. Conta com um mundo de personagens: Mateus,

Diana Pastora, o Negrinho do Pastoreio, Catirina, o Saci Pererê e muitas outras. O encontro com ele se dá muito cedo, ainda no colo materno. São os acalantos ou canções de ninar de que são exemplos o Sapo Cururú e o Boi da Cara Preta. Seguem-se, ainda na infância, as cantigas de roda: "Terezinha de Jesus", "O Cravo Brigou com a Rosa", "Nesta Rua Tem um Bosque que se Chama Solidão".

Ao alfabetizar-se, é dada ao jovem a oportunidade de penetrar no mundo encantado de Monteiro Lobato, animado por brasileiríssimas personagens, tais como Narizinho, Emília, Dona Benta e Visconde de Sabugosa. São as "catirinas", os "sapos cururus", as "terezinhas de Jesus", as "donas bentas", que, agindo no nosso subconsciente à medida que crescemos, vão modelando a nossa alma e a tornando cada vez mais brasileira.

É por meio da música, uma das principais representantes da arte popular, que um povo manifesta suas alegrias, suas tristezas. São as reações emocionais do caráter, ou seja, o seu temperamento, o que mais transparece na música. Seus versos, quando cantados, o que é uma constante no gênero popular, nos permitem melhor identificar a que povo ou grupo social se associam. Ao ouvirmos um samba, o associamos ao elemento negro, às classes populares, às favelas. O samba carioca é gênero musical popular construído cerca de 400 anos após a descoberta do Brasil. Reconhece no maxixe, explorado por Donga e Sinhô, uma de suas origens.

A arte popular não tem hora para ser construída.

Surge como resposta a um apelo cultural, partido, em determinado momento, das camadas populares. Frequentemente ocorre sob a forma de uma mera recriação, espécie de adequação do já existente às exigências de um novo tempo. Outras vezes ocorre sob a forma mais transformadora da renovação. Fato é que o processo cultural, sujeito às mais diversas influências, é dinâmico e evolutivo.

Vejam os que podemos retirar da relação entre a música popular e o caráter de um povo. Começamos pelo fado, por ser gênero musical de um dos povos formadores de nossa nacionalidade, canção popular portuguesa, de forte influência mourisca, triste, fatalista. Não será o fado um reflexo da alma portuguesa? E se assim for, não seria válido admitir-se que o lado melancólico, nostálgico, de nosso temperamento coletivo, provém do português?

E quanto às etnias negras que vieram para o Brasil? O que a nossa música popular nos ensina a respeito? Que praticamente todos os gêneros musicais populares nos quais o negro exerceu algum tipo de influência, seja o maxixe, o frevo ou o samba, têm a marca da alegria, o sentido da festa. Abro aspas para Zé Keti: "Eu sou o samba / A voz do morro sou eu mesmo sim senhor / (...) Sou eu que levo a alegria para milhões de corações brasileiros", e que, ao concluir, ainda reafirma ser "O samba, esta melodia de um país feliz". E não é só a alegria; ao se intitular a voz do morro, o samba se apresenta como veículo de afirmação de uma classe excluída, pobre, mestiça, que habita os

subúrbios e os morros do Rio de Janeiro.

O caráter nacional costuma também ser alvo de apreciação no campo literário. Escrito por Ariano Suassuna, autor de elevado grau de erudição, mas que cujas criações são inspiradas na cultura popular, especialmente nos folhetos da literatura de cordel, "O Auto da Compadecida" tem suas personagens julgadas por um Cristo negro. Uma das principais, João Grilo, ardilosa, esperta, mentirosa, mesmo assim é perdoada por intercessão da Compadecida, a Virgem Maria. Ponderou-se que sua astúcia, se porventura foi mal usada, o foi como instrumento de sobrevivência a um ambiente físico e socialmente hostil.

A exemplo de João Grilo, em cada personagem presente em nossa literatura, bem como nos versos de nossas canções populares, encontramos elementos que nos permitem interpretar a alma brasileira, seus defeitos, suas virtudes, suas frustrações, suas motivações.

A cultura popular, que é fonte permanente de inspiração para o imaginário dos habitantes deste rico e imenso mundo mítico chamado Brasil, continua sendo um dos mais fortes instrumentos de preservação da identidade brasileira, componente matriz do caráter nacional.

Para tanto, a dinâmica da cultura brasileira, que se manifesta a cada instante em atos de recriação, de recodificação, de reinvenção do imaterial, deve caminhar em absoluta sintonia com as nossas mais caras tradições – ou seja, aquelas que poderão vir a

contribuir efetivamente para o processo civilizatório e não as marcadas pela discriminação e pelo preconceito. A cultura popular brasileira estará contribuindo, dessa forma, para assegurar a eternidade do Brasil como nação justa, soberana, solidária e, ainda, como expressão singular de um povo plural.

No dizer de Ariano Suassuna, em palestra realizada na antiga sede do Itamaraty, no Rio de Janeiro: "Uma nação só se torna alma pela cultura".

Alta Traição

Frederico José Bérghamo de Andrade

Houve tempo em que o Brasil era exaltado por ter uma raça morena, mestiça, fruto de um processo de integração racial sem ódios, sem políticas "apartadistas", sem maiores e mais arraigados preconceitos.

Gilberto Freyre, autor de "Casa Grande e Senzala", considerado por muitos como o mais importante dos livros produzidos por um brasileiro, foi o grande apologista do Brasil mestiço, integrador de raças. Gilberto, até hoje, é considerado um dos intelectuais brasileiros mais festejados, mais aplaudidos pelas elites e pelo público leitor dos países mais cultos e desenvolvidos do mundo.

O pensamento do "Mestre de Apipucos", constante da página 179 da 46ª edição do citado livro, da Editora Record, ano 2002, está assim expresso:

"Sob a pressão moral e técnica da cultura adiantada esparrama-se a do povo atrasado. Perde o indígena a capacidade de desenvolver-se autonomamente tanto quanto a de elevar-se de repente, por imitação natural ou forçada aos padrões que lhe propõe o imperialismo colonizador. Mesmo que se salvem formas ou acessórios de cultura perde-se o que Pitt Rivers considera o potencial, isto é, a capacidade construtora da cultura, ou seu elã, o seu ritmo."

A partir da leitura do texto acima somos levados a concluir quanto à extrema dificuldade de uma cultura primitiva, como a do índio brasileiro, sobreviver ao contato com uma cultura mais avançada, sobretudo

em um mundo midiaticamente globalizado, cada vez mais subordinado aos valores do consumo. O possível a preservar-se na cultura indígena não passaria de certas manifestações, exteriorizadas por meio de ritos, cantos e danças ou de práticas alimentares. A essência mesmo, esta estaria comprometida.

Tal opinião foi de certa forma também esposada por Hélio Jaguaribe, consagrado intelectual brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras, em recente palestra proferida no Clube da Aeronáutica. Para ele, manter o índio em um "*jardim antropológico*", como se refere às reservas indígenas, com o intuito de preservar a sua cultura, é uma falácia.

Hélio Jaguaribe defende, isto sim, que o processo de integração do índio à sociedade brasileira, por opção voluntária, seja realizado de forma a não transformá-lo em um cidadão de segunda classe. Daí a importância de educá-lo no sentido de torná-lo apto a enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Pesquisas cientificamente fundamentadas por intermédio de testes de DNA, aplicadas recentemente de acordo com padrões estatísticos que cobrem o universo do povo brasileiro, acusaram que noventa por cento da população de aparência branca, assim classificada, tem sangue índio ou negro. Significa que se fôssemos racialmente classificados por nossa origem étnica, como em outros países, seríamos quase todos mestiços, uma vez que também grandes contingentes de índios e de negros, assim considerados, são na realidade caboclos, cafuzos e mulatos.

Por que então usar a etnia como instrumento de desagregação social? A quem interessa?

As políticas étnicas (indigenista, quilombola, cotas universitárias para negros), hoje vigentes no País, fragilizam a coesão social da nação brasileira. Há quem as considere sucessoras das políticas, que, ao tempo da Guerra Fria, formuladas por governos considerados de esquerda, incitavam a luta de classes.

Tais políticas manifestam profunda servidão aos interesses de países hegemônicos, que, a pretexto de defenderem causas nobres e justas, tais como a proteção do meio ambiente, das minorias étnicas, dos direitos humanos, na realidade, pretendem se apropriar dos recursos naturais de países que os possuem em abundância como o Brasil.

Políticas que têm sido postas em prática muitas vezes de forma monocrática, por meio de portarias ou de decretos, culminando por demarcações de extensas reservas indígenas superpostas à faixa de fronteiras. Isto feito para não se exporem à apreciação, ao debate e à aprovação ou rejeição por plenários de maior amplitude e importância como os do Congresso Nacional.

São políticas segregacionistas que têm sido postas em prática desvalorizando por completo os seus reflexos na soberania nacional, na coesão social e na integridade territorial de nosso País.

Políticas que valorizam isto sim a atuação de organizações não-governamentais, mesmo daquelas que agindo perniciosamente a serviço de potências hegemônicas continuam a gozar de toda sorte de favores

governamentais para executarem as suas ações de natureza predatória em nosso território.

Penso, ao curso destas reflexões, que o General Heleno, muito digno e admirado chefe militar, foi muito condescendente ao classificar a política indigenista praticada em nosso País, como meramente de caótica.

Muito antes do General Heleno, Orlando Villas Boas, sertanista indicado em duas oportunidades para ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, em entrevista concedida a imprensa audiovisual, já advertia o povo brasileiro quanto aos riscos decorrentes da demarcação da Reserva Yanomâmi, riquíssima província mineral, para a soberania nacional.

Julgo oportuno lembrar o eminente Jornalista Barbosa Lima Sobrinho quando afirmava que: "*No Brasil só existem dois partidos: o de Tiradentes e o de Silvério dos Reis. Eu pertencço ao primeiro*".

Tal assertiva substitui a tradicional divisão político-ideológica entre esquerda e direita por outra que posiciona, de um lado, agentes da desagregação étnica e social, facilitadora de intervenções neocolonialistas, e, de outro, patriotas permanentemente vigilantes com relação às tentativas espoliadoras do nosso patrimônio físico e cultural.

Onde estão e quem são os que militam no partido de Silvério, sabemos todos! Ora travestidos em defensores do meio ambiente, das minorias étnicas, dos direitos humanos, ora arautos da incapacidade de o povo brasileiro gerir o seu próprio destino, há muito que já revelaram publicamente os seus nefandos propósitos internacionalistas.

A NOTÍCIA NA MIRA DOS POLÍTICOS

João Victorino - Jornalista

Nos últimos tempos, os meios de comunicação têm vivido o sobressalto de uma propalada intervenção no setor. Nunca se viu nada igual na história do jornalismo no Brasil.

Na base do disse-me-disse, comenta-se que o material a ser publicado em todos os órgãos de imprensa passaria por um crivo, ou melhor, teria que obedecer aos ditames estabelecidos por uma equipe aboletada nos braços do governo federal. O temor corre as redações com a mesma velocidade de um furo de reportagem.

Esse clima de tensão vem sendo amenizado com as declarações de autoridades brasileiras, que têm se mostrado contrárias a essa possibilidade. O desembargador Ricardo Lewandowski, por exemplo, ao comentar o resultado da eleição presidencial, na noite de 30 de outubro, enalteceu o comportamento da população brasileira, a imprescindível cooperação das Forças Armadas e, por fim, afirmou que sem uma imprensa livre não poderia haver democracia. Esse pronunciamento ecoou fundo nas principais redações dos nossos jornais.

No seu primeiro discurso, após ser proclamada oficialmente a nova presidente da República, Dilma Rousseff ressaltou: – Digo e repito que prefiro o barulho

da imprensa livre ao silêncio das ditaduras.

Ao comentar essa declaração, o jornalista William Waack enfatizou que são muito importantes as cobranças feitas pela imprensa aos atos do governo: – As críticas do jornalismo livre ajudam o país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório.

Aos primeiros sinais de que havia um grupo no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva pretendendo estabelecer uma série de normas para a veiculação de noticiário, pelos mais diversos órgãos de imprensa, o ex-ministro das Comunicações, o deputado Miro Teixeira iniciou uma forte campanha para que isso não fosse levado adiante, afirmando que o Brasil não precisava de marco regulatório em muitas áreas, especialmente nesta. Chegou a ser até um pouco mordaz dizendo que as autoridades sempre se irritam com a imprensa, e que gostam de elogios e não de notícias.

De imediato, jornalistas e empresários do setor começaram a apontar os problemas que poderiam advir dessa pretendida 'mordaza'. Um grupo de profissionais alinhados com a Associação Nacional de Jornais é favorável à idéia de ser criado um Conselho de Autoregulamentação da Mídia, para punir e pressionar jornais e jornalistas a 'andar na linha', a exemplo do que já ocorre com a área publicitária, que pune a veiculação de anúncios que considere impróprios ou ofensivos. Esse grupo 'bate na tecla' de que a liberdade de imprensa não pertence à imprensa, mas a toda sociedade.

No entanto, renomados jornalistas logo se

puseram contrários a essa idéia, alegando que nem as autoridades, nem os anunciantes, deveriam ter o poder de suprimir a publicação de uma informação apenas porque pode contrariar seus interesses. Acham que esse poder de 'controle social' deve ser exercido única e exclusivamente pelos leitores, rejeitando toda publicação que possa lhe dar a sensação de não ser confiável.

Em toda a história do jornalismo político no Brasil, bem poucas pessoas foram tão prestigiadas como o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, mas nem por isso os profissionais deixaram de receber um bom 'pito': – Os meios de comunicação confundem crítica com o cerceamento de liberdade de imprensa. É a coisa mais absurda e pobre, do ponto de vista teórico, alguém achar que não pode receber crítica. Nunca pedi para falarem bem de mim. Nunca pedi para fazerem matérias falando bem de mim. Só quero que falem a verdade.

Ao participar de uma mesa redonda num seminário promovido pela TV Cultura, em São Paulo, o jornalista e professor da USP, Eugênio Bucci afirmou que via duas sérias ameaças à liberdade de imprensa: a censura judicial e o aumento da publicidade oficial. Na oportunidade comentou que o governo federal vinha aplicando uma verba 'mastodôntica' para financiar pequenos jornais regionais e também abastecendo as emissoras públicas de rádio e televisão. Ressaltou que as verbas cresciam numa velocidade vertiginosa, o que considerava uma promiscuidade muito grande.

Nesse mesmo seminário, o ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal disse que setores do judiciário atuam como se a Lei de Imprensa ainda estivesse vigorando, apesar de o texto ter sido derrubado pelo STF:

– O Poder Judiciário está se comportando de forma saudosista. Não como um todo. Há nichos que parecem laborar no passado, quando a lei 5.204 estava em vigor, a mal-afamada Lei de Imprensa, autoritária, consagradora de um projeto de poder e inimiga da liberdade de imprensa. Ela foi sepultada de ponta a ponta, não sobrou nada, pedra sobre pedra.

O ministro do STF deixou claro ser contrário a qualquer tipo de regulamentação do exercício da liberdade de imprensa, que considera ter na Constituição sua lei orgânica. Na oportunidade comentou que não vê impedimento para que venham a ser criadas leis para tratar excessos ou abusos.

O sociólogo Demétrio Magnoli, também presente ao seminário da TV Cultura, mencionou que os interesses políticos do governo do presidente Lula vinham contaminando o que deveria ser uma discussão de Estado:

– O governo tem a obrigação de garantir a concorrência em setores da economia. Mas, quando se trata de informação e jornalismo, o governo é lado. O papel da imprensa é criticar o governo, seja este, o anterior, o atual, ou o próximo.

A liberdade de expressão é um direito humano inalienável e essencial para as sociedades democráti-

cas. A luta por esse clima foi confirmada pelo Brasil quando endossou a Declaração de Chapultepec, em agosto de 1996, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e reafirmada em maio de 2006 pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A Associação Nacional dos Jornais tem sido reconhecida nacional e internacionalmente como uma referência na liberdade de imprensa no país. Acompanha, denuncia, investiga, solicita providências e se manifesta em defesa da plena liberdade de expressão.

Enquanto os atuais governantes da Venezuela e da Argentina vêm utilizando os mais diversos mecanismos para tolher a livre atuação da imprensa, o presidente do Chile, Sebastián Piñera afirmou que:

– A liberdade de expressão é fundamental. Ainda que ela incomode. É preciso respeitá-la, protegê-la e nunca cair na tentação de pensar que só o governo tem razão. Isso leva ao totalitarismo. Aqueles que não crêem, de verdade, no valor da liberdade e da democracia sempre vão desconfiar da liberdade de expressão e dar um jeito de restringi-la.

Ao prestar juramento no Congresso Nacional, como a nova presidente da República, Dilma Rousseff reafirmou que não admite qualquer tipo de controle de conteúdo da mídia. Foi ainda mais enfática ao dizer que reafirmava o seu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião. Esse também foi o tom adotado pela jornalista Helena Chagas, ao assumir a Secretaria de Comunicação Social (Secom).

Apesar de todas essas promessas, existe um grupo político com estreitas ligações com o governo, que vem incentivando os políticos a observarem os conselhos de uma cartilha, que em linhas gerais sugere maior prestígio aos órgãos de imprensa regionais do que aos de âmbito nacional.

Comunicação: a guerra surda das palavras

João Victorino - jornalista

Há alguns anos, um animador de auditório de televisão, enquanto atirava nacos de bacalhau para a platéia, soltava ao deus dará frases de efeito. Não havia qualquer intenção maior do que atizar aquela gente ali reunida e também os que se acomodavam em suas poltronas frente ao televisor. Numa dessas, esse pseudo velho palhaço ganhou ares de Velho Guerreiro e mandou ver, a plenos pulmões, uma frase de efeito perturbador: “quem não se comunica, se trumbica!”

Frases com ou sem nexos sempre foram proferidas pelo Chacrinha, entretanto raras foram aquelas que atingiram a dimensão alcançada por essa. A intelectualidade brasileira passou a questionar a profundidade dessa máxima. Dessa vez ele não tinha apenas balançado a pança, mas também balançou a inércia de todos aqueles que ainda não tinham aberto os olhos para a importância da comunicação.

Precisamos pensar para falar. E, ao falarmos, estamos aprimorando a nossa capacidade de pensar. Transmitir uma ideia, um pensamento, é uma arte. O ser humano vem aprimorando, dia após dia, a sua capacidade de comunicação. Antes ela era oral. A evolução foi obrigando o surgimento de novos métodos, da escrita pura e simples ao correio virtual, aos sites de relacionamento, aos blogs, aos torpedos, e

por aí vai. Todas as fórmulas têm sido válidas, quando a intenção é comunicar. Essa melhor capacidade de comunicação pode ser encarada como um atributo, que permitiu a evolução de nossa sociedade, a evolução do ser humano.

Não se deve ficar imaginando que uma boa comunicação pode ocorrer apenas com a utilização de palavras adequadas. Entretanto, sem sombra de dúvida, são imprescindíveis outros fatores que não podem ser negligenciados, pois também contribuem para uma boa interpretação da mensagem.

Por exemplo, é primordial dar atenção à entonação. Ela pode indicar uma real intenção. A modulação da voz emoldura com razão e emoção. Por isso mesmo acontece com certa frequência uma pessoa emitir um pensamento totalmente lógico, que é compreendido de maneira ilógica pelo interlocutor.

Uma boa comunicação é o centro gravitacional de todas as atividades humanas. É praticamente impossível que algo possa alcançar o seu objetivo sem que haja uma prévia comunicação. No entanto, pode estar redondamente enganado todo aquele que acredita que uma boa comunicação depende apenas da forma como é transmitida ou entendida. A tarefa desse ato não poderá ser considerada concluída sem que seja notada uma boa aceitação da mensagem e a consequente ação resultante.

A Igreja e as Forças Armadas sempre se mostraram tímidas, acuadas, quando o assunto era comunicação. Sempre aparentaram estar voltadas para si e não para

os questionamentos da opinião pública.

Mas os novos tempos vêm demonstrando que uma boa comunicação é inevitável, sumamente importante. Não existe um melhor meio para impor ideias e dirimir dúvidas. E isso ficou patente no recente incidente com o Airbus da Air France, que faria o voo 447 Rio-Paris.

Desde os primeiros segundos após a notícia ter sido divulgada, cumprindo o seu papel de informar, ou como meros sanguessugas, os principais meios de comunicação correram atrás de informações que lhes garantissem um furo. Por causa disso, muitas pessoas foram convocadas para dar plantão junto aos apresentadores dos principais noticiários de rádio e televisão. Embora o objetivo maior fosse o de informar, por trás disso alguns também tinham a única intenção de garantir uma boa audiência para aquela emissora. Quanto maior era a receptividade do ouvinte, do telespectador, maior o tempo de permanência do entrevistado frente às câmeras, aos microfones.

Esse esquema acabou sendo desarmado quando entraram em cena os porta-vozes da Aeronáutica e da Marinha, respectivamente o Tenente-Coronel Henry Monhoz e o Capitão-de-Fragata Gilcemar Tabosa. Com muita propriedade conseguiram atender à avidéz dos jornalistas por novidades, sem ferir os princípios éticos do trabalho que vinha sendo realizado, tanto pela Aeronáutica como pela Marinha, no resgate das vítimas e dos destroços da aeronave. Os porta-vozes conseguiram driblar, com inequívoca maestria, toda e qualquer intenção de provocar algum desliz que

pudesse proporcionar uma notícia sensacionalista capaz de garantir aumento nos cobijados pontinhos de audiência, ou na venda de jornais.

A importância da comunicação não pode ser negada. É fundamental no mundo moderno. É um instrumento que ultrapassa a mera linguagem estruturada e codificada de um idioma. É a arma mais eficaz na difusão de um fato, de uma conquista. Não faltam exemplos na política, nos esportes e na religião, onde um discurso recheado de incongruências, que não diz nada com nada, acaba convencendo meio mundo. Para que isso ocorra se deve ter a certeza de que se está plenamente convicto da verdade de seus argumentos. Comunicação sem consistência não se sustenta por muito tempo. De fato, quem não se comunica se trumbica, mas quem se trumbica é todo aquele que comunica inverdades.

A AMAZÔNIA É UM PATRIMÔNIO DO BRASIL

Joselauro Justa de Almeida Simões

Por que se preocupar com a Amazônia?

"Não pode haver erro maior para uma nação que esperar ou contar com favores de outra"

George Washington

Espaço Amazônico

Para se ter uma noção do tamanho da Região Amazônica, toda a Europa cabe dentro dela, com exceção da Rússia. São aproximadamente 5.000.000km² representando 56% do território nacional. Dela fazem parte os estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, oeste do Maranhão, norte do Mato Grosso e o Estado de Tocantins. Mais do que a metade da nossa nação.

Ambiente Amazônico

Possui o maior banco genético do mundo, incomparável biodiversidade, 1/5 da água doce e 1/3 das florestas do Planeta. Riquezas incalculáveis no subsolo e imenso vazio demográfico.

Hylé, em grego, significa floresta. A Hiléia Amazônica é o ecossistema mais preservado da Terra. O seu clima é equatorial com 100% de umidade e com chuvas abundantes e sistemáticas.

No Escudo das Guianas, ao norte do Rio Amazonas, as riquezas minerais são pouco conhecidas, o mascaramento da cobertura vegetal oculta o tesouro que se encontra no subsolo. O Grupo Roraima tem, na sua estrutura, um dos mais impressionantes conjuntos de rochas sedimentares. É rica em ouro e diamante.

No alto Rio Negro, encontra-se o maior depósito de nióbio (Nb) do Planeta, metal de "*última geração*", utilizado na produção de aços especiais e, em combinação com o níquel e o cobalto, compõe as superligas, indispensáveis à Indústria Aeroespacial.

A vocação mineral da Amazônia é imensa; nos reinos vegetal e animal encontramos o maior banco genético do Planeta. Geram produtos alimentícios, medicinais, químicos e outros ainda desconhecidos. Neste particular, temos sido alvo de "*espionagem*" por elementos estrangeiros, travestidos até de turistas, os quais levam, para o exterior, mudas e sementes que tecnicamente pesquisadas, são transformadas em produtos acabados. É a biopirataria. A exploração do ecossistema é um prato feito para o apetite alheio.

Não devemos esquecer a abundância da energia hídrica. A pauta alimentícia da Hiléia, além da castanheira, possui açaí, bacaba, bacuri, biribá, buriti, cacau, cupuaçu, graviola, inajá, jenipapo, mangaba, mari-mari, patuá, pequi, pupunha, sapoti, sapucaia, sorva, taperebá, tunucá e tantas outras. É apenas uma amostragem – de fome o amazônida não morre.

Os líquidos viscosos de grande valor industrial são, também, uma dádiva de Deus. O látex não somente

das seringueiras, mas, também, o látex da maçaran-duba, da mangabeira e da marupita são usados para o preparo da borracha.

As plantas medicinais são objeto de estudos, sobretudo, de estrangeiros. Os nossos índios conhecedores dos segredos das plantas naturais estão sendo objeto de exploração por pesquisadores alienígenas.

Por Bismark: ***"As riquezas naturais nas mãos de quem não sabe ou não as quer explorar constituem permanente perigo para quem as possui."***

Regiões Críticas e Áreas Estratégicas

Um dos alvos prediletos dos alienígenas são as reservas indígenas, devendo os brasileiros voltar suas atenções para a penetração de estrangeiros nessas áreas.

Os territórios das *"Reserva Yanomâmi"* e *"Raposa Terra do Sol"* são contíguos às áreas de fronteira e ultrapassam a faixa de 150km, prevista na Constituição.

A região da *"Cabeça do Cachorro"* (São Gabriel da Cachoeira) faz fronteira com a Colômbia, envolvida com ações de guerrilha e narcotráfico internacional, bem como as posicionadas ao norte do estado de Roraima, fronteira com a Venezuela e a Guiana, bastantes vulneráveis em face das nossas despovoadas fronteiras.

Urge acelerar o *"Programa Calha Norte"* pela existência de uma região rica e praticamente inexplorada, despovoada e com fraca presença brasileira ao longo de extensa fronteira de 6.771km, ao norte do Rio Amazonas.

Atos de Governo

Decisões questionáveis e problemáticas.

Então vejamos:

O Presidente Fernando Collor, em Decreto Presidencial, assinado em 15 de novembro de 1991, criou a "Reserva *Ianomâmi*" (9.4 milhões de hectares ou 16.642km²), com área equivalente ao estado de Santa Catarina. Consta que a decisão para a sua criação foi tomada em meados da década de 60, por iniciativa da Casa de Windsor, cujos pormenores e implicações estratégicas foram arquitetados pelo Príncipe Philip da Inglaterra.

Em 14 de abril de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso homologou as terras indígenas de São Gabriel da Cachoeira, formando um polígono contínuo de 10.6 milhões de hectares (quase do tamanho de Cuba).

Por sua vez, o Presidente Lula assinou a Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, homologando a Reserva Indígena Raposa Terra do Sol, de forma contínua, uma área de 1.743.000 hectares, considerada posse permanente dos grupos indígenas INGARIKÓ, MAKUXI, TAUREPANG e WAPIXANA. Tal atitude contraria frontalmente todos os estudos e relatórios promovidos pelo Congresso Nacional.

O Presidente Lula sancionou, recentemente, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que promove a indiscriminada concessão de uso de florestas públicas na Região Amazônica.

Indígenas

A polêmica é segregar ou integrar?

Na demarcação das terras indígenas, qual seria o

seu tamanho?

Quais os critérios para demarcar as suas terras?

Precisaríamos de respostas para essas indagações, além de não conhecermos qual a regulamentação da Constituição de 1988, com relação à exploração das áreas indígenas.

As comunidades indígenas são constituídas em **tribos**, geralmente nômades de diferentes etnias e línguas diferentes. Não reconhecemos e repelimos a denominação de **nações** que permite interpretações levianas as quais podem ameaçar os interesses nacionais e até a integridade do território e a soberania nacional.

Narcotráfico

Pela extensão das fronteiras "*abertas*" da Amazônia, que facilitou as penetrações, constróem-se **corredores de passagem** do narcotráfico em direção à Europa e aos Estados Unidos. O mesmo acontece com a Bolívia e a Colômbia, tradicionais produtores de coca. Não possuímos domínio sobre as áreas limítrofes com a Guiana e o Suriname.

Campos de pouso clandestinos, em plena selva, permitem o tráfico de entorpecentes, de armas e de dinheiro. A Amazônia é imensa, e os pequenos aviões voam a baixa altura, dificultando a sua detecção pelo radar (SIVAM).

O Inimigo Invisível

A Amazônia é o **paraíso** da proliferação de doenças tropicais, tais como: leishmaniose, malária, febre amarela, hepatite, dengue, lepra (hanseníase — maior índice depois da Índia), tuberculose e mosquitos que

transmitem até cegueira (tracoma).

Os habitantes aclimatados à região (caboclos, índios e seringueiros) são menos afetados. Os brancos são mais vulneráveis a essas doenças.

Cobiça Internacional

Considerações

Desde épocas remotas, existem ambições sobre a Região Amazônica, despertando a curiosidade de famosos cientistas e naturalistas do mundo desenvolvido, em torno da grandeza e das riquezas da área. Teses sobre a livre navegação internacional no Rio Amazonas; e as tentativas do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica reforçavam, em épocas passadas, as más intenções com relação ao nosso País.

Hoje, as ações são concentradas pelas Organizações Não Governamentais (ONG), algumas mascaradas com nobres programações sobre fins humanitários, ecológicos ou científicos, direitos humanos, defesa ambiental e combate a desigualdades sociais. Na realidade, pregam o lema de que a *"Amazônia é Patrimônio da Humanidade"*.

A idéia de que o BRASIL é incapaz de preservar a natureza amazônica já tem simpatizantes na ONU, UNESCO e entidades financeiras internacionais, incluindo até a constituição de uma entidade supranacional para intervir na Amazônia.

As pressões e as presenças das ONG nas reservas indígenas e nas regiões de fronteiras formam praticamente um *"corredor de isolamento"* que favorece a estranhos interesses.

Ação psicológica

Uma verdadeira "cruzada" se forma contra o Brasil, desde as vozes de personalidades mundiais até à pregação de que a Amazônia pertence ao mundo.

Os países militarmente fracos correm o risco de ter as suas soberanias violadas. Daí vem a concepção das guerras assimétricas.

As perspectivas crescem com a previsão de escassez da água potável no mundo, por volta de 2025.

Frases de efeito

Entre as diversas manifestações de personalidades contrárias à nossa soberania sobre a área, destacaram-se: 1983 — Margareth Thatcher; 1989 — Al Gore; 1989 — François Mitterrand; 1992 — John Major; 1992 — Mikhail Gorbachov; 1994 — Henry Kissinger; 1996 — Madeline Albright; 1998 — General Patrick Hughes; 2005 — Pascal Lamy (Presidente da OMC): "*A Amazônia e as outras florestas tropicais do Planeta deveriam ser consideradas bens públicos e mundiais e submetidas à gestão coletiva, ou seja, gestão da comunidade internacional.*" Observem que Mitterrand, na época, criou a doutrina da "*soberania relativa*" e a doutrina do "*direito de ingerência*". Hoje já se fala de "*soberania compartilhada*".

Invasão branca

Esta denominação é a mais sutil e perigosa, pois a manobra envolvente acontece sem armas e sem derramamento de sangue.

As ONGs são financiadas por poderosos grupos internacionais que estão de olho nas nossas riquezas

naturais. Os órgãos do Governo não controlam ou fiscalizam as suas atividades. Na realidade, as ONGs estão pesquisando, personalizando ou patenteando a biodiversidade da área, e, até, da cultura nativa. Na reserva de MAMIRAUÁ, e outras, brasileiro não entra. Pelo Padre Antônio Vieira: ***"Eles não querem o nosso bem, eles querem os nossos bens"***.

Desafios

Cobiça internacional na Amazônia, na busca da reserva incomensurável de pedras preciosas, jazidas das mais diversas, madeiras de lei, plantas medicinais e animais exóticos; ausência de órgãos do Governo na Amazônia, fato já reconhecido pela ABIN; o Conselho Mundial de Igrejas; a demarcação contínua de áreas indígenas; na reserva Raposa Terra do Sol; uma fartura de ONGs; à Reserva Yanomâmi adentra no território venezuelano, o "ir e vir" de "meia dúzia de índios" da mesma etnia poderá redundar numa "expectativa" de nação em terras pátrias e do país vizinho; biopirataria; pressão de ambientalistas e antropólogos; plantas da nossa flora, com aproveitamento medicinal, patenteadas por laboratórios estrangeiros; demarcação, em favor de quilombolas, de áreas exageradas; a demarcação da reserva do Rio Negro — "Cabeça do Cachorro"; e ineficiência da FUNAI e do IBAMA no gerenciamento dos assuntos amazônicos, pela extensão da área a ser fiscalizada.

Focos de Tensão

A Região Amazônica também apresenta, hoje, outros problemas, tais como: grande interesse internacional

pelos recursos minerais e pela biodiversidade; utilização predatória dos recursos naturais; existência do contrabando e, sobretudo, do narcotráfico, cujos recursos financeiros chegam a neutralizar, por vezes, a incipiente presença do poder público; o constante descaminho de minerais e pedras preciosas; a desordenada atividade de garimpagem com graves deficiências sociais e trabalhistas; e as questões decorrentes de conflitos, envolvendo, normalmente, índios, posseiros, grileiros, garimpeiros, empresas de mineração e fazendeiros.

Medidas Acauteladoras

Nota-se a ausência do Estado e a falta de vontade política na resolução dos graves problemas dessa área estratégica, nos aspectos econômicos, psicossociais e militares, de modo a proporcionar melhores condições para a ocupação dos pontos-chaves, no vazio habitado pelos amazônidas.

Os brasileiros devem ter em mente que os nossos netos merecem receber um Brasil forte e intacto. Admitir a perda da Amazônia por decorrência de sua internacionalização significa inviabilizar o País como nação, pois perderemos 56% do nosso território. A opinião pública brasileira desconhece a gravidade do problema, por ignorância ou por falta de esclarecimentos da sociedade, veículos de comunicação e órgãos de Governo.

A presença das organizações militares do Exército na área, a vigilância aérea e o essencial apoio logístico da Força Aérea Brasileira (FAB) na ligação dos distantes pontos do continente amazônico, como também o atendimento, pela Marinha de Guerra, das populações

ribeirinhas, abandonadas à própria sorte e isoladas da civilização, são respostas à preocupação com a soberania nacional. O Exército Nacional está empenhado no desenvolvimento da chamada "*Estratégia de Resistência*", cujos princípios básicos são os de se opor ao **Invasor**, que tenha um poder militar incontestavelmente superior ao brasileiro. É necessária determinação, vontade, paciência e fé, para expulsar os alienígenas. Trata-se também de uma demonstração de não ceder à adversidade, apresentando uma política de dissuasão, de maneira que os possíveis invasores pensem duas vezes e estejam cientes de que pagarão com um **elevado preço em vidas** pela sua aventura.

A possibilidade apresentada não é utópica nem paranoica, pois no atual quadro político mundial, predominam as pressões intervencionistas de organismos internacionais. Precisamos, no entanto, de uma "*vontade nacional*", para não aceitar a limitação de nossa soberania. Todos os cidadãos responsáveis, políticos ou não, devem "*acordar*" nosso povo, que se encontra desinformado, de modo que surjam pressões legítimas na formação da **vontade nacional**, possibilitando a defesa da nacionalidade, contribuindo para o ressurgimento do sentimento de pátria, a despeito de todas as nossas mazelas.

Conclusão

Vamos **abrir a janela** e observar a situação do nosso Planeta.

Após o aparente término do "*equilíbrio do terror*", quando duas potências mundiais se digladiavam pela

conquista dos povos, seja por meio do controle ideológico, seja pelo econômico, hoje, observa-se a atuação de uma potência hegemônica e de um grupo de países (grupo dos oito) que determinam o destino da Humanidade. A época da chamada "*Guerra Fria*", em que predominava o conflito Leste-Oeste, foi substituída por uma confrontação Norte-Sul, em que os países pobres, que detêm, no momento, uma grande instabilidade psicossocial, econômica e política, são constantemente ameaçados pelos ricos, ditos desenvolvidos.

Basta consultar a História para saber que, na política internacional, as amizades entre os países são transitórias, o que predominam são os interesses nacionais. Na realidade, os brasileiros devem voltar as suas atenções, também, para o Pantanal, o Aquífero Guaraní e a extensão de nossa fronteira marítima, hoje, denominada de Amazônia Azul, pela riqueza de sua plataforma continental e a importância na defesa da nossa Soberania.

Na época da tão badalada "*globalização*", na qual não sabemos o que temos a ganhar ou a perder e levando-se em conta a teoria de que os países não têm mais fronteiras, devemos ficar atentos para não sermos **manipulados** por uma mídia que não sabemos até que ponto seria mera transmissora de notícias, favorecendo interesses de grupos internacionais ou mesmo nacionais.

O lema **INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR** está cada vez mais persistente. No entanto, existe uma luta surda entre os **ambientalistas** e os **desenvolvimentistas**.

Não se deve degradar o ambiente ecológico da Amazônia, porém não se deve deixar de desenvolvê-la com critério, como, também, não se deve conservá-la virgem para ser aproveitada e até ser possivelmente degradada por outros povos. **O bom senso deve prevalecer.**

Nosso povo, **principalmente a Classe Média**, está preocupado com as nossas deficiências internas, em que a violência, a corrupção, a impunidade e os maus exemplos ocupam os noticiários dos veículos de comunicação, fazendo com que nos esqueçamos de **abrir a janela**, tornando-nos desatentos ao que se passa no mundo, onde há países que hoje sofrem intervenções econômicas e/ou militares.

Ao encerrarmos o presente trabalho, queremos prestar nossas homenagens a brasileiros que formaram a História da Amazônia, como o temido índio e guerreiro **AJURICABA**, o desbravador **PEDRO TEIXEIRA**, o patriota **PLÁCIDO DE CASTRO**, o memorável **BARÃO DO RIO BRANCO**, o idealista **MARECHAL RONDON** e o GENERAL **RODRIGO OTÁVIO**, autor da célebre frase: **"ÁRDUA É A MISSÃO DE DESENVOLVER E DEFENDER A AMAZÔNIA. MUITO MAIS DIFÍCIL, PORÉM, FOI A DE NOSSOS ANTEPASSADOS EM CONQUISTÁ-LA E MANTÊ-LA"**.

"O inimigo que você não vê, é aquele que o abaterá."

Frase colocada nas paredes dos alojamentos da Luftwaffe na Segunda Guerra Mundial.

O NORDESTE E O CANGAÇO

Joselauro Justa de Almeida Simões

Cel Ex Inf

Há momentos nos quais a realidade da vida se apresenta com bastante complexidade. Vamos nos deter em períodos históricos que envolveram a política regionalista do Nordeste, tão ignorada pelo grande público.

Seu conhecimento é básico para o entendimento da importante participação desta região na formação da nacionalidade brasileira.

Os fatos se reportam aos episódios repletos de heroísmo e valentia por parte de homens que se destacaram como verdadeiros líderes do seu povo.

Iniciamos pela chamada "Insurreição Pernambucana", que culminou com a expulsão dos holandeses (1624 – 1654) nas batalhas dos Guararapes, quando surgiu uma consciência patriótica desencadeada por este movimento nativista. Cabe lembrar que a Holanda era uma potência de primeiro mundo. Sendo assim, era preciso criar, para a luta, uma nova modalidade de guerra – "A GUERRA BRASÍLICA" –, com o emprego de companhias de emboscadas. Destacaram-se as figuras de Matias de Albuquerque, de João Fernandes Vieira, de Antônio Felipe Camarão – o índio Poti – do negro Henrique Dias e do estrategista em guerrilhas o paraibano André Vidal de Negreiros.

Anos mais tarde o movimento nativista frutificou, chegando a vez dos portugueses, com a eclosão da

revolução pernambucana em 1817, onde surgem outros atores, como o padre Miguelinho, o padre Roma, o frei Caneca, José de Barros Lima – “O Leão Coroado” – e o jovem paraibano José Peregrino Xavier de Carvalho.

A Maçonaria e a Igreja tiveram uma participação exemplar pela suas lideranças tanto em 1817 quando na revolução nativista de 1824.

Logo após a independência do Brasil (1822), D. Pedro I teve de enfrentar a revolta das províncias nordestinas em 1824, desta vez republicana e separatista.

Pernambuco contava com a adesão da Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, na formação da “Confederação do Equador”, cuja bandeira tinha os seguintes dizeres: “Independência, União, Liberdade e Religião”.

Agora vamos ao sertão, região de difícil sobrevivência e com péssimas condições econômicas e sociais do homem, provocadas pelo clima e ausência do poder do Estado.

Surgia, em consequência, no sertão, nos idos de 1897, um andarilho que arrastava por onde passava grande quantidade de seguidores. Um homem de muita religiosidade e carisma e possuidor de um enorme poder místico era Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antônio Conselheiro, por distribuir conselhos a um povo simples, rústico e ignorante. Quis o destino que esse homem formasse o império do Belo Monte, na região do arraial de Canudos, às margens do rio

Vaza Barris, no nordeste da Bahia.

Conselheiro, em seu movimento messiânico, pregava contra os pecados da república, que criara o casamento civil, separava a igreja do estado e cobrava impostos de uma população miserável.

O povo que seguia Conselheiro era constituído pelos excluídos da sociedade, pelos santarrões rezadores e até por cangaceiros convertidos às suas ideias. Não se podia prever que a pacata e conformada alma sertaneja partisse para a violência, enfrentando as forças policiais baianas e quatro expedições do Exército Nacional, em lutas sanguinárias, que durariam dois anos.

As dificuldades em derrotá-los consistiam no desconhecimento do terreno pela tropa, dificuldades de logística e o descrédito em relação ao valor dos jagunços. Nas investidas das forças governamentais, em vez de deprimidos, os sertanejos se tornavam cada vez mais fortes e determinados, sustentados por uma fé religiosa que chegava as raias do fanatismo.

Outra personagem muito referenciada no Nordeste é a do Padre Cícero Romão Batista (1844 – 1934) pela dedicação prestada a sua gente bastante sofrida em razão das secas, fenômeno climático cíclico que atingiu o sertão nos anos de 1877/78/79 e 1915.

O Padre Cícero foi perseguido e até excomungado pela sua Igreja, o que não impediu que, até os dias de hoje, o povo, nas romarias à Juazeiro do Norte, considerada a “Meca do Nordeste”, grite em alto e bom som – “VIVA MEU PADIM CIÇO”.

Mais recentemente (1930), grave turbulência acontece, desta vez, na Parahyba do Norte. João Pessoa, Presidente do Estado, na formação da chapa para senadores e deputados, sacrifica a candidatura de João Suassuna, ocasionando a ruptura das oligarquias políticas contra o seu governo. O Coronel José Pereira Lima, deputado estadual por quatro vezes, comerciante e fazendeiro, era um líder na região da cidade de Princesa, no alto sertão paraibano e distante 400 km da capital. Zé Pereira rompe com João Pessoa e proclama o "território livre de Princesa", criando uma constituição, jornal, bandeira e hino, enfrentando a Polícia Estadual com o emprego de tática de guerrilhas durante cinco meses.

No pretexto da procura de armas, a polícia invade a residência de João Dantas, de prestigiosa família da cidade de Teixeira e amigo de Zé Pereira.

João Dantas que possuía um temperamento corajoso e aguerrido não aceita passivamente a violação do seu escritório na Capital.

João Pessoa não rezava por cartilha diferente, sendo um homem de grande teimosia e coragem.

João Dantas por se julgar atingido em sua honra assassina a tiros, na Confeitaria Glória no Recife, o Presidente do Estado da Parahyba. A desavença leva, além das razões políticas, um cunho de crime passional, por estar envolvida a pessoa da sua companheira, Ana Beiriz, cuja vida particular foi escancarada publicamente.

A morte do político João Pessoa serve de estopim

para a eclosão da revolução de 1930, unindo a Parahyba ao Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que culminou na deposição do Presidente Washington Luiz, em 24 de outubro de 1930.

A Assembleia Legislativa da Parahyba, reunida em convenção revolucionária, troca a bandeira do Estado e o nome da Capital de Parahyba para João Pessoa.

João Dantas é morto ou se suicidou na cadeia pública do Recife, gerando essas versões muitas controvérsias. Zé Pereira após a morte de João Pessoa sai de Princesa e João Suassuna é assassinado no Rio de Janeiro.

Outra anormalidade que marcou o sertão nordestino foi o Cangaco, cuja duração atravessou os séculos XVIII, XIX e XX.

No dizer de João Lelis de Luna Freire – “O cangaceiro é o produto da falta de justiça e da nossa viciada educação política feita em gerações sucessivas”.

O princípio básico de atuação do cangaceiro era a ofensiva e a surpresa, aliadas ao seu hábil espírito de improvisação na prática das tocaias e das emboscadas. Mascando o seu fumo de rolo e mastigando a sua rapadura, surge o sertanejo tenaz, homem danado, paciente e silencioso, sempre a procura da oportunidade certa de apertar o gatilho.

O termo cangaco deriva da palavra “canga”, peça de madeira ajustada ao pescoço do boi, como suporte para tração da carga. Isto era pela comparação com o volumoso equipamento que os bandoleiros transportavam nas marchas forçadas através da caatinga.

Eram os cangaceiros perseguidos pelas “volantes”, realizando nos combates ataques, recuos, emboscadas, tocaias e negaças, características de operações de guerrilhas.

Fizeram escola no cangaço, entre outros, Antônio Silvino, Chico Pereira, Cassimiro Honório, Jesuíno Brilhante e Virgulino Ferreira da Silva – “O Lampião”

Lampião possuía um talento tático e estratégico, empregando o reconhecimento do terreno, o largo uso das informações, além de dividir os seus homens em grupos e subgrupos, para obter maior mobilidade, mascarando os deslocamentos.

Virgulino tinha uma destreza fora do comum no manuseio do seu rifle de repetição, dando o dobro de tiros de um atirador normal, daí vem o seu apelido de “Lampião”, pelo clarão provocado à noite pela sua arma.

Enquanto os também célebres cangaceiros Luiz Padre, Sinhô Pereira e Antônio Silvino usavam roupas normais. O bando de Lampião, ao contrário, usava trajes ornamentais, estéticos, com chapéu de couro, bornais, cartucheiras, coldres e bandoleiras enfeitadas em ouro e prata, com signos de Salomão, flor de lis, cruz de malta e estrelas de seis pontas. O armamento que usavam era o rifle Winchester 1892, cal 44, o fuzil Mauser, cal 7mm, pistola, revolver e o famoso punhal de 80 cm, para uso em sangramentos e outros fins. Calçavam alpercatas e bornais cruzados ao corpo, em vez de mochilas.

O cangaço deixou lembranças na literatura de cordel, na música, na dança e até hoje nos desafios

dos cantadores de emboladas e cegos rabequeiros, nas feiras do Nordeste. Cabe lembrar a participação das mulheres no cangaço com destaque de Maria Bonita, Sila e Dadá, a mulher de Corisco, o vingador de Lampião, morto em 1940.

Os jovens que ingressavam no cangaço em sua maioria eram provenientes da Ribeira do Pajeú (PE), verdadeira universidade da violência. Pertenciam à classe média local, e, como sertanejos eram indiferentes à morte e insensíveis ao trato com o sangue, próprio daqueles que convivem com a natureza cruenta da atividade pecuária.

Os desvios de comportamento que os levavam para a criminalidade faziam com que buscassem um refúgio, em face de delitos praticados, desejos de vingança e a adoção de um novo meio de vida com total liberdade.

Lampião foi convocado para integrar os Batalhões Patrióticos no combate à coluna Prestes, mediante apelo do padre Cícero, recebendo para isso o título de Capitão.

O período do cangaço no Nordeste foi longo, terminando com o declínio da vida de Lampião, no insucesso da tomada da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Vítima de traição, Lampião foi morto na Grota do Angico (SE), em um cerco da polícia alagoana comandada pelo Tenente João Bezerra, sendo degolado juntamente com sua companheira Maria Bonita e mais oito dos seus cabras. Assim desaparece um vencedor de desafios, chefe de

autoridade jamais discutida, apesar da convivência de duas décadas com os homens mais perigosos do sertão. No dizer do cangaceiro Medalha, o seu chefe tinha, "o pensamento adiante da palavra", de par com a autoridade moral de quem "só comia e bebia depois que todos tivessem comido e bebido; só montava depois que todos tivessem montado".

O mundo dá voltas e, por incrível que pareça, Lampião é hoje admirado em todo o Nordeste, tendo se transformado em verdadeiro mito. Considerado por alguns, um bandido e, por outros, um justiceiro, por ter vivido em um tempo em que não se esperava a morosidade da justiça para se rebater uma afronta, resolver casos de honra, rixas entre famílias e disputas de propriedades.

O público que esse artigo pretende atingir é aquele constituído por compatriotas desconhecedores das histórias regionais do seu país, tão cheias de ensinamentos e atos de bravura. Sintetizamos alguns fatos no qual surgiram cidadãos brasileiros, cujo senso de liderança e coragem na tomada de atitudes era calcado no calor de suas veias, em razão da lenta evolução das estruturas políticas e sociais de uma época.

A Cultura Brasileira

Fernando Bicudo

O mundo caminha aceleradamente para uma nova gênese. Estamos verificando que as nações e os povos não mais são conquistados pelas guerras, como acontecia na Antigüidade. Não é mais a força militar que determina o poderio de um povo e as suas conquistas. Os impérios também não são mais formados pelo poderio econômico. Com a globalização da economia, com as transnacionais e com a força dos órgãos internacionais, cada vez mais o capital não é fator determinante do poder de um povo sobre outro, de uma nação sobre outra ou de um grupo sobre o outro.

Cada vez mais o homem busca o conhecimento. Cada vez mais a cultura é reconhecida como o tesouro maior de um povo e de uma civilização. Ela é a conquista maior que temos, é o legado que deixamos para as gerações seguintes.

A sobrevivência de uma nação está diretamente ligada à força de sua cultura. As fronteiras de um povo serão determinadas pelo alcance e pela divulgação dela. Estamos verificando a Europa sendo transformada em um país; estamos vendo a Europa unida. As fronteiras estão desaparecendo e os países passam a ser parte uns dos outros. Estamos vendo continentes.

Recentemente, os governos dos países europeus reuniram-se, preocupados com a pasteurização

que se está verificando em suas sociedades. Essa homogeneização imposta pelos meios de comunicação e fruto da globalização está descaracterizando as sociedades que, antigamente, e até muito recentemente, tinham características bem distintas. Se a Europa, continente de tradições culturais seculares, está preocupada com a descaracterização de suas origens e raízes diante da globalização e os governantes resolveram investir verbas vultosas em suas culturas populares e folclóricas para preservação da identidade, o que dizer de nós, aqui no Brasil? Somos um país jovem e dentro de mais alguns anos vamos ter a ALCA, com a América unida. Esperamos que seja unida, justa, mas temos muitas dúvidas a respeito disso. O que será de nossa cultura, da nossa sociedade e da civilização brasileira?

Isso me preocupa, porque ainda estamos vivendo um período em que não temos essa união, verificando-se uma descaracterização acelerada da cultura brasileira. Considero, inclusive, absolutamente errados os mecanismos atuais de incentivo a esse quesito. O Brasil está criando sistemas que são incentivos à cultura universal e alienígena, mas não à brasileira.

Recentemente, há dez anos, começamos a ter leis de incentivo à cultura. O que essas leis fizeram até agora? Onde está ela? Está desassistida. As maiores expressões que verificamos em nossa sociedade são atos de marketing e de valorização de marcas comerciais que se refletem nos grandes eventos culturais. Basta verificarmos o nome dos nossos

eventos: Free Jazz, Carlton Dance, Kaiser Rock. Onde está a brasileira? O que isso tem a ver com o maracatu, com o bumba-meu-boi, com o caboclinho, com a essência nacional? Não vemos isso refletido no noticiário dos jornais ou da televisão. O que existe é uma ação mercadológica, como se fosse um complô contra nossa nacionalidade. Os pequenos grupos folclóricos e da cultura popular e as pequenas e as médias companhias teatrais têm dificuldade muito grande de acesso aos incentivos. Quem tem acesso a isso são os grandes grupos e os grandes produtores que, em sua maioria, estão ligados a grandes grupos econômicos, que valorizam seus interesses comerciais em detrimento dos interesses nacionais.

Sou economista e homem acostumado a fazer projetos. Levei sete meses e fiz exaustivas visitas a Brasília e ao Rio de Janeiro para atender ao que era exigido. Para aprovar o meu primeiro projeto, tive de preencher nove formulários, treze anexos e apresentar oito certidões. Ainda tive de cumprir algumas exigências.

Qual é o grupo brasileiro que se pode dar ao luxo de fazer isso? Em sua grande maioria, a arte brasileira funciona independente de burocracia. Quem pode se submeter a essa forma estatizante que emperra a obtenção desses supostos incentivos?

O que aconteceu, a bem da verdade, foi que, com tantas exigências, o apoio à atividade cultural desapareceu. Antes, os produtores iam às em presas e pediam um quilo de miçangas, dez quilos de plumas,

madeira. Agora, não podem fazer isso. Na primeira fase da lei, a empresa simplesmente contabilizava o que era feito como doação e apresentava no seu Imposto de Renda, e a coisa funcionava. Agora, o projeto cultural tem de ser prévio, o que é uma ingerência. A atividade no Brasil passou a ser aprovada pelo Ministério da Cultura. Acabou a espontaneidade! Se o projeto não for aprovado, não há como receber nada, o que dificulta a produção.

Estamos vivendo um momento de extrema carência de recursos para a produção brasileira. Por outro lado, não podemos deixar de pensar que a cultura é o fator determinante da cidadania, é o que vai determinar a sobrevivência do povo brasileiro. Sempre foi olhada como supérfluo. Devemos mudar a visão que temos sobre isto.

A cultura é o elemento mais importante do desenvolvimento econômico de um povo. O elemento mais importante para diminuir as injustiças sociais. A indústria cultural é capaz de criar maior número de empregos no Brasil. É a atividade que maior benefício traz ao país. No entanto, é sempre relegada a segundo plano.

Passei quinze anos fora do Brasil, em auto-exílio. Não damos importância aos nossos valores, não conhecemos o Brasil e não conhecemos a cultura brasileira, que não se encontra nos grandes centros, mas na periferia, no Norte e no Nordeste. O mundo inteiro a reverencia.

Por que não investir de forma eficiente e encontrar

mecanismos de apoio para que criemos empregos e possamos aumentar o turismo cultural? Seria uma forma de atrair, inclusive, o investidor estrangeiro. Aquele que vem atrás desse tipo de turismo é capaz de investir no País. Uma forma de atrair o capital estrangeiro é vendê-la e incentivá-lo.

Pergunto-me por que o Brasil, que recentemente criou para a pequena e para a microempresa o imposto Simples, pois não têm infra-estrutura para cuidar de tantos impostos, não faz uma lei simples nessa área? Por que não pensamos em diferenciar o pequeno produtor cultural, que não tem infra-estrutura burocrática e administrativa, para que se possa seguir os mesmos princípios do grande? Por que não valorizamos a produção, baseada na cultura brasileira, com incentivos maiores do que aqueles que estão simplesmente servindo de elemento de valorização de uma marca? Temos de pensar nessas coisas.

Verificamos que existe uma carência de financiamento. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico recentemente incluiu o "S", passando a ser Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esse "S", parece-me, entrou apenas para que ficasse politicamente correto, porque não o vemos. Eu gostaria de vê-lo financiando as atividades sociais com a mesma ênfase que dá ao desenvolvimento econômico. A cultura é o vetor mais importante de desenvolvimento econômico da Nação e o fator primordial, principalmente nas regiões mais carentes do Brasil, para a criação de novos empregos, que é

um problema nacional.

O dinheiro investido, recentemente, na fábrica da Volkswagen, que criou duzentos empregos, poderia ter criado duzentos mil empregos no Nordeste. Esses duzentos mil empregos no Nordeste atrairiam – o fator é dezenove – esse número multiplicado por dezenove de outros empregos, que, por sua vez, atrairiam o capital estrangeiro. A indústria cultural é a que mais cresce no mundo e a que tem melhor retorno.

Os senhores se lembram de Nova York, em 1975. Decretaram a falência de uma cidade do mundo capitalista. O prefeito daquela cidade, na época, pegou o seu caixa – havia poucos recursos, insuficientes para que qualquer projeto de sua administração pudesse ir adiante – e destinou a verba aos artistas para que falassem do amor que tinham pela cidade. Essa pequena verba resultou na campanha “I love New York”. Devido a esse refrão, a Broadway se revitalizou. Era uma cidade extremamente violenta. Eu morava lá naquela época. As indústrias, o comércio e os serviços saíram de lá, indo para os arredores. A cidade tinha um índice de desemprego altíssimo, o maior dos Estados Unidos. Com a criação do grito de amor por ela e com os espetáculos que aconteceram na Broadway, vieram os turistas; com eles, os hotéis encheram; os restaurantes tiveram de contratar mão-de-obra; a indústria de serviços foi aumentando; as conferências e as reuniões anuais das empresas passaram a convergir para lá novamente; a atividade da cidade começou a florescer de novo; os impostos

foram recolhidos e as dívidas passaram a ser pagas. Nova York saiu da insolvência e voltou a ser – estava perdendo para Londres – o centro financeiro. Hoje, indubitavelmente, é a capital do mundo dos negócios.

Tudo isso ocorreu por causa de um bando de artistas que resolveu falar de amor pela sua cidade. Não há um brasileiro que ouse falar do amor pelo seu País e pela sua cultura e que ache que temos de pensar na alma nacional. É hora de dedicarmos um pouco mais de atenção às expressões autênticas, que são as festas populares, as músicas e as danças do folclore, essência e base da nossa cultura verdadeira.

COMARA, **50 ANOS VENCENDO DESAFIOS E** **INTEGRANDO O BRASIL**

Jesse Ribeiro da Silva

Em evento recente assistimos a uma expressiva palestra que pontificou o lançamento de um livro (COMARA 50 ANOS), com belíssimas fotos. Documentário fiel, evidenciando a corajosa arrancada de uma “empresa” que desafiando a força da natureza, conseguiu com uma engenharia criativa e inovadora, respeitar a sazonalidade e empregar a mão-de-obra nativa. Alavancou projetos viabilizando a verdadeira integração de uma região que representa mais da metade do território nacional, onde riquezas cada vez surpreendentes, têm atraído a cobiça do mundo.

UM TRABALHO DE ORGULHO

É mandatário transcrever aqui a descrição desse magnífico trabalho: “ Conhecida por suas florestas inexpugnáveis e rios caudalosos, pelo calor asfixiante e chuvas torrenciais, a Amazônia historicamente se contrapôs aos esforços de sua integração, tornando nulos os trabalhos realizados. Parecia que tão somente nos rios se poderia transitar e que no ar apenas asas emplumadas pudessem percorrer seus caminhos. E ela teria sido mantida nessas condições, não fossem a perseverança de pessoas que acreditaram que a riquíssima região pudesse ser incorporada ao nosso território. Essa luta passava pela construção de aero-

portos, o que permitiria chegar às mais remotas aldeias e cidades ribeirinhas, ligando o interior aos centros de desenvolvimento, levando cidadania, apoio e esperança a brasileiros até então esquecidos. Eis que surge a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), que nos últimos 50 anos realizou uma obra digna de entrar para a História, tanto pela grandiosidade e relevância de seus resultados como pela garantia de soberania sobre esse ecossistema. Um trabalho que pode ser visualizado no contorno geográfico do país, uma vez que hoje o avião é utilizado para assistir as comunidades na imensidão da floresta, para servir a integridade territorial, apoiar organizações militares que guardam e defendem as fronteiras e prover esperança de vida com a prestação de socorro aéreo. Inúmeras outras atividades não seriam possíveis sem uma rede aeroportuária para garantir liberdade de ação e segurança ao voo.

Em 50 anos, a COMARA foi da imaginação à execução, do possível ao realizável, do querer ao fazer. Em uma região onde a iniciativa privada não se aventura na tarefa de construir e manter pistas e edificações, onde a mão-de-obra é escassa, especialmente a qualificada, e cada obra de engenharia implica em custos elevados e requer cuidados com o meio ambiente. Foi esse trabalho de heróis anônimos que deu ao Brasil uma estrutura aeroportuária capaz de atender às suas necessidades. Com o lema "Construir, apoiar, combater e vencer!", pode hoje orgulhosamente nos mostrar que o amor ao país e sobretudo entender que se nós

brasileiros não nos dispusermos a ocupar, preservar e usarmos em benefício próprio, aos ribeirinhos e à nação como um todo, seremos” sooner or later” vítimas da cobiça dos mais poderosos, que têm buscado nos territórios alheios, aquilo que destruíram em seus próprios rincões, sob a alegação de manter o equilíbrio climático do planeta, enquanto simultaneamente prospecções abrangentes, à cata da exploração posterior de riquezas que até onde sabemos, só o Brasil possui. Nesse desafio, muitos tombaram. Entre acidentes inevitáveis, e doenças tropicais que ainda hoje grassam nessa região, esses episódios não desencorajaram nossos heróis, ao contrário, propiciaram ações e pesquisas que hoje permitem medidas profiláticas que praticamente anulam esses eventos. Para exemplificar algumas particularidades da Amazônia, consideraremos algo que pode surpreender à maioria: Por ex. a escassez de rocha (pedra), na região, insumo essencial básico a qualquer obra de engenharia de edificações. E quando essa preciosidade é encontrada, surgem outras dificuldades, mercê dos hábitos e cultura dos nativos, sobretudo nossos silvícolas, arraigados às tradições de seus ancestrais. Assim é que na construção do aeroporto de Uaretê, localizada uma pedreira próxima à área a ser construída,, foram os índios consultados sobre seu aproveitamento, eis que localizada em suas terras – negociada a concessão, foi construída uma estrada de 3 km para acessá-la. Quando pronta para a produção de brita, usina montada, os caciques mais idosos foram informados e “embargaram” tudo: era

local sagrado, repouso das almas dos antepassados. Esgotados os entendimentos, o Ministério da Cultura, determinou a não exploração da mina e a COMARA teve que buscar pedra em outro lugar, ainda que mais distante e dispendioso, perdendo todo o investimento na estrada, etc. Quando da construção do principal aeroporto de Manaus, a única maneira de compactar a terra, era praticamente calciná-la, técnica até então nunca empregada em qualquer outro lugar. Imaginemos o volume gigantesco desse material e os fornos empregados para essa atípica tarefa, além do regime das chuvas que ao mesmo tempo se precipitava, o que implicava em ter que isolar-se toda a área com enormes mantas de plástico. Esse recurso inovador passou a ser rotina nas outras obras, constituindo-se em condição "sine qua non" para superar a adversidade climática da região.

"COM A PISTA DE POUSO CHEGA A COMIDA, O REMÉDIO, OS MATERIAIS E ATÉ AS NOTÍCIAS"

Com a aquisição de grandes balsas e gigantescas empurradeiras, os trabalhos foram se desenvolvendo onde os meios fluviais permitiam, mas grande parte dos materiais eram levados por aviões e inicialmente helicópteros. E foi a demanda por helicópteros de grande porte que atraiu os americanos com seus CHINOOKS, com dois rotores e duas turbinas além de cabos e cintas especiais, capazes de transportar até 10 toneladas. Tínhamos um problema na ocasião, que era levar as máquinas para a construção do aeroporto de

São Félix do Xingu. Não havia acesso até lá através

do Rio Estreito, muito perigoso. Então sem balsa grande e sem avião, nada chegava lá – “nem máquina, nem médico, nem dentista”. Os americanos toparam – foram buscar os helicópteros, creio que a preço de mercado... (). Na Amazônia, “alguns e próximos”, são modos de dizer, coisa que os americanos não sabiam. Levamos as máquinas para a aldeia Gorotire em Hércules C130, diz o Brig. Otomar, ali desmontavam alguma coisa, porque os helicópteros não transportavam um trator inteiro. Os “gringos iam diariamente de Bandeirante para dormirem em Belém. Todos esses desafios e dificuldades a COMARA teve de enfrentar, até porque outras grandes empresas que se candidataram, abandonaram os projetos, deixando seus equipamentos no local. Para sermos justos e fiéis a esses desbravadores, e são tantos que não é possível nominá-los todos, prefiro o relato “ipsis literis” documentado: Em novembro de 1976, o Brig,. Protásio visita a Cabeça do Cachorro, no oeste do Amazonas, junto à fronteira da Colômbia e Venezuela. O avião pousa na pequena São Joaquim, cuja localização estratégica fez com que ali, já no séc 18, o governador mandou erigir um Forte. Duzentos anos depois, e vencida a curta distância entre o rio e a comunidade, o Brigadeiro está diante da escola local. Na porta, uma plaquinha: “Escuela para Niños”.A Amazônia era ainda maior do que ele pensava. Um país não é só o que está no papel, há muito de imaterial e subjetivo na percepção que cada um tem de sua terra natal, de sua nação, mas a língua é sinal inequívoco de pertencimento – e ele sabia disso. Não por acaso,

boa parte do plano de obras do ano seguinte, incluía localidades estratégicas nessa área do Amazonas como Japurá, Querari, Maturacá, Cucuí, Uapuí, São Gabriel da Cachoeira e São Joaquim. É assim que a COMARA trabalha, antecipando-se às necessidades (). Porque onde se constrói a pista, chega a cidade. Quando começaram os anos 80, essa "máquina de fazer aeroportos", já era bem conhecida nos meios militares e civis – e entre índios, caboclos e ribeirinhos com certeza. O moral estava alto - Um acordo com o ITA, dava início a uma série de cursos de extensão universitária, trazendo ótimos professores de S. José dos Campos até Belém. Estudavam-se matérias bem específicas de grande aplicabilidade nas obras da COMARA, como Tecnologia de Solos Tropicais, Drenagem de Aeroportos, Enfoques Modernos de Avaliação e Projetos de Pavimentos Flexíveis. A atualização do pessoal iria mostrar-se necessária nas décadas seguintes, com a decolagem de dois mega-projetos: O SIPAM/SIVAM (Sistema de proteção e Vigilância da Amazônia) , cujas origens estão em 1984 e o Projeto CALHA NORTE, iniciado em 1985, ambos de longo prazo e ampla distribuição de obras. O SIVAM/SIPAM, é hoje bem conhecido pela população esclarecida, já o CALHA NORTE, pretendia entre outras coisas, mobilizar as frentes do Exército nas fronteiras (16.860 km), e por isso foram abertas várias pistas pioneiras, locais que não tinham acesso rodoviário nem hidroviário – onde não havia outra maneira de chegar(...). Operações como essas exigem transporte de grandes e pesadíssimas quantidades de equipa-

mentos e materiais, forçando as equipes a encontrar soluções inacreditáveis – Como entregar um caminhão basculante no meio da selva? E uma espalhadeira de asfalto? E o asfalto, onde é produzido? Como levá-lo até a obra antes da época das chuvas? Tínhamos um ponto central no oeste amazônico que é São Gabriel da Cachoeira. As máquinas pesadas eram parcialmente desmontadas em Belém, depois deslocadas para lá em Hércules C-130, em viagem de 6 horas. Dali, quase tudo seguia para os locais das obras suspensos por helicópteros, modalidade de transporte que naquele tempo a COMARA ainda não dominava – Quase tudo era inovação, não havia manuais de instruções - Os erros cometidos eram corrigidos, dali em diante viraram conhecimento.

ASSIM NA ÁGUA COMO NO CÉU

“Certo dia chegou uma nova espalhadeira de asfalto (...) a primeira vez que colocamos essa máquina em um C-130, demoramos um dia de trabalho. Posteriormente essa operação reduziu-se para quatro horas. Outro ponto positivo é o transporte aquaviário. A COMARA possui uma frota de 14 balsas(com capacidade total de 9.800toneladas), e 8 empurradoras (13.400toneladas). Já em meados de 1980, foi digno de nota o comboio gigante que transportou um canteiro completo de obras – pessoal, máquinas, e material, de Tefé para Manaus. Eram 7 balsas e 2 empurradores, que juntos formaram um “território” de 2.300 m2, com capacidade de 6.000toneladas.. “ Nossa logística sempre foi espetacular”(....) São mais

de 1.000 equipamentos de grande porte, incluindo tratores, caminhões, balsas, empurradores, usinas de asfalto, britadores, etc. E na sede em Belém, é possível saber a qualquer instante onde está cada um desses equipamentos, qual sua condição operacional, se está em pane ou precisa de reparo ou de um pneu. Na COMARA os equipamentos são como grandes amigos. A familiaridade deles com o pessoal e as chefias, advém dos vôos de acompanhamento e verificação das obras – os chamados “balões”. A cada mês, uma expedição parte da sede e visita todos os canteiros de obras, levando e trazendo notícias, traçando planos, trocando especialistas de canteiros, integrando as equipes. Antigamente havia poucos bancos no interior da Amazônia, então os balões levavam também dinheiro para pagar o pessoal. Isso, em tempos de inflação, significava 400, 600 kgs de notas...

Observando-se o mundo moderno, a impressão é que o avião sempre existiu. Claro, a invenção de Santos-Dumont pertence à “mitologia” do séc. 20 e do rol das coisas sem as quais não se consegue imaginar a vida, como o automóvel, o cinema, a TV e o computador. Mas ainda não se passaram 100 anos da primeira travessia do Atlântico Sul, feito heróico dos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral. O primeiro vôo postal brasileiro é ainda mais recente, de 1931, pelos tenentes Casimiro de Abreu e Lavanère-Wanderley, decolando do Campo dos Afonsos (RJ) para 5 horas após fazerem um pouso de emergência no Hipódromo da Mooca (SP). Até os anos 1940, era como que um

acontecimento ter um avião sobrevoando nossas cidades (...). Foi com a Segunda Guerra (1934- 1945) que a idéia de construir uma malha aeroportuária ganhou força. A presença de submarinos alemães impedindo o abastecimento do Norte e Nordeste por meios marítimos mostrou que o Brasil não poderia adiar a tarefa. Em 1945 as principais cidades brasileiras já tinham aeródromos com pistas asfaltadas. A Amazônia tinha 17 pistas de pouso e apenas Belém, Manaus e Santarém eram asfaltadas.

AS ÚLTIMAS FRONTEIRAS

Por iniciativa do então Brig. Eduardo Gomes (1896-1981), no início dos anos 1950 tomou forma um projeto de construção de novas pistas na região, algo que ganhou fôlego com o surgimento da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que mais tarde daria origem à SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Foram elaborados dois planos quinquenais e ambos incluíam a construção de aeroportos. Nesses documentos, a essência do que se pretendia: Amazônia tem nos transportes aéreos um grande fator de intercâmbio social e comercial. O avião do séc. 20 exerce, na sua ação pioneira, a mesma influência do navio a vapor do séc. 19. ao levar o influxo da civilização do sul e do litoral a todos os quadrantes da planície amazônica. Basta dizer que antes do avião, uma viagem de Manaus a Cruzeiro do Sul (Acre), demandava uma viagem de 30 dias por via fluvial, sem outros fatores intercorrentes. Estava chegando a vez das últimas fronteiras do Brasil,

até então parcialmente vencidas pelo hidroavião PBY-5ª Catalina (PataChoca), e o Douglas C-47, cargueiro bastante funcional, virtuoso em pistas rústicas e curtas. O passo firme veio em 1955, com a comissão mista FAB/SPVEA, resultado de esforço pessoal do brigadeiro Antônio Alves Cabral, então comandante da 1ª. Zona Aérea. Cerca de um ano depois, em 12 de dez de 1956, decreto de No. 40.551, assinado pelo presidente JK, criava a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, destinada a estudar, projetar, construir e equipar aeroportos na região”, conforme seu artigo primeiro. E, embora não constasse no documento presidencial, estava claro que a nova empresa serviria ao treinamento contínuo da Força Aérea na construção, recuperação e manutenção de campos de pouso – algo tão necessário em tempos de paz quanto em tempos de guerra.

CONQUISTANDO A SELVA

De carro dois meses. De avião, três horas – Em agosto de 1958, a COMARA está entregando o aeroporto de Itacoatiara, cidade à margem esquerda do Rio Amazonas, a cerca de 270 km de Manaus. Presentes o comandante da 1ª. Zona Aérea,, o superintendente da SPEVEA, e o prefeito da cidade, autoridades militares e civis. Cerimônia em curso com discursos, bandas, vivas e aplausos, apesar do atraso do governador. Duas horas antes, uma aeronave saía para buscá-lo, tendo ao comando, o administrador da COMARA, major-aviador Protásio Traço comariano, esse de bater escanteio e correr para cabecear. O tempo passa e o avião não chega. Já está para decolar outro e sair procurando,

quando lá longe, no céu quase branco do começo da tarde, surge pequena mancha e então o ronco dando aviso.(). Em poucos instantes, o major está ao microfone, discursando também, "Foi nossa primeira obra concluída no padrão mínimo estabelecido no plano diretor " pista de 1500 por 45 metros (então próprias para aviões de grande porte)", pátio de estacionamento com base estabilizada, terminal de passageiros, estação de rádio, instalações de água, luz e esgoto, , tudo em pleno funcionamento. Itacoatiara parece localidade pouco importante? Pois fica exatamente na rota Rio/ New York, uma segurança que justifica o investimento de 15 milhões de cruzeiros (cerca de 3.2. milhões de reais) e os 30 meses de trabalho duro.

Na expectativa de que este livro histórico seja divulgado e lido pelos companheiros, eis que retrata de maneira expressiva, relatada pelos heróis figurantes dessa epopéia desbravadora, citarei apenas os títulos dos capítulos que compõem a parte aqui omitida, face às limitações de tempo e espaço, considerada a premência de tempo estabelecida à apresentação deste trabalho.

Ei-los:

- A GENTE ENCARA – Desafios gigantes, motivação de sobra.

- TRÊS AEROPORTOS POR ANO

- HERÓIS SEM TESTEMUNHAS

- HAVIA LUGAR QUE ATÉ PARA ÍNDIO ERA TERRÍVEL

- A SELVA É QUEM MANDA 73 QUILOS DE COBRAS A BORDO

- FUTURO – OLHANDO PARA A FRENTE
- O QUE A COMARA FAZ, SÓ A COMARA SABE FAZER
- PRONTA PARA O QUE VIER

E por derradeiro, pequenas fotos estampadas ao longo do livro, no rodapé de cada página, dos abnegados operários que permitiram a realização de um trabalho gigantesco, que mesmo a iniciativa privada, sempre disposta a enfrentar desafios, aqui ou no exterior, em desertos e que tais, se mostrou despreparada a esse "affair" de maior significado ao desenvolvimento e exploração de nossas riquezas inestimáveis. Sobretudo, ao levar esperança, suporte e cidadania aos brasileiros daquela região, até então esquecidos.

Referências: COMARA 50 ANOS

Autores:

Araquém Alcântara e Otávio Rodrigues

A Amazônia Azul

O mar que nos pertence

Paulo de Paula Mesiano

Introdução

A Amazônia Azul é nada mais nada menos que a expansão da Fronteira Marítima do Brasil, gosto de me referir como - O MAR QUE NOS PERTENCE – vamos apontar os esforços despendidos, apontar recursos existentes e potenciais e a nossa capacidade de aproveitamento e controle, incluindo os meios militares de que dispomos para dissuadir eventuais ameaças dessa fronteira Geoestratégica. Apresentar um tema tão vasto em poucas linhas, não iremos enfocar tudo, apenas os aspectos básicos, que interessam a leitores cultos como os do Grupo de Estudos do Curso do Pensamento Brasileiro do Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica. Enfocar-se-á aspectos Geopolíticos e Geoestratégicos, desse Mar, que nos pertence, decorrente da expansão da fronteira Marítima Brasileira.

O nome Amazônia Azul, é uma ficção, uma expressão de Marketing, ela foi utilizada a primeira vez pelo Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, na época Comandante da Marinha, num artigo motivacional, para o público leigo, na Folha de São Paulo, onde ele enfocava um assunto muito sério que deveria requerer a atenção dos brasileiros, que era a exploração dos recursos existentes e potenciais, no Mar, que nos pertence. Ele esbarrava em dificuldades porque não estavam entendendo, como uma responsabilidade

de todos os Brasileiros, caindo somente nos ombros da Marinha, o Batismo foi feliz e se consagrou, tanto que estamos escrevendo sobre ele. Esta área, do Mar, tem uma biodiversidade, tem uma multiplicidade, é de uma exuberância tão grande e importante, como a encontrada na Amazônia. O que levou o Comandante da Marinha. Foi publicado na seção Tendências/Debates da Folha de São Paulo, no dia 26 de fevereiro de 2004, um artigo que Ele deu o título de A outra Amazônia, que para diferenciar da Amazônia, a da Selva Tropical Verde, que todos nós conhecemos, ele a cognominou de Azul, por ser esta a cor predominante das imensidões Marítimas, e porque não dizer que se inspirou na Marinha Americana (US Navy), que pelo profissionalismo, qualifica a Marinha do Brasil, de "Blue Waters Navy", ujmá Marinha Oceânica, de Águas Azuis.

Mentalidade Marítima

O Brasil é da Mentalidade Marítima, que ao longo do tempo foi sendo relegada a uma situação inferior, pelo desenvolvimento rodoviário do país que se iniciou com um programa do Governo do Presidente Washington Luiz, "Governar é abrir Estradas", e um bem pensado "lobby" da indústria automobilística, pós Governo Juscelino Kubistchek pela 2ª Guerra Mundial, que não matou a Mentalidade Marítima, mas a atenuou bastante.

O que é Mentalidade Marítima?

Mentalidade Marítima é a compreensão do país para a dependência do mar, para sua sobrevivência e desenvolvimento

O Brasil é um dos exemplos mais marcantes dos

derivados e derivantes da Mentalidade Marítima, nos seus antecedentes e na sua história, o seu ponto de partida está sem dúvida alguma em torno da Escola de Sagres e do seu Patrono o Infante Don Henrique. O Século XIV encontrou Portugal estruturado como Reino estável e necessitando penetrar no movimento mercantilista Europeu. A sua posição geográfica desfavorável, no extremo Oeste da Península Ibérica, fora das águas do Mare Nostrum, onde as Cidades Estado, Italianas, competiam no comércio com o Império Otomano, levou Portugal a única alternativa viável, enfrentar o Oceano Atlântico, o mar Tenebroso. O fez depois que Gil Eanes, o Escudeiro do Infante de D. Henrique, o Servido que o acompanhava, o protegia, e cumpria todas as suas ordens, domou o Cabo Bojador, em 1434. Esse feito marcou tanto os Portugueses que Fernando Pessoa, muitos anos depois lavrou em poema épico "O Mar Português" a epopéia da ultrapassagem do Cabo Bojador também chamado de Cabo do Medo:

Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus deu ao Mar o perigo e o abismo,
Mas foi nele que espelhou o Céu.

Os Portugueses, desenvolveram cartografia náutica, a Navegação Astronômica, a construção naval, e sem dúvida o aperfeiçoamento da arte da Marinharia¹.

1 Marinharia: a profissão do marinheiro; a destreza e o conhecimento da aparelhagem e da manobra do navio.

Da mesma forma que a Cavalaria se desenvolveu com o salto tecnológico, que foi a adoção do Estribo, nas suas selas, que se deu apoio necessário, aos Cavaleiros, para empunhar com competência a sua lança bem como se posicionar com a sua pesada armadura sobre o seu ginete, dando outra feição ao Cavaleiro e a Cavalaria da Idade Média. Na Construção Naval, também os Portugueses deram um salto tecnológico com a adoção da Bolina². As Caravelas, embarcação inventada e usada pelos Portugueses, foram as responsáveis pelos Descobrimientos, elas orçavam³ muito mais que os outros navios, praticamente navegavam contra o vento, eram mais velozes e de fácil manobra, que veio como uma luva se adaptar a mentalidade marítima, e as investidas além Tratado de Tordesilhas.

Tratado de Tordesilhas

O Tratado de Tordesilhas já antevia o que o Comandante da Marinha denominou de Amazônia azul, o Tratado garantia a Portugal, uma faixa de terra, no novo continente e o Domínio das Àguas do Atlântico Sul, que era essencial para a manobra náutica conhecida como "a volta do Mar" básica para se dobrar o "Cabo das Tormentas⁴" depois rebatizado de "Cabo da Boa Esperança" porque naquele início a meta era chegar as "Índias", o interesse eram as especiarias, Brasil era

2 Peça plana e resistente colocada verticalmente abaixo da quilha, para conter o adernamento (inclinação) e abatimento (ângulo entre o rumo e a esteira) ao navegar.

3 Orçar navegar próximo a linha do vento.

4 Cabo das Tormentas: nome dado pelo Navegador Português Bartolomeu Dias e modificado para Cabo da Boa Esperança pelo Rei João II de Portugal ao tomar conhecimento da ligação do Atlântico com o Índico que ao ser domado propiciou a chegada as Índias.

apenas um ponto de inflexão da rota e reabastecimento de viveres para as Caravelas Portuguesas. Os outros países Europeus inicialmente não se incomodaram, com esse tratado, somente a Espanha devido às suas conquistas no Caribe. Os outros países tinham acesso através das rotas do Mediterrâneo e dos países árabes, mas quando Portugal passou a explorar o "Pau Brasil" começaram as reivindicações, navios Ingleses, Franceses e dos Países Baixos (Corsários e Piratas) que se aventuravam nos mares em torno do meridiano das Tordesilhas, eram rechaçados nas Águas dadas a Portugal e Espanha, pelo Tratado que levou o nome de Tordesilhas, a ponto do Rei François I de França ironicamente pedir para ver o Testamento de Adão que legitimava a divisão entre Espanha e Portugal do Oceano, cuja parte meridional, era pelo Tratado de Tordesilhas, Português.

Na época das Capitánias Hereditárias essas sempre se comunicavam pelo Mar, que era fácil pelos muitos pontos protegidos ao longo da costa, as embarcações, quando fundeadas serviam de quartel, o combustível era o vento, sempre constante, gratuito e permanente e a Dispensa, o Paiol de Viveres, a piscosidade do Mar, herdamos dos Portugueses uma coesão nacional e podemos afirmar sem medo de errar que a coesão nacional, do Brasil Continental, começou e dependeu do mar.

O Brasil é um país agrícola, tinha no mar a complementaridade das proteínas dos pescados. O primeiro recurso utilizado do mar foi sem dúvida a pesca.

Podemos dizer que o País só começou a se preocupar com os recursos do Mar quando quase se desentendeu com a França por causa dum crustáceo, a Lagosta, muito saboroso, que faz a felicidade dos “Chef de Cuisine” num incidente entre as Marinhas e os dois países que ficou conhecido como a “Guerra da Lagosta”, contencioso que jocosamente a mídia assemelhou com a Batalha de Itararé. Isso ocorreu entre 1961 e 1963, e girou na captura, ilegal de Lagostas, por embarcações de pesca Francesas, em águas territoriais do litoral Nordeste do Brasil. Nessa ocasião se sobressaiu na defesa brasileira o Almirante, na época Capitão de Mar e Guerra, Paulo de Castro Moreira da Silva, um verdadeiro Herói Naval, o vencedor da Guerra da Lagosta que com os seus conhecimentos abalizados de Oceanografia, derrubou a tese Francesa e fixou o Direito do Brasil de explorar os recursos marinhos existentes no solo e no subsolo da Plataforma Continental, no debate para uma tentativa de um acordo a França defendia o preceito de que as Lagostas a semelhança dos Peixes poderia ser pescadas livremente em águas internacionais, o Brasil, ou melhor, Paulo Moreira, nosso maior entendido em Oceanografia, contestava dizendo que a Lagosta não nadava como um peixe, ela rastejava e dava saltos dobre o solo da plataforma continental e derrubou completamente com a tese Francesa quando ao dizer as ultimas palavras da Comissão brasileira, que já tinha exaustivamente discutido o Direito do Mar com a seguinte frase bombástica e definitiva, num francês irrepreensível, suficientemente irônico, declarou: “O

Brasil está disposto a aceitar a teses da França, se os dignos representantes Franceses concordarem, com que, quando o Canguru dá os seus saltos, pode ser considerado ave". Sentou-se a sessão foi encerrada e o Brasil ganhou a questão, a França não mais tentou pescar (capturar) em águas brasileiras e o nosso Almirante a época um modesto Capitão de Mar e Guerra, um verdadeiro Cientista Naval, foi o grande vencedor dessa batalha que a semelhança a de Itararé não aconteceu. Foi ele que estabeleceu a diferença entre Pesca e Captura.

Limites Marítimos

A Amazônia Azul é a expansão da nossa Fronteira Marítima. Que limites fronteiriços são esses? Começemos definindo o mais antigo desses Limites que é o "Mar Territorial", a parte do MAR sujeito a Soberania de um Estado o seu estabelecimento está relacionado a evolução do Direito Marítimo, no período medieval os limites eram fixados aleatoriamente em função dos interesses dos estados costeiros, a Inglaterra no século XVII estabeleceu que o Mar pertencia a Coroa Inglesa, logo em seguida surgiram duas correntes, a do mare clausum, que postulava a propriedade do Mar pelo Estado Inteiro, e o mare liberum do jurista holandês Hugo Grotius e o mar tinha como limites a área litorânea com uma distância a partir dessa linha ao alcance dum tiro de canhão, e aí virou uma confusão, dependia do canhão, os Estados Unidos fixou em três mimas⁵, a Espanha em duas mimas, outros países em

⁵ *Mimas: Milhas Marítimas, 1852 m, um minuto de arco de meridiano.*

duas mimas para Pesca de nacionais e de cinco mimas para efeitos alfandegários, no final do Século XIX, os Estados Marítimos, chegaram a um consenso de que podiam estender o seu Poder Jurisdicional além das três mimas para assuntos alfandegários e chamaram esse espaço entre o limite das três mimas com o limite fixado unilateralmente por cada Estado de Zona Contigua na realidade os Estados Costeiros estavam alargando os seus Mares Territoriais, para solucionar essa questão, sob o auspício da Liga das Nações em 1930, reuniram-se 43 países e não se chegou a conclusão nenhuma a respeito de Mar Territorial e da Zona Contigua.

Em 28 de setembro de 1945 os Estados Unidos, pela Declaração Truman estendeu unilateralmente o seu Mar Territorial para 200 mimas, com profundas implicações sobre o Direito do Mar e no Governo do General Emilio Garrastazu Médici o Brasil seguiu as suas águas decretando que o nosso Mar territorial também passara a ter 200 mimas.

Em 1958 é realizada a 1ª Conferência da ONU sobre Direito do Mar, em Genebra, para se estabelecer quatro convenções: 1º os Limites do Mar Territorial; 2º sobre a Plataforma Continental; 3º Sobre a Pesca e 4º Sobre a Preservação dos Recursos Vivos.

Em 1970 a ONU definiu na XXV Assembleia Geral que os fundos marinhos (solo) e subsolo com seus recursos constituíam patrimônio comum da Humanidade e na 3ª Conferência que terminou em 1982, que ficou conhecida como a Conferência de Montego Bay, na Jamaica definiu que o Mar Territorial teria 12 mimas com

soberania absoluta, na Zona Contigua com soberania parcial e Zona Econômica Exclusiva de 188 milhas onde se previa a liberdade de navegação consentida, mas os estados costeiros teriam o Direito de exploração, conservação e gestão dos recursos naturais vivos e não vivos. O Mar Territorial é definido agora como o mar paralelo a costa, com 12 milhas de largura com poderes similares a que exerce no seu território terrestre, abrangendo além do mar territorial a Zona Exclusiva Econômica, o espaço aéreo sobrejacente o seu solo e subsolo. A Plataforma Continental a sua abrangência vai até o limite externo da margem continental, até a distância de 350 milhas.

Direito do Mar

A ONU avocou a si uma discussão, que por envolver interesses econômicos se transformou numa Briga Diplomática que o cancionero Popular consagrou na seguinte estrofe:

Brigam pelos direitos do Mar
Porque não sabem o que o Mar
É de quem o sabe amar

Para solucionar essa briga ocorreu a 3ª Conferência da ONU, sobre o Direito do Mar, realizada e encerrada em Montego Bay, em 10 de dezembro de 1982 e que o Brasil, assinou no mesmo dia, com mais de 118 países, com o reconhecimento e a consagração de que todos os problemas dos Espaços Oceânicos, estabelecendo que eles se interligam, e são considerados como um todo. A delimitação, o controle ambiental, a investigação científica marinha, as atividades eco-

nômicas e comerciais, a transferência de tecnologia são da responsabilidade do país costeiro, signatário da Convenção.

De imediato o Brasil deu ampla divulgação dos seus limites: Mar Territorial (12 mimas); Zona Contigua (limite máximo 24 mimas-adjacente ao Mar Territorial); Zona Econômica Exclusiva (a partir do Mar Territorial – não exercendo a distância de 200 mimas); Águas Interiores (situadas no interior do território Nacional – Bacia Amazônica, Bacia de São Francisco, Sistema Lagoa dos Patos – Guaíba, etc.); Águas Arquipelágicas (Águas Circunjacentes a Arquipélagos – Mudou-se o nome dos Rochedos São Pedro e São Paulo para Arquipélago São Pedro e São Paulo, construiu-se um novo Farol e uma Estação Científica permanente guarnecida, garantindo a Soberania); Regime de Ilhas (Todas as disposições aplicáveis a parte continental do Estado que detém jurisdição; caso de Trindade e as Ilhas Marim Vaz) Alto-Mar (Todas as partes dos mar, não constantes do Mar Territorial, da Zona Contigua, da Zona Econômica Exclusiva). Área (solo e subsolo marinhos além da jurisdição nacional, que são Patrimônio Comum da Humanidade).

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar-CIRM

Para a Marinha gerenciar o Mar que nos pertence, foi criada a CIRM Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, coordenada pelo Comandante da Marinha, que conduz a consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar, inclusive para o Programa

Antártico Brasileiro.

Um dos planos levados a efeito pela Marinha vem a complementar os Limites já anunciados e firmados e reconhecidos pelos países signatários da Convenção do Direito do Mar. O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileiro já concluído incorpora extensas áreas oceânicas além das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva.

Levantamento da Plataforma Continental Brasileira – LEPLAC

Em 1986 por iniciativa da CIRM e da Marinha iniciaram-se a delimitação dos limites exteriores da Plataforma Continental Brasileira, além das 200 milhas. Trabalharam em íntima participação a PETROBRAS, a Comunidade Científica, e pela Marinha a DHN Diretoria de Hidrografia e Navegação, responsável pela Oceanografia, em 2004 concluído o Levantamento o apresentaram a ONU que determinou o exame a uma Comissão de sete peritos internacionais (Argentina, Austrália, Chile, Coreia, Croácia, Nigéria e México). Com a aceitação dos Limites acrescidos as 200 milhas pelo LEPLAC o País vai incorporar extensa área oceânica com direito de jurisdição aos recursos naturais.

Com a realização da LEPLAC alguns países também resolveram fazer o Levantamento de suas Plataformas, só como informação o Brasil já fez o levantamento da Plataforma da Namíbia e está em entendimentos com a Angola e Moçambique.

O conhecimento do Mar

O conhecimento brasileiro pelo Mar remota a épo-

ca do Descobrimento, foram os Navegadores que se interessavam pelas correntes marinhas, pelos regimes de vento, pelos obstáculos submersos e pela previsão meteorológica, também havia um grande interesse pelos recursos vivos, a pesca, basta dizer que um dos pontos notáveis do nosso litoral se chama Arpoador, se arpoava Baleias desse ponto tal era a fartura de pescado à época. Tirando essa fase pioneira da história vamos chegar a 1934 quando foi criado o Instituto Paulista de Oceanografia pelo pesquisador Francês Wladimir Besnard que em 1951 foi incorporado a USP – Universidade de São Paulo recebendo o nome de Instituto Oceanográfico, na Marinha o grande salto foi dado pelo Almirante Paulo Moreira da Silva, que conseguiu com o seu prestígio pessoal junto a UNESCO transformar o Navio Escola Almirante Saldanha em um Navio Oceano gráfico.

Esses dois a USP com o seu navio de pesquisa que ostenta no seu espelho de popa o nome do Professor Wladimir Besnard e a Marinha (DHN) com o Saldanha deram partida de forma séria ao conhecimento oceanográfico que hoje o Brasil detém. Como saber o Mar é uma máquina térmica, o sol o aquece nas zonas tropicais e o calor armazenado é restituído à atmosfera nas latitudes mais elevadas, mantendo o equilíbrio térmico, o movimento das massas de ar, os ventos e as correntes oceânicas transportam o calor do equador para os pólos, conduzindo dissolvidos na água do Mar os sais, os nutrientes e o carbono, podemos mostrar como uma benesse marcante a melhoria das previsões

meteorológicas que todos nós usufruímos de forma confiável, o que em algumas décadas atrás era uma especulação adivinhatória.

Caracterizamos ainda três parâmetros fundamentais para a oceanografia, a temperatura, a salinidade e a pressão.

A temperatura decresce com a profundidade e o divide em três camadas a 1ª chamada de camada de mistura pode ir até 500 metros de profundidade separa a região superficial das águas frias, a principal com cerca de 2000 metros e as profundas, ou abissais cerca de 4000 a 6000 metros.

A salinidade fundamental para a vida marinha varia de extremos como do Mar morto que tem a maior salinidade do mundo e a próximos a região costeira onde as chuvas, as descargas dos rios e a formação e derretimentos dos gelos polares.

A pressão, importantíssimo para a presença humana de mergulhadores, nas áreas de exploração, cresce de uma atmosfera a cada dez metros de profundidade. O conhecimento dessa área gerou na Marinha na sua força de Submarinos a especialidade de Medicina Hiperbárica, e toda uma tecnologia operacional para o salvamento de submarinos avariados no fundo do mar, para os mergulhadores de combate como para os de Serviços subaquáticos.

Os ventos circulam dos centros de alta pressão (anticlones) na direção dos centros de baixa pressão (ciclones). Como a atmosfera e o Mar estão em contato o seu atrito com a superfície geram as principais cor-

rentes, no nosso Mar temos duas principais correntes que fluem ao longo do talude continental, a Corrente do Brasil (Leste, Sul e Sudeste) e a Corrente Norte do Brasil (Norte e Nordeste).

Outro fenômeno importante de se mencionar é a ressurgência, que é o movimento ascendente de águas frias marinhas, no nosso Mar as principais ressurgências se localizam ao largo de Arraial do Cabo, fazendo com que esse ponto seja um dos pólos pesqueiros importantes do litoral do Estado do Rio de Janeiro.

Além dos recursos vivos. Dos ventos, das marés, das correntes, conhecimentos que nos trazem a Pesca e as previsões acuradas das condições meteorológicas o outro recurso que estamos explorando vem do subsolo da plataforma continental que é o petróleo. Temos um bom serviço de Magnetometria e Gravimetria sem esquecer do método Sísmico que utiliza uma fonte sonora gerando ondas acústicas, que retornam do fundo do mar que são gravadas, amplificadas e analisadas identificando as estruturas geológicas. Essa parte é sempre feita pela Marinha e conjugação com a Petrobras.

Nódulos Polimetálicos

A maior parte dos recursos minerais são sujeitos a interação desse redutor fantástico que é a água do Mar e outros agentes que são carregados pelos rios, pela atividade biológica e também o que a ciência chamou de magnetismo, assim temos depósitos minerais no fundo dos oceanos. A Magma que dá origem a esses minerais encontrados como nódulos Polimetálicos ainda não possui tecnologia compatível a sua exploração sem

afetar de forma destruidora dos Nódulos Polimetálicos, sabemos que existem em quantidade Níquel, Nióbio, Manganês e outros minerais em estado de pureza, até o momento sabemos que se extrai da água do Mar os seguintes elementos: Cloro (Cl); Sódio (Na); Magnésio (Mg); Potássio (K); o Bromo (Br) e o Estôncio (Es), que compõem o Sal Marinho.

Uso do Mar

Além da exploração dos recursos do mar, no Mar Territorial e na Zona Econômica Exclusiva e na Área que extrapola as 200 milhas dessa Zona, da Plataforma Continental, perfeitamente delimitada e já reivindicada no devido foro da ONU. Temos o uso do Mar nos transportes. O transporte marítimo para o nosso País é básico. Temos dois tipos de Navegação a Costeira também chamada de cabotagem, que antes da 2ª Guerra Mundial é que interligava a região Norte e Nordeste, com o Sul e Sudeste. A Navegação das águas interiores é bem desenvolvida na Bacia Amazônica, razoavelmente no sistema Lagos dos Patos, Rio Guaíba, principalmente no escoamento da safra de soja do entroncamento hidroferroviário de Estrela para o porto de Rio Grande, o chamado Superporto por ser o Porto de águas profundas da área meridional da América do Sul. No sistema do rio São Francisco há uma navegação remanescente, usando um velho navio de rodas o Bernardo Guimarães, que tem se acentuado com a construção da barragem de Sobradinho.

Hoje há uma imensa navegação de Turismo com navios estrangeiros, magníficos. Nas temporadas de

Verão ou mesmo da Primavera, fugindo das agruras do Inverno Europeu, além disso hoje se utiliza os Contêineres, tirando ainda um comercio de graneis e de líquidos, todo o restante é feito por navios conteneiros, não se utiliza mais navios de carga geral. Não custa lembrar que há no Direito Internacional Marítimo a figura da passagem inocente, que por vezes não é tão inocente assim, com os navios que podem fazer pesquisa e que tem tecnologia avançada é que requerem cuidado. Outros usos do mar, como Magnetometria que é a medição da intensidade do campo magnético, fato também utilizado pelos aviões de Patrulha e Anti-submarino na detecção de Submarinos submersos, Gravimetria o estudo do campo gravitacional e a sísmica que detecta e registra as vibrações provocadas ou motivadas por processos naturais, visando a prospecção de petróleo, com a recém-descoberta do petróleo do pré-sal e por ultimo os nódulos polimetálicos.

Nódulos Polimetálicos

O interesse pelos nódulos polimetálicos iniciou-se na década de 50 quando um pesquisador da Universidade de Berkeley California/USA em 1974 formaram-se quatro consórcios para exploração do leito marinho em águas internacionais quando a Convenção sobre o Direito no Mar, já mencionada regulamentou os espaços Marinhos e criou as Áreas incluindo o leito do Mar, o fundo marinho e o seu subsolo além das jurisdições nacionais. O Brasil já delimitou as áreas com o LE-PLAC e já apresentou as suas reivindicações a quem tem direito na ONU. Ainda não temos tecnologia para

explorar esses nódulos, mas isso não implica em se abrir mão dessas áreas.

Proteção

O Exercício da Proteção nos leva a duas conceituações distintas que são função do grau dessa proteção:

Domínio: supremacia em dirigir as ações de outrem pela imposição de obediência tem a ver com o Direito de Propriedade

No Direito do Mar, só temos o domínio sobre o Mar Territorial, a faixa de 12 milhas que margeia o nosso litoral, como se fosse o domínio da extensão terrestre do país.

Controle: fiscalização a determinadas normas, cumprimento de determinadas convenções, exceto o Poder, num confronto impedir a vantagem do adversário.

A zona econômica exclusiva a atividade é o exercício do controle como também no controle de áreas, além das nossas jurisdições já consagradas.

O gerenciamento efetuado pela CIRM, sob a coordenação do comandante da Marinha e que não é uma obrigação exclusiva da marinha, tem a ver com todas as Instituições Nacionais que participam dessa Comissão.

Além da Proteção, proporcionada pela CIRM, com o Gerenciamento enfocando a proteção ambiental, vamos ter a tradicional Proteção a Navegação, pelo Comando do Controle do Tráfego Marítimo, que trabalha em íntima operacionalidade com a Aviação de Patrulha, a Cartografia Náutica, hoje dotada do que há de mais moderno são as Cartas Eletrônicas inclusive nas

águas interiores, como é a navegação do Rio Madeira, a Sinalização Náutica com a cobrança da Taxa Única de Utilização de Faróis (TUF), o Serviço de Busca e Salvamento da Responsabilidade da FAB e da MB.

Conclusão

Ao concluir que essa expressão de Marketing a Amazônia Azul que foi bem aplicada, seguindo a técnica de Descartes pode e deve ser decomposta em seis partes, sob o ponto de vista geoestratégico:

- 1 – Conhecimento do Mar; (FFAA)
- 2 – Uso do Mar; (Petrobras)
- 3 – Exploração do Mar; (Min. Da Pesca e Min. Minas e Energia)
- 4 – Proteção do Mar; (FFAA)
- 5 – Proteção dos que usam o Mar; (Min. Saúde e Trabalho)
- 6 – A Defesa do Mar. (FFAA)

E cada uma dessas partes são extensas e merecem um enfoque e desenvolvimento pessoais, a simples leitura mostra que o assunto foi tratado superficialmente. Mas que deu uma pálida ideia do Mar que nos pertence a Amazônia Azul, que o Brasil conquistou sem ferir o Direito do Mar, nem o Direito Internacional Marítimo.

Filosofia VI

Luís Mauro Ferreira Gomes Cel Av

No dia 15 de maio próximo passado, enquanto assistíamos, no Clube de Aeronáutica, à belíssima conferência do Professor Carlos Frederico sobre Metafísica, tornou-se inevitável a sucessão de reflexões que nos dominaram, algumas sobre fatos recentes, outras sobre reminiscências de um passado que já se faz distante. Vamos comentar uma de cada.

Quando o Professor disse que todo ser, ou melhor, todo ente é único, verdadeiro, bom e belo, veio-nos, imediatamente, a lembrança do extraordinário esforço de certos políticos para tornar bons os criminosos que infestam a nossa sociedade e a violentam a cada instante.

Para eles, os facínoras que nos agridem e nos privam do nosso patrimônio, quando não nos matam, são pessoas boas que se tornaram como são, porque nós, os verdadeiros maus, não lhes demos qualquer oportunidade de se realizarem de outra forma.

Infelizmente, tais políticos são integrantes da corrente ideológica, ainda prevalecente, que tenta determinar os nossos destinos e impor-nos valores incompatíveis com as nossas tradições.

Em outro artigo, já expusemos uma série de possíveis motivos para essa opção preferencial pela bandidagem. A eles acrescentaríamos mais um de natureza meramente teórica: para ver bondade nos criminosos comuns devem estar confundindo bondade

moral com bondade metafísica.

Se todos nascemos com as mesmas qualidades oriundas de Deus, todas com destinação ontológica para o bem, nem todos permanecemos fieis a essa vocação para a imagem e a semelhança de Deus. É o livre arbítrio que transforma bons em maus.

Referimo-nos à motivação como meramente teórica, porquanto a maior parte desses políticos é, no máximo, capaz de decorar uns poucos chavões de forte apelo popular, naturalmente selecionados por terceiros das obras de seus ideólogos, para repeti-los mecanicamente sem nem sequer saber o que significam.

A outra consideração que gostaríamos de compartilhar se inicia em 1983, quando, matriculado no Curso de Comando e Estado-Maior da Força Aérea Argentina, recebemos a relação de matérias e nela encontramos, entre tantas outras, "Filosofia VI".

Como lá as atividades acadêmicas são organizadas em bases anuais, e não semestrais como costumamos fazer, isso significa que os nossos colegas argentinos já vinham estudando Filosofia há cinco anos, ou seja, fizeram-no, continuamente, ao longo de toda a sua formação militar.

Sentimo-nos em posição de grande inferioridade, já que somente tínhamos tido uma pequena "Introdução à Filosofia" em um dos anos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Comparando as demais matérias dos currículos dos nossos cursos com as encontradas nos deles, era

evidente que, muito mais do que eles, privilegiávamos as disciplinas técnicas em detrimento daquelas das demais áreas. As matérias básicas dos dois primeiros anos do nosso Curso de Formação de Oficiais Aviadores eram, então, equivalentes às dos cursos de Engenharia.

Logo percebemos a grande diferença que isso fazia. Mesmo em conversas informais, os oficiais argentinos sempre fundamentavam logicamente o que diziam, e ficava claro que sabiam exatamente por que se comportavam dessa ou daquela maneira, sempre em bases racionais. Ao contrário, nós defendíamos as nossas posições com argumentos basicamente emocionais.

Havia, portanto, uma identidade muito grande no modo como pensavam, enquanto era comum, nos nossos trabalhos de grupo, discutirmos por dias e dias, sobre assuntos muito simples, sem que chegássemos a qualquer conclusão. Cada qual tinha a sua visão muito própria sobre os temas mais elementares. Comentava-se, na nossa Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, para explicar a dificuldade de se introduzirem as atualizações curriculares ou doutrinárias indispensáveis, que, "para mudar qualquer coisa, eram necessários dez anos de consenso". Essa afirmação escondia a verdadeira dificuldade, que era justamente chegar ao consenso.

Os currículos das nossas escolas melhoraram muito desde então, mas algumas áreas do conhecimento, como a Filosofia, continuam desprezadas.

Consciente dessa deficiência, em muito feliz iniciativa, o Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica, em associação com a Academia Brasileira de Filosofia, começou a administrar vários pequenos, mas excelentes, cursos, entre eles: Introdução à Filosofia Política, História da Filosofia e Humanidades.

Finalmente, com grande alegria, viemos a saber que, como consequência desse empreendimento bem sucedido, o Presidente da Academia Brasileira de Filosofia foi convidado a fazer conferências para os cursos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

É um ótimo começo. Quem sabe, muito brevemente, ultrapassaremos essa marca de "Filosofia VI" nos cursos de formação e de pós-graduação da nossa Força Aérea.

Conhecer a evolução do pensamento na nossa civilização é fundamental para que não nos percamos repetindo experiências que fracassaram no passado nem tenhamos de "reinventar a roda" a cada dia.

E, principalmente, somente o conhecimento dos nossos fundamentos nos livrará da contaminação de ideologias alienígenas surgidas do nada, sem qualquer relação com os nossos valores, as nossas tradições e os nossos costumes.

O autor é Coronel-Aviador e Acadêmico "Honoris Causa" da Academia Brasileira de Filosofia.

Pensamento Econômico no Brasil

Primeira Parte: Colônia, Independência até Proclamação da República

Ralf Zerkowisk

1 – As poucas ideias econômicas na Idade Antiga e na Idade Média.

Na primeira, o primado do Direito e na segunda, as ideias religiosas. Na Antiga, os filósofos Platão e Aristóteles. O primeiro falando do meio rural e o segundo do político embrião da economia. Já na Média, a questão de ética religiosa e dos juro Toma de Aquino, dentre outras.

2 – A partir dos Séculos XVI, XVII e XVIII é que as ideias econômicas florescem impulsionadas pelos movimentos de Reforma e do Renascimento, bem como as necessidades administrativas dos governos, sobretudo pela operação colonização.

3 – Nesse período é muito importante a estruturação do governo que resultaria no Século XIX, na formação do Estado-Nação. É nele, também, que florescem as primeiras ideias puramente econômicas que vão se desvinculando das ideias filosóficas e religiosas, ao menos parcialmente.

4 – Aparecem os Fisiocratas, pioneiros do Liberalismo Econômico com ênfase à Agricultura e a produção dela derivada. Os Mercantilistas seguem-se mais realistas, introdutores do padrão ouro e vinculados ao patrimonialismo e a doutrina da intervenção estatal no

domínio econômico e ao protecionismo, itens que, anos futuros, teriam uma enorme importância na agenda dos países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

5 – De uma maneira geral, é Adam Smith, com seu “riqueza das Nações” (1723 – 1790), considerado o “pai da ciência econômica” e é até hoje o mais homenageado e a ele sempre se retorna. Discursou sobre todos os temas: divisão do trabalho, preços, custos, salários, comércio internacional, desenvolvimento econômico, história econômica e social. Teve ampla repercussão na Europa e Estados Unidos.

6 – Portugal, nisto tudo, como se apresenta? Sendo um país “periférico”, ora influenciado pela França, ora economicamente dependente da Inglaterra, oscila, mas a balança pende para o Mercantilismo e o Intervencionismo; pouca racionalidade econômica anglo-saxão. Isto é, objeto de discussão de Raimundo Faoro, no seu “Donos do Poder”, que terá importantes desdobramentos, conforme veremos a seguir.

7 – Mas existem segmentos liberais mesmo em Portugal. Existem contradições, afinal o colbertismo-mercantilista-protecionista é francês da mesma forma que a fisiocracia é mais liberal. Portugal, como mais tarde o Brasil, a influência inglesa chegaria num certo atraso.

8 – O pensamento básico na colônia brasileira é influenciado logicamente por Portugal, por definição. À medida que se penetra no Século XIX, a influência inglesa penetra, sobretudo, pela vinda de comerciantes ingleses vinculados ao comércio internacional. Há quem fale em modernização econômica, que mais tarde, no

Século XX seria exercida pelos Estados Unidos¹.

9 – Um episódio marcante, tanto para a economia, bem como para as ideias econômicas é a vinda do Rei de Portugal D. João VI com a sua abertura dos portos, criação do Banco do Brasil e outros pólos de desenvolvimento econômico. A importância deste fato só pode ser avaliada recentemente por estudos e aplicação de análise econômica moderna.

10 – Como os intelectuais da época, os Bonifacio Andrada, encaravam o problema econômico? Como parte de um problema maior, o da reafirmação do Brasil como nação, sobretudo os problemas administrativos decorrentes da Independência.

11 – A grande exceção é o Visconde de Cairú, uma espécie de Adam Smith tropical. Sua obra principal do nosso interesse é os “Princípios de Economia Política”, de 1804. Elaboraria mais tarde, um Código de Comércio (1809). Além de tudo, foi o inspirador da tradução da obra de Smith para o português, datada de 1812. Recebeu influências importâncias da turma do iluminismo escocês, dentre os quais, além do já citado, David Hume, Burke, dentre outros.

12 – Quais eram os temas econômicos mais tratados nesta época? Se a atividade econômica era, sobretudo associada ao Comércio Internacional, à exportação e à importação, por via de consequência, o câmbio, ou

1 Importante ressaltar uma importante diferença entre Brasil e Estados Unidos. Neste a influência da corrente migratória denominada “Mayflower” (1609-1622), que se transferiu para os Estados Unidos em função das perseguições religiosas que afetaria profundamente a vida cultural desse país. Foi uma das fontes de inspiração webreniana para descrever a ética protestante e explicar o atraso relativo em países católicos.

melhor, a taxa cambial é que era objeto das atenções, já que influenciavam de modo decisivo na expansão da Renda Nacional, bem como na sua distribuição. Assim é que se a taxa "melhorava", aumentava a renda da nação e das pessoas bem como a do governo. Se ao contrário, ela se contraía, isto redundava em problemas internos para a produção, isto é, se o dinheiro circulava ou não afetando outros setores, principalmente o comércio.

13 – Naturalmente a gestão das finanças pública eram de crucial importância não só para o governo central, como para as provinciais. Eles eram pressionados a resolverem a insuficiência de meios que havia numa nação recentemente emancipada e com um aparelho estatal deficiente e com encargos de toda a natureza. Por exemplo, certas nações, sobretudo as de colonização inglesa, conforme foi visto mais tarde, herdaria máquinas administrativas mais eficientes, muito embora alguns casos terminassem também por se desestruturarem.

14 – Outro objeto de preocupação decorrente em partes dos "déficits públicos" era a gestão da moeda. A cobertura destes buracos, ora se faziam por emissões de moeda, ora por empréstimos que redundavam em desvalorização e só não provocavam maiores estragos porque o país era formado por um conjunto de ilhas econômicas não integradas, de modo que o impacto sobre os preços, de certa forma, se diluía. Mias tarde na República, sobretudo a partir dos anos 30 do século passado, esta atenuante viria a cair.

15- Claro que estes fenômenos despertariam a curiosidade de certa elite pensante, resultando em explicações mais ou menos condizentes com o nível de conhecimento de Economia à época. Nestas arengas entravam médicos, engenheiros e, naturalmente, sobretudo advogados, juristas, além de letrados de uma maneira geral. Em boa parte do Império, os estudos eram feitos em Portugal, Coimbra principalmente.

16 – Aumentando um pouco o espaço visual, diferente era a situação, no tocante às ideias econômicas no Estados Unidos, aonde principalmente após a Guerra de Secessão, aos 60 do Século XIX, quando a demanda por Economia se fazia necessária, sofrendo influências da Inglaterra e também da Alemanha. Naturalmente isto também está relacionado com o desenvolvimento das universidades de uma maneira geral.

17 – Infelizmente não pudemos pesquisar o ensino de Economia nas faculdades de direito de Recife, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, já na segunda metade do Século XIX, aonde o ensino de economia se concentrava em termos mais sistemáticos. Isto ficaria mais claro no Século XX. É ilícito supor que a influência seria a francesa, já que a intelectualidade também assim o era.²

18 – No Reino Unido, à medida que Smith, Malthus, David Ricardo, Stuart Mill iam produzindo os seus livros, os famosos clássicos da Ciência Econômica, seu conteúdo era discutido no Parlamento Inglês. No

² Na Filosofia, a Escola de Tobias Barreto seria famosa.

Brasil, os fatos econômicos eram também discutidos no Parlamento e talvez tenha sido o local mais importante aonde se pode, m aquilatar o melhor teor das ideias que então circulavam.³

19 – Como vimos o quadro brevemente traçado é relativamente pobre. As pressões, sobretudo as urbanas, só se fariam sentir ao longo do Século XX, ou seja, na República. Há que assinalar as repercussões das duas grandes guerras mundiais que foram decisivas e no plano externo e no interno a Revolução de 1930.

Segunda parte: 1890/1945; da Republica ao fim da Era Vargas.

1. Nesta parte iremos examinar os tempos, os fatos, os valores bem como os principais protagonistas do período compreendido entre o final do século as implicações da republica, a chamada “Republica Velha” até atingir a Revolução de Trinta seus desdobramentos até o fim da Segunda Guerra Mundial.

2. Entenda-se uma coisa. Os personagens que irão frequentar estas páginas são o que se denominaria hoje de pensadores sociais, indivíduos dotados de uma ampla cultura geral, dentro da qual apareceriam alguns conhecimentos de Economia. o que, aliás, já foi mencionado anteriormente. Talvez tivessem já um conhecimento mais sofisticado mais consentâneo com o seu tempo. No entanto si comparados aos atuais

³ *A Editora da Câmara dos Deputados tem uma coleção de discursos avultando Bonifácio de Andrada, José de Alencar, José Antônio Saraiva, chegando a Santiago Dantas.*

economistas ou cientistas sociais não passariam de livres pensantes brilhantes certamente, mas sem o conhecimento técnico dos dias de hoje.

3. Neste sentido não vale a pena comparar o Brasil á Europa, o que é obvio, mas aos Estados Unidos que a partir da segunda metade do Século XIX enfatizaram e perceberam a importância das ciências sociais de uma maneira geral e da Economia de uma forma muito particular. Isto é tão relevante que já à época da Primeira Grande Guerra existe uma admiração por parte dos europeus pela Nação americana.⁴

4. Lê-se em Machado de Assis em um dos seus contos que o funcionário do governo assim que se viu proclamada a republica, simplesmente tirou da parede o retrato do Imperador e seguida colocou a do Marechal Deodoro. Com isto queria assinalar que nada teria mudado. De fato tardaríamos até o início do século para que algo mudasse.

5. Entretanto a Republica herdaria as mazelas financeiras e administrativas do Império agravando-as de forma impressionante, gerando em contraposição à Monarquia uma enorme instabilidade política, matéria prima para os estudos posteriores dos nossos analistas sociais.

6. Há que se recordar que de uma maneira geral no mundo tanto europeu como o norte-americano a até mesmo o asiático (Japão) passaram por transformações econômicas, políticas e sociais que se

⁴ Não faltavam indivíduos franceses, ingleses, alemães que eventualmente consideravam os americanos um tanto quanto primitivos e provinciais.

iniciam no fim do Século XVIII e se aceleram na segunda metade do Século XIX chegando ao seu ápice às vésperas da Primeira Grande Guerra . Este seria o mundo de boa parte do Século XX até ao nos 70 aproximadamente.⁵

7. Neste diapasão o Brasil se embrenhava em contradições, indecisões que se arrastariam ao longo do Século XIX, passariam para o Século XX e só muito lentamente se modificariam a partir da eclosão da Grande Guerra que obrigaria o país a realizar um primeiro processo de substituição de importações passando a ser auto-suficiente em alimentos e implantando os pólos de algumas industrias como a têxtil por exemplo.

8. Por outro lado tal como aconteceu em outros países a pressão demográfica se acentuou passando de quase 10 milhões em 1872 a 45 milhões em 1945, e o que é mais importante com uma taxa de urbanização crescente, muito embora a população rural superasse ainda a urbana em 1945. Este é um dado importante para se entender as pressões econômicas, sociais e políticas que o Século XX traria, obrigando os estudiosos a se dedicarem mais às ciências sociais.

9. O primeiro protagonista que deve ser mencionado é Rui Barbosa (1849/1923). Decantado em prosa e

⁵ A passagem do Século XVIII para o século XIX marca a chamada "Era das Revoluções". A Francesa, a Revolução Americana, a Revolução Industrial com desdobramentos que resultariam na emergência da Nação- Estado. Todo este desencadear de fatos gerou as condições para aceleração do desenvolvimento material e espiritual do Mundo Ocidental. De alguma forma o Brasil passava ao largo neste processo. A percepção das informações se fazia com alguma defasagem no tempo.

verso como dos mais inteligentes da historia Brasileira. Dedicou-se também aos assuntos econômico-financeiros. Quais as ideias essenciais de Rui? Defendia a Industrialização como meio de subsistência do país associada á agricultura. Entretanto colocava-se contra o protecionismo. Mesmo que como incentivo inicial.⁶ No tocante á tributação defendia a primazia dos impostos diretos como mais justos e que incentivariam a produção. Condena as emissões de papel-moeda e defendia o monopólio estatal de sua emissão. O crédito publico para o setor privado era defendido como meio produtivo eficaz.

10. Pandiá Calógeras (1870/1934) o cupa papel de mais amplo relevo. Sua obra é vastíssima administração, finanças publicas, economia, direito de minas, política externa história do Brasil dentre outros. Sua frase célebre encerra uma lição de economia e finanças; “todo orçamento reflete uma política de governo”. Quer dizer foi o primeiro a avaliar os aspectos qualitativos da receita e da despesa pública. Percebeu as implicações da Divida Publica e sua relação com as emissões e a Política Monetária de uma maneira geral. Os problemas administrativos governamentais ocuparam sua vida e percebia que de uma maneira ou de outra o governo influenciava a vida econômica do país acabando com a idéia prevalecente de orçamento neutro. Teve o mérito de juntar a prática administrativa à teoria. (Ministro da Agricultura, Fazenda e Guerra além de empresário

⁶ Lembrar que mais tarde os economistas utilizariam o argumento da “industria infante” ou seja o protecionismo como meio por prazo determinado para incentivar e proteger a industria na sua fase inicial.

e deputado).

11. Há toda uma geração de “financistas” que tiveram a sua importância e que pontificaram ao longo do fim do Império até a República Velha. São eles Amaro Cavalcanti (1851/1922), foi Prefeito do Distrito Federal e Ministro da Fazenda. Serzedelo Correia (1858/1932) Ministro dos Transportes, Fazenda e Agricultura. Joaquim Murtinho (1848/1911) Foi Ministro da Viação Indústria e Comércio e da Fazenda. Dentre eles Murtinho é o que mais se notabilizou (1898/1902)⁷

12. A Revolução de 1930 muda o panorama do país seu quadro administrativo. É a modernização dele como um todo. Neste sentido o elenco de personagens é sensivelmente aumentado. Destacam-se Oliveira Vianna (1883/1951), Caio Prado Junior (1907/1980), Roberto Simonsen (1889/1948), Eugenio Gudín (1886/1986), Otavio Gouveia de Bulhões (1906/1990). De uma maneira geral refletem “o novo estado de coisas” e vem na esteira da industrialização e da urbanização, cujo corolário encontra-se com a eclosão da Segunda Guerra Mundial que traria profundas consequências para o Brasil.⁸

13. Oliveira Vianna aparece como analista econômico em “Historia Social do Capitalismo no Brasil” no qual ele aponta o elemento do pré-capitalismo que seria

7 Eugenio Gudín o citava como o exemplo máximo de ação dentre os Ministros da Fazenda. Foi um termo de referência da História Econômica e Administrativa do Brasil.

8 O IBGE publica em ao longo da década dos 40 os Censos Econômicos de 1939 e o Demográfico de 1940. Em ambos parece claro a emergência industrial brasileira e as transformações induzidas pela urbanização. Como não tinha havido Recenseamento desde 1920 esta transformações foram ainda mais aparecem dado o lapso de tempo entre os dois eventos.

a base de existência do capitalismo e suas implicações pra o atraso do País. Importante assinalar a obra "Instituições Políticas Brasileiras" que servem de pano de fundo para o desenvolvimento do país. O centralismo e certo autoritarismo emergem desta obra bem como o corporativismo pano de fundo do fascismo muito em voga naquela época.

14. Caio Prado Junior entra como historiador econômico antes mesmo de Celso Furtado que só apareceria após 1945. Destaca os diversos ciclos econômicos por que passou o Brasil do ouro, da cana, do gado etc. Destaca os elementos formadores. Usa moderadamente a instrumentação marxista.⁹ É de certa forma uma novidade, pois incorpora o econômico à análise histórica.

15. Na década de 1940 a dupla Gudin/Bulhões¹⁰ apareceria e seria usada sempre como fator de referência quer para elogios ou para ataques. É o gérmen daquilo que marcaria o debate econômico e que vem até os nossos dias a intervenção ou não do Estado no Domínio Econômico. Desta época há a famosa controvérsia entre Gudin e Roberto Simonsen¹¹ sobre Planejamento Econômico que também dominaria o cenário dos 50, 60 e 70.

16. De um modo geral a sensação que fica é a de que as idéias econômicas e a concepção mesma de Ciência Econômica penetraram tardiamente no Brasil

9 O marxismo penetraria no Brasil de forma mais sistemática a partir de 1932 a partir das publicações do jovem Marx .muito embora o Partido Comunista Brasileiro tivesse sido fundado em 1922.

10 Ambos são os primeiros ao quais se pode atribuir o termo economista.

11 Autor de importante livro de História Econômica do Brasil.

tal como o próprio desenvolvimento. Só pra efeito de comparação nos Estados Unidos na segunda metade do Século XIX com aceleração para o final do século o ensino de Economia já era algo já estabelecido sem falar naturalmente da Europa.

QUEM TEM MEDO DA FILOSOFIA BRASILEIRA?

Ricardo Vélez Rodríguez

Utilizo, para este comentário, título que o mestre Antônio Paim pôs em circulação lembrando Virgínia Woolf, para identificar as mazelas que, no final do século passado, infernizavam a vida de quem se dedicasse ao estudo da nossa cultura filosófica. A situação, como os leitores poderão observar, não mudou muito de 1990 para cá.

Aconteceu, na seara da filosofia, estranho fenômeno de colonialismo cultural que foi extinguindo progressivamente tudo quanto, no nosso País, cheirasse a estudo do pensamento brasileiro ou à consolidação de uma filosofia nacional. Os artífices dessa façanha (ocorrida nas três últimas décadas do século passado) foram os burocratas da CAPES no setor da filosofia, comandados pelo Padre jesuíta Henrique Cláudio de Lima Vaz. Os fatos são simples: no período em que o General Ruben Ludwig foi Ministro da Educação, ainda no ciclo militar, os antigos ativistas da Ação Popular Marxista-Leninista receberam à sombra do Padre Vaz a diretoria dos conselhos da CAPES e do CNPq, na área mencionada. Especula-se que o motivo da concessão fosse uma negociação política: eles prometiam abandonar a luta armada. A preocupação dos militares residia no fato de que foi esse o único agrupamento da extrema esquerda que não se organizou explicitamente

em partido político.

Os grupos da denominada "direita" (conservadores, ultraconservadores, liberais, liberais sociais etc.), toda essa imensa gama, ficou do lado de fora dos favores oficiais, no período militar e após.

De um lado, os militares, de uma forma bastante imprecisa, identificavam como perigosos não apenas os ativistas da extrema-esquerda, mas também todos aqueles que se apresentassem como liberais (lembrar as referências do General Golbery à ideologia liberal, como contrária aos interesses do País, o que explica as cassações de liberais linha-dura como Carlos Lacerda, ou os preconceitos contra social-democratas como Juscelino).

Os restantes grupos da denominada "direita" terminaram sendo exorcizados das benesses oficiais, em decorrência do patrulhamento dos ativistas de esquerda, que foram beneficiados pelo regime. Prova documental importante é constituída pelo artigo de Aramis Millarch ("Délcio explica quem são os senhores da direita", O Estado do Paraná, 28/12/1980, p. 10), que resenha livro publicado em 1980, do jornalista Délcio Monteiro de Lima, intitulado Os Senhores da Direita (Rio de Janeiro, Editora Antares, 168 p.). O saco de gatos é grande. Vão para o mesmo balaio, ativistas da TFP, antigos integralistas, conservadores, e até os membros do staff da Revista Convivium e a entidade que lhe dava sustentação, Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura.

A discriminação foi feita, notadamente, pelo pes-

soal da Ação Popular, através da CAPES e do CNPq. Um exemplo: quem tiver produção científica publicada na Revista Convivium, não pode (ainda nos dias que correm) registrar, no LATTES, essa publicação como “artigo científico publicado em revista com corpo editorial”. Embora a mencionada revista possua ISSN (0102-2636), o sistema LATTES simplesmente ignora a tal revista, e a produção tem de ser classificada como publicada em magazine. Pequena retaliação, mas que mostra a que ponto chegou o patrulhamento ideológico (e, evidentemente, orçamentário). Isso sem falar na perseguição da CAPES, explícita e atual, contra os cursos de mestrado e doutorado em filosofia brasileira, que foram sendo extintos, um a um, por pressão do MEC, entre 1979 e 1999. Caíram, sucessivamente, na guilhotina ideológica oficial, o programa de mestrado em Filosofia Brasileira da PUC do Rio, o programa de mestrado e doutorado em Filosofia Luso-Brasileira da Universidade Gama Filho, bem como o programa de mestrado em Filosofia Brasileira da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Semelhante sorte tiveram programas considerados “de direita”, como o mestrado em Estudo de Problemas Brasileiros, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Mackenzie, em São Paulo. Isso aconteceu numa conjuntura internacional em que outros países como Espanha, Portugal, México, Argentina e Colômbia passaram a valorizar de forma muito clara o estudo das respectivas filosofias nacionais, como forma de ocupar um lugar no mundo globalizado.

Portugal, que não tinha cursos para o estudo da filosofia autóctone, criou esses programas em 1986, com apoio do Curso de Mestrado e Doutorado em Filosofia Luso-Brasileira da Universidade Gama Filho (extinto em meados dos anos 90).

Outra retaliação contra os estudiosos da filosofia brasileira: a Revista Brasileira de Filosofia, fundada por Miguel Reale em 1949, que recebia uma pequena verba do Ministério da Cultura, para custear postagem dos exemplares destinados a bibliotecas e universidades, teve esse auxílio sumariamente cortado pelo Ministro Francisco Weffort (no segundo Governo de FHC). Detalhe: as revistas, Brasileira de Filosofia e Convivium foram, no século passado, as duas mais importantes publicações brasileiras na área da filosofia e das humanidades (a Revista Brasileira de Filosofia completa, em 2009, os seus 60 anos, e a Convivium chegou pertinho dos quarenta, pois foi publicada, ininterruptamente, com periodicidade bimensal, entre 1962 e 2000).

A retaliação dos burocratas contra quem queira estudar filosofia brasileira não conseguiu, contudo, desestimular as novas gerações. São inúmeras as iniciativas empreendidas por estudantes e professores, em prol do estudo da cultura nacional no terreno das idéias filosóficas. Sem mencionar projetos consolidados no século passado (como a criação, pelo professor Antônio Paim, do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro em Salvador, Bahia, na década de 1980), seria grande a lista das iniciativas em curso. Menciono apenas cinco:

1. O Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade Federal de Juiz de Fora se dedica, desde 2003, ao estudo da história das idéias filosóficas no Brasil e na América Latina e publica a revista eletrônica Ibérica (www.estudosibericos.com);

2. A Universidade Federal de São João Del Rei, através do Departamento de Filosofias e Métodos, passou a sediar, desde 2006, os Colóquios Luso-Brasileiros de Filosofia, promovidos pelo Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (com sede em Lisboa). Nesse primeiro ano foi realizado, na mencionada Universidade, o VII Colóquio e, no decorrer de 2009, em setembro, será realizado o VIII Colóquio, sob a coordenação do Prof. Dr. José Maurício de Carvalho;

3. O Centro de Pesquisas Estratégicas "Paulino Soares de Sousa" publica, na Universidade Federal de Juiz de Fora, o Portal Defesa, dedicado ao estudo e à divulgação do pensamento estratégico brasileiro (www.defesa.ufjf.br). Este Portal constitui, hoje, um dos principais veículos de divulgação dos estudos estratégicos existentes no Brasil, com aproximadamente 30 mil acessos por mês;

4. O Núcleo de Estudos de Filosofia Brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Margutti, promove a pesquisa sobre a história das idéias filosóficas no Brasil, contando atualmente com mais de dez pesquisadores da UFMG, bem como da Faculdade dos Jesuítas de Belo Horizonte;

5. O Centro de Estudos Filosóficos de Londrina, criado, em 1989, pelo Professor Leonardo Prota, re-

alizou, ao longo dos anos 90 do século passado, sete Encontros Nacionais de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira, com apoio da UEL. A publicação das Atas dos mencionados Encontros constituiu realização editorial das mais importantes no estudo da filosofia brasileira, em confronto com outras filosofias nacionais.

Em boa hora o Clube de Aeronáutica, sob a competente coordenação do Cel Av Araken Hipólito da Costa, e com a colaboração da Academia Brasileira de Filosofia, desenvolve ampla programação de estudos humanísticos e de resgate do estudo do pensamento nacional. Esta iniciativa vem somar-se às já mencionadas e revela a vitalidade que a filosofia brasileira está a manifestar neste início de milênio.

A FILOSOFIA BRASILEIRA

Ricardo Vélez Rodríguez

Há uma filosofia brasileira e qual seria a sua originalidade? Poderíamos responder a esta pergunta afirmativamente, indicando que a sua originalidade decorre da situação inédita em que os nossos pensadores apreendem e discutem os grandes problemas da existência, à luz da tradição filosófica ocidental. Quais seriam, então, os grandes problemas aos quais os pensadores brasileiros tentaram dar uma resposta?

No século XVIII, o problema fundamental era se havia um saber que garantisse a salvação de indígenas e colonizadores europeus. Exemplo deste tipo de preocupação foi a obra de Nuno Marques Pereira, publicada várias vezes ao longo do século XVIII e que se intitulava: Peregrino da América. Na segunda parte desse mesmo século, ao ensejo das reformas efetivadas pelo marquês de Pombal no terreno educacional, o problema que preocupava aos pensadores era o do tipo de filosofia que deveria ser ensinado para garantir a modernização da sociedade; tal preocupação constituiu o cerne da obra de Luiz António Verney, intitulada: Verdadeiro método de estudar, à luz da qual se estruturou a corrente denominada de empirismo mitigado.

Com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, muda o foco das preocupações dos nossos pensadores. Tratava-se de dar alma ao esforço em

prol de construir uma nova Nação, integrada por colonizadores, silvícolas e os primeiros descendentes da mistura dos portugueses com as raças ameríndias. Surgiu, numa primeira instância, uma resposta de inspiração espiritualista, que centrava a atenção nas questões da consciência e da liberdade: tal foi o motivo inspirador da obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, intitulada: *Preleções filosóficas*, publicada pela Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, em 1813. No terreno da filosofia política, esse mesmo autor deitou as bases para a prática da representação política como forma de superar os conflitos civis, nas suas *Cartas sobre a revolução brasileira* e, posteriormente, no seu *Manual do cidadão num governo representativo*.

A preocupação com a consolidação das instituições imperiais, ao redor do Poder Moderador, num contexto liberal que garantisse a liberdade e a representação política, motivou ao maior filósofo do Império, Domingos Gonçalves de Magalhães, visconde de Araguaia, em meados do século XIX, a escrever a sua obra intitulada: *Fatos do espírito humano*, com a qual se consolidou a escola do ecletismo espiritualista. Já no final do século, as novas tendências da filosofia européia, bem como a crítica às instituições imperiais, deram ensejo ao surgimento da corrente denominada de Escola do Recife, solidamente ancorada, com Tobias Barreto e Sívio Romero, na herança neokantiana. Paralelamente, a crítica ao liberalismo imperial foi efetivada na retomada da tradição cientificista (que vinha da era pombalina), desta vez à luz da filosofia

positivista de Augusto Comte, cultivada na Sociedade Positivista do Rio de Janeiro (com Luiz Pereira Barreto à testa), no Rio Grande do Sul (pelo líder republicano Júlio de Castilhos) e no Apostolado Positivista (sob a direção de Miguel Lemos e Teixeira Mendes). A República foi proclamada em 1889, sob a inspiração do positivismo que, no meio militar, teve como figura de proa Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

No início do século XX, a grande questão discutida pelos nossos pensadores foi a do espiritualismo, em face das correntes científicas e materialistas herdadas do século XIX. A obra de Farias Brito brilhou como resposta metafísica a essa problemática. Do ponto de vista da nova metodologia que deveria guiar ao conhecimento científico, a fim de superar o dogmatismo comteano, dois pensadores, Otto de Alencar e Amoroso Costa, fundadores da Academia Brasileira de Ciências, elaboraram original resposta que se inscreveu na tendência do neopositivismo que, no que tange às ciências humanas, encontrou exímios representantes em Pontes de Miranda e Leônidas Hegenberg. A preocupação de recolher a herança de Marx no contexto da ciência econômica, preservando a tradição científica, deu ensejo à obra de Leônidas de Rezende, intitulada: Economia política, finanças e contabilidade (1918). A herança dos existencialismos europeus inspirou a obra de vários pensadores como Vicente Ferreira da Silva nos seus Diálogos filosóficos, Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto.

A Fenomenologia de Husserl encontrou dedicados

cultivadores ao longo das últimas décadas, na obra de pensadores como Creusa Capalbo, Aquiles Côrtes Guimarães, Nilton Campos e Isaias Paim. A tradição católica, ancorada na idéia de preservar o humanismo cristão formulado por Jacques Maritain, encontrou seguidores importantes como Alceu Amoroso Lima, Leonardo van Acker, Ubiratan de Macedo, Tarcísio Padilha e Urbano Zilles. No entanto, a tendência doutrinária de maior fôlego intelectual foi, no século XX, a representada pelo Culturalismo, formulado por Miguel Reale (especialmente em *Experiência e cultura*, publicada em 1978), Antônio Paim (cuja mais importante contribuição é a *História das idéias filosóficas no Brasil*, com várias edições), Djacir Menezes, Paulo Mercadante (com a obra intitulada: *A consciência conservadora no Brasil*, de 1982), Nelson Saldanha, Francisco Martins de Souza (com a sua obra *O culturalismo sociológico* de Alcides Bezerra), Ítalo da Costa Jóia, etc. Estes autores situam-se na trilha humanística deixada pela Escola do Recife, com marcada influência neokantiana, fenomenológica e hegeliana.

REALIZAÇÕES DO DEPARTAMENTO CULTURAL do Clube de Aeronáutica

2004

Cel Av Araken Hipólito da Costa, em 16 de julho, assume a DIRETORIA do Departamento Cultural, sob a Presidência do Ten Brig Ar Ivan Frota.

Edições da Revista Aeronáutica:

- 1 - **246** set/out
- 2 - **247** nov/dez

Entrevista:

Ten Brig Ar Octávio Júlio Moreira Lima (ex-Ministro da Aeronáutica e Diretor do INCAER)

Série Depoimentos – publicada na Revista nº 247

Criação do evento Vôo Cultural:

25 de novembro

Palestra:

FÉ, RAZÃO E SENSIBILIDADE

Palestrante: Araken Hipólito da Costa - Cel Av

Recital:

Canto Lírico - Vocal: Carmen Beatriz Bertoly

Piano: Jurema Fontoura

2005

Edições da Revista Aeronáutica:

- 3 - **248** jan/fev

- 4 - **249** mar/abr
- 5 - **250** mai/jun
- 6 - **251** jul/ago
- 7 - **252** set/out
- 8 - **253** nov/dez

2006

Edições da Revista Aeronáutica:

- 9 - **254** jan/fev
- 10 - **255** mar/abr
- 11 - **256** mai/jun
- 12 - **257** jul/ago
- 13 - **258** set out
- 14 - **259** nov/dez

Cursos:

Junho/nov

Curso de Introdução à Filosofia Política – (18 alunos)

Dr. Francisco Martins de Souza

Voo Cultural:

Palestra:

22 de Março

Estado e Sociedade e os Desafios do Século XXI

Prof. João Ricardo Moderno

19 de Abril

Segurança Pública

Álvaro Lins

18 de Maio

O Momento no Oriente Médio e o Risco do Fundamentalismo

Osias Wurman

28 de Setembro

Filosofia, Polis e Imaginação Criadora

Prof. Tiago Adão Lara

17 de Outubro

Possibilidade de Vida no Universo

Prof Antônio Gustavo Porto de Mello

26 de Outubro

Santos Dumont e o Pensamento Científico

Francisco Antônio Dória

Criação do Grupo de Estudos:

Criado pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica, em agosto, o Grupo de Estudos nasceu com três objetivos já formatados:

Estudar os temas do interesse Nacional da Família Aeronáutica e do Pensamento Brasileiro, a fim de fundamentar o ideário do Clube de Aeronáutica;

Proporcionar aos associados do Clube de Aeronáutica e aos membros de diversos segmentos da sociedade do país um aprofundamento contínuo na área do Conhecimento, para aproveitar a experiência e o saber acumulados ao longo da vida; e

Divulgar o ideário do Clube de Aeronáutica à sociedade, com a finalidade de tornar público o pensamento elaborado, como resultado do estudo dirigido,

contribuindo para a integração e desenvolvimento da Nação Brasileira.

Formado por 21 pesquisadores da Sociedade Brasileira, segue sua composição nominal e representativa na sociedade:

Francisco Martins de Souza – Prof. Dr.

Araken Hipólito da Costa – Cel Av.

João Ricardo Moderno – Presidente da ABF

Pedro Ivo Seixas – Ten Brig Ar

Umberto de C. Carvalho Netto – Maj Brig Ar

Tarso Magnus da Cunha Frota – Brig Ar

Frederico Bergamo de Andrade – Cel Art Ex.

João Victorino – Jornalista

Joselauro Justa de A. Simões – Cel Inf Ex.

Fernando Bicudo – Pres. do Ópera Brasil

Luís Mauro Ferreira Gomes – Cel Av.

Jesse Ribeiro da Silva – T Cel – CD.

Haroldo Belém – CMG/IM.

Paulo de Paula Mesiano – CMG AvN.

Antônio Carlos Gomes Siqueira – Pres. DEMOPART

Tacarijú Tomé de Paula Filho – Cel Av.

Carlos de Almeida Baptista – Ten Brig Ar, Pres. do CAER

Paulo Raimundo Pereira Santos – Jornalista

Berto Filho – Jornalista

Francisco Carlos Pereira Cascardo – CMG.

José Mauro Rosa Lima – Cel Av.

2007

Edições da Revista Aeronáutica:

15 – **260** jan/fev/mar

16 – **261** abr/mai/jun

17 – **262** jul/ago/set

18 – **263** out/nov/dez

Grupo de Estudos:

Palestra:

Fevereiro

Amazônia; SIVAM; Soberania

Maj Brig Ar José Orlando Bellon

Março

Amazônia; Soberania Nacional

Gen Ex Luiz Gonzaga Schroder Lessa

Maio

As Ingerências Ambientais na Soberania Nacional

Prof^a Suzana Gueiros

Setembro

O Momento Político Nacional

Antonio Paim

Outubro

*Idéias para o Planejamento Estratégico da Aviação
Comercial do Brasil*

Ten Brig Ar Mauro José de Miranda Gandra

Novembro

*O Controle do Espaço Aéreo no Brasil- Sistema
CNS/ATM*

Maj Brig Ar Ramon Borges Cardoso - Comandante
do DECEA

Dezembro

Variados Temas sobre a Aeronáutica

Ten Brig Ar José Américo dos Santos – Chefe do
Estado-Maior Aeronáutica

Seminário:

Realizado em 17 de maio.

Soberania Nacional e Reforma Política

Senador Jefferson Perez

O evento foi aberto com palavras de Apresentação do Ten Brig Ar Ivan Frota - Presidente do Clube de Aeronáutica. Dentre muitas autoridades presentes, no auditório do INCAER (cerca de 180 pessoas) pontuamos a do Ten Brig Ar Octávio Júlio Moreira Lima, Diretor daquele importante Órgão.

Abordando as questões afetas à Soberania Nacional, o Senador Jefferson Perez observou que "o risco ao maior percentual do Território Nacional, a Amazônia, é relativo. Quanto à avaliação sobre as Reformas Políticas, atuais ou futuras, afirmou que deverão avançar, considerando-se que já houve muitas reformas, anteriormente, no Brasil."

Apresentação do Relatório do Grupo de Estudos sobre os Temas:

Soberania Nacional; Apreensões; Cobiça da Amazônia; ONGs Estrangeiras; Demarcações de Áreas Indígenas; Quilombolas; Biopirataria; Plataforma Continental; Petróleo, Gás e Biodiesel; Recursos Hídricos.

Componentes:

Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota (Coordenador);

Brig Int Aragarino Cabrero dos Reis;

Cel Av Araken Hipólito da Costa;

Fernando Bicudo (Presidente do Centro Cultural Ópera Brasil);

Francisco Martins de Souza (Prof. Dr. Em Filosofia);

Ten Cel CD Jesse Ribeiro da Silva;

Cel Ex Joselauro Justa de A. Simões;

Lucy Castilho da Silva (Advogada);

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes;

João Ricardo Moderno (Presidente da Academia Brasileira de Filosofia).

Reforma Política

Sistema de Listas Fechadas; Cláusula de Barreiras;

Fidelidade Partidária; Federações Partidárias;

Financiamento Público das Campanhas.

Componentes:

Maj Brig Ar Umberto de C. Carvalho Netto (Coordenador)

João Victorino (Jornalista)

Ten Brig Ar Pedro Ivo Seixas

Cel Art José Bérnago de Andrade.

Cursos:

Março/junho

Curso de Introdução à Filosofia – (24 alunos)

Dr. Francisco Martins de Souza

Junho/ago

1º Curso de Introdução à Filosofia Política –
(18 alunos)

Dr. Francisco Martins de Souza

Agosto/nov

2º Curso de Introdução à Filosofia Política - (27 alunos)

Dr. Francisco Martins de Souza

8 de agosto a 29 de agosto

Ver e Ouvir Arte - (14 alunos)

Geraldo Edson de Andrade

Ensaio (1):

Introdução à Filosofia Política

Dr. Francisco Martins de Souza

Lançado em 07 de agosto - (com 92 páginas)

Sumário: Introdução à Filosofia Política - Preâmbulo; Pensamento Moderno - Racionalismo;

Direito de Propriedade; O Idealismo Transcendental; Princípios do Liberalismo em Locke e Kant;

O Estado Liberal Segundo Kant; Idéia Geral do Pensamento de Kant; Fundamentos do Liberalismo Econômico; Princípios do Liberalismo Econômico; Início da Revolução Industrial; Os Iluministas;

Antecedentes e Formações do Pensamento Brasileiro; Pensamento Político Contemporâneo no Brasil; Soberania; O Estado Novo Segundo Francisco Campos; Adendo.

2008

Assume a Presidência do Clube de Aeronáutica, em 4 de julho, o Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista.

Edições da Revista Aeronáutica:

19 - **264** jan/fev/mar

20 - **265** abr/mai/jun

21 - **266** jul/ago/set

Cursos:

Mar/jun

1º Curso de Humanidades – (53 alunos inscritos – diplomados 38)

Disciplinas e Docentes:

Cultura Ocidental – Francisco Martins de Souza – Filósofo e Membro da ABF;

Filosofia – João Ricardo Moderno – Filósofo e Presidente da Academia Brasileira de Filosofia;

Ciência Política – Umberto de Campos Carvalho Netto – Mestre em Ciência Política;

Moral – Tarso Magnus da Cunha Frota – Pós graduação em Direito Público UDF - DF;

Filosofia da Religião – Marcela Maria - Teóloga;

Ciências – Pedro Ivo Seixas – Engenheiro Eletrônico ITA;

Artes Plásticas – Araken Hipólito da Costa - Artista;

Cinema – Geraldo Edson de Andrade – Crítico de Arte e Presidente de Honra da ABCA;

Música – Ubirajara Carvalho da Cruz – Graduado em piano pela Escola de Música da UFRJ;

Ópera – Fernando Bicudo - Presidente do Centro Cultural Ópera Brasil.

5 a 25 de Agosto

Musicologia – Aprendendo a Ouvir Música – (19 alunos)

Cel Av Ubirajara Carvalho da Cruz

5 a 30 de Setembro

Teorias do Conhecimento – (19 alunos)

Dr. Francisco Martins de Souza

7 a 28 de Outubro
Curso de Religião – (26 alunos)
Marcela Maria

4 a 18 de Novembro
Ideólogos do Capitalismo – (24 alunos)
Ralph Miguel Zerkowisk

Grupo de Estudos:

Palestras:

Fevereiro

O Funcionamento do Ministério da Defesa

Ten Brig Ar Walter Werner Brauer – ex-Ministro da Aeronáutica.

Março

A INFRAERO – Ministério da Defesa – ANAC – DECEA

Ten Brig Ar Cleonilson Nicácio Silva - Diretor de Operações INFRAERO

Seminário:

A Amazônia e a Realidade Brasileira

Em defesa da Amazônia, do Desenvolvimento Sustentável e das Fronteiras Nacionais, foram reunidas personalidades da Cultura, da Política e dos Círculos Militares Brasileiros, para debater as Questões Amazônicas e a Soberania Nacional.

As fronteiras do Brasil com países vizinhos correm perigo com a extensão das reservas indígenas? O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, propôs a criação de uma Guarda Nacional Ambiental, com militares e civil treinados em todos os Estados, para atuar na de-

fesa dos Parques Ambientais e Biomas (fauna e flora e suas interações com o ambiente físico) na Amazônia. A importância de defender a Soberania Nacional, de debater os devidos Direitos dos índios e de evitar a exploração desenfreada das áreas amazônicas foram alguns dos temas presentes no seminário Amazônia e a Realidade Brasileira, realizado no dia 29 de maio, no Salão Marechal do Ar Ivo Borges, no Clube de Aeronáutica, no Rio.

O evento foi presidido pelo Ten Brig Ar Ivan Frota, para quem é indispensável o debate com todos os segmentos da sociedade sobre os rumos do desenvolvimento e o risco de internacionalização da Amazônia.

O Seminário foi uma iniciativa do Clube de Aeronáutica do Rio de Janeiro, por intermédio de um Grupo de Estudos que congrega intelectuais civis e militares. Há dois anos, o Grupo vem se reunindo para discutir questões relacionadas ao desenvolvimento e à Soberania Nacional.

A Programação do Seminário foi das 9 às 12h40 e encerrado com um Debate que se iniciou às 11h50.

Desdobramento:

Reserva Indígena Raposa Serra do Sol e Soberania da Amazônia

Dr José de Anchieta Júnior - Governador de Roraima.

Problemática Indigenista

Dr. Hélio Jaguaribe - Membro da Academia Brasileira de Letras.

Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Dr. João Ricardo Moderno – Pres. Academia Brasileira de Filosofia.

O Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, em sua pauta, defendeu a tese de que o povo da Amazônia deve usufruir dos bens e dos recursos naturais das florestas. Ele acredita que essa repartição pode ser feita de forma sustentável.. E mais: espera que não sejam realizadas novas demarcações no Estado, preconizando, inclusive, a reversão das já existentes. No início deste mês, José de Anchieta Júnior entrou com mais uma Ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a demarcação contínua da Raposa Serra do Sol. O melhor a ser feito, segundo o Governador, é a demarcação em ilhas e a exclusão das vilas, municípios, plantações de arroz, estradas e do Parque Nacional do Monte Roraima.

O Sociólogo, Professor Doutor Honoris Causa em Filosofia e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) Hélio Jaguaribe, que, aos 84 anos é um incansável defensor de uma política justa para a demarcação das terras indígenas, disse acreditar que, atualmente, 'a política das reservas vem sendo aplicada sem levar em conta os imperativos da Defesa Nacional, o que ocorre nos diversos casos em que elas se estendem até as nossas fronteiras'. Segundo ele, as Autoridades Militares têm alertado o Governo, com toda a razão, sobre o perigo da política governamental em relação às reservas indígenas.

Antes de abrir o Seminário aos debates, o pesquisador, escritor, professor e Doutor em Filosofia, João Ricardo Moderno, Presidente da Academia Brasileira de Filosofia, abordou a Declaração da ONU sobre os Direitos dos povos indígenas. Em recente artigo em O Dia On-line (21/04/08), João Ricardo expressou suas idéias em relação à necessidade da inserção dos militares na questão: 'Em 1967, a criação da FUNAI evidenciou a intimidade histórica do Exército com a defesa da vida do índio. As três Forças Armadas têm uma longa tradição de amor ao índio e nunca permitiram o genocídio. Por obrigação emanada da Constituição, elas também têm, por dever, a defesa da integridade territorial', disse, no artigo."

Visita:

Realizada pelo Grupo de Estudos, Autoridades e Convidados, em 14 de outubro à Academia da Força Aérea – AFA (Pirassununga – SP).

Componentes do Grupo Visitante:

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista – Presidente do CAER

Brig Int Hélio Gonçalves – 1º Vice-Presidente

Brig Ar Guilherme Sarmiento Sperry – 2º Vice Presidente

Prof. Dr. Francisco Martins de Souza – Grupo de Estudos

Cel Av Araken Hipólito da Costa – Grupo de Estudos

Pres. ABF João Ricardo Moderno – Grupo de Estudos

Jornalista João Victorino – Grupo de Estudos

Cel Ex Joselauro Justa de A Simões – Grupo de Estudos

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes – Grupo de Estudos

T Cel – CD Jesse Ribeiro da Silva – Grupo de Estudos

CMG/IM Haroldo Belém – Grupo de Estudos

CMG AvN Paulo de Paula Mesiano – Grupo de Estudos

Pres. DEMOPART Antonio Carlos Gomes Siqueira – Grupo de Estudos

Jornalista Paulo Raimundo Pereira Santos – Grupo de Estudos

Jornalista Berto Filho – Grupo de Estudos

Diretor do Ópera Brasil – Fernando Bicudo – Grupo de Estudos

CMG /RM1 Alberto Bento Alves – Cursos

Cel Av R1 Sérgio Ivan Pereira – Cursos

Cel Ex Eng José Antônio Simões Bordeira – Cursos

Luciene Ribeiro Da Silva (secretária) – Departamento Cultural e Revista Aeronáutica

Rosana Guter Nogueira (design gráfico) – Departamento Cultural e Revista Aeronáutica

Luiz Ludgério Pereira da Silva (produção gráfica) – Departamento Cultural e Revista Aeronáutica

Ewerton Martins de Souza – Convidado

Mario Bandarra – Convidado

Às 9h, a Comitativa foi recebida na Sala das Autoridades pelo Comandante da AFA, Brig Ar Marco Antônio Carballo Perez.

Durante a Programação, às 10h50, houve Palestra sobre Cinema, com o Prof. Dr. Francisco Martins de Souza – “Pensamento Brasileiro” (Abertura com o Exm^o Sr. Ten Brig Ar R/R Carlos de Almeida Baptista – 20 min – “História do Grupo de Estudos”)

Às 13h30, Doação Oficial de acervo bibliográfico do Prof. Dr. Francisco Martins de Souza para a Biblioteca do Departamento de Ensino DE.

2009

Edições da Revista Aeronáutica:

22 - **267** dez/ jan/fev

23 - **268** mar/abr/mai/jun

24 - **269** jul/ago/set

25 - **270** out/nov/dez

Painel:

Abril

Filosofia do Estado de Direito

Alejandro Peña Esclusa, Graça Salgueiro e Dr. João

Ricardo Moderno

Curso:

Mar/nov

2^o Curso de Humanidades – (42 alunos)

Disciplinas e Corpo Docente:

Cultura Ocidental – Ricardo Vélez Rodriguez –

Membro da ABF e do Instituto de Humanidades;

Poesia – Carlos Nejar – Membro da Academia Brasileira de Filosofia e ABL;

Filosofia – João Ricardo Moderno – Filósofo e Pres. da Academia Brasileira de Filosofia;

Ópera – Fernando Bicudo – Pres. do Centro Cultural Ópera Brasil;

Metafísica – Carlos Frederico - Titular de Filosofia da PUC;

Filosofia da Religião – Marcela Maria - Teóloga e Filósofa;

Cinema – Geraldo Edson de Andrade – Crítico de Arte e Pres. de Honra da ABCA;

Ética – Marcela Maria – Teóloga e Filósofa;

Filosofia Política – Francisco Martins de Souza – Filósofo e Membro da ABF;

Artes Plásticas – Araken Hipólito da Costa – Artista Plástico, Arquiteto, Filósofo e Teólogo;

Reflexões - Sentido da Vida – Geraldo Bellochio – Teólogo e Filósofo;

Filosofia da História – João Ricardo Moderno – Filósofo e Pres. da Academia Brasileira de Filosofia;

Conflitos – Luis Alberto Costa Cutrim – Professor de História de Poder Aéreo da AFA;

Teatro – Geraldo Edson de Andrade – Crítico de Arte e Pres. de Honra da ABCA;

Pensamento Econômico – Ralph Miguel Zerkowisk – Titular da UFF, UERJ e FGV;

Geopolítica – Roberto de Oliveira Mafra – Conferencista Especial da ESG;

Música – Ubirajara Carvalho da Cruz – Graduado em piano pela Escola Nacional de Música da UFRJ;

Pensamento Brasileiro – Francisco Martins de Souza – Filósofo e Membro da ABF.

Visita:

Realizada pelo Grupo de Estudos, Autoridades e Convidados em 26 de março à Universidade da Força Aérea – UNIFA (Campo dos Afonsos – RJ).

O objeto de estudo do Grupo é o Pensamento Brasileiro.

O Grupo de Estudos do Clube de Aeronáutica, conduzido pelo Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, Presidente do CAER, foi recepcionado pelo Maj Brig Ar Louis Jackson Josuá, Comandante da UNIFA, Acompanhado do Brig Ar Lúcio Alves Ângelo, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica – ECEMAR e de Oficiais da UNIFA.

Durante a Programação, o Grupo de Estudos doou, para a Biblioteca Central daquela Universidade o livro “Equiparação dos Cursos de Oficiais aos do Sistema Nacional de Educação” (Costa Araken Hipólito; 1997; Exemplar nº 3; Departamento de Ensino da Aeronáutica – DEPENDS) o qual originou os Cursos de Mestrado e Doutorado na UNIFA.

Posteriormente, a Comitiva foi recepcionada, também, pelo Brig Ar Bhering – Diretor do MUSAL.

A Comitiva do CAER estava composta:

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista – Pres. do CAER;

Maj Brig Ar Márcio Callafange – Assessor Esp. Pres.;

Cel Av Araken Hipólito da Costa – Grupo de Estudos e Diretor Cultural do CAER;

Pres. ABF - João Ricardo Moderno – GE;

Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota – GE;

Cel Art EX Frederico José Bérghamo de Andrade – GE;

Jornalista João Victorino – GE;

Diretor do Ópera Brasil –Fernando Bicudo – GE;
Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes – GE;
TCel – CD Jesse Ribeiro da Silva – GE;
CMG/IM Haroldo Belém – GE;
CMG AvN Paulo de Paula Mesiano – GE;
Pres. DEMOPART – Antonio Carlos Gomes Siqueira – GE;
Cel Av Tacarijú Tomé de Paula Filho – GE;
Jornalista Paulo Raimundo Pereira dos Santos – GE;
CMG/Rm1 Alberto Bento Alves – GE;
Luciene Ribeiro da Silva (secretária) – Dptº Cultural;
Luiz Ludgério Pereira da Silva (produção gráfica)
– Dptº Cultural; e
Rosana Guter Nogueira (design gráfico) Dptº Cultural.

Visita

Realizada pelo Grupo de Estudos, participantes do Curso de Humanidades, autoridades e convidados em 22 de abril, Dia da Aviação de Caça, à Base Aérea de Santa Cruz – BASC – (Santa Cruz – RJ).

A Comitiva, conduzida pelo Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista – Presidente do CAER, foi recepcionada pelo Comandante da BASC, Cel Av Gilson de Barros Caputo Junior e, também, pelo Comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça, Ten Cel Av Antônio Ramirez Lorenzo.

Na Festividade alusiva à importante data, estavam presentes muitas altas personalidades e autoridades, tais como o Ministro da Defesa, Dr. Néelson Jobim, o Comandante da Aeronáutica,

Ten Brig Ar Juniti Saito, incontáveis Oficiais-Generais e demais Oficiais, além de um grupamento de Caçadores Reformados e da Reserva, compondo o ce-

nário para o desfile, também, de Veteranos da Aviação de Caça que brilharam nos céus da Itália, na Segunda Guerra Mundial.

A Comitiva do CAER estava composta:

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista – Presidente do CAER;

Brig Int Hélio Gonçalves - 1º Vice-Presidente do CAER;

Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry – 2º Vice-Presidente do CAER;

Maj Big Ar Márcio Calafange – (Assessor Esp. Pres.);

Cel Av Araken Hipólito da Costa – Grupo de Estudos e Diretor Cultural do CAER;

Pres. ABF – João Ricardo Moderno - GE;

Cel Art Frederico José Bérngamo de Andrade – GE;

Jornalista João Victorino – GE;

Cel Ex Joselauro Justa de A. Simões – GE;

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes – GE;

TCel – CD Jesse Ribeiro da Silva – GE;

CMG AvN Paulo de Paule Mesiano – GE;

Pres. DEMOPART – Antônio Carlos Gomes Siqueira – GE

Jornalista Paulo Raimundo Pereira Santos – GE;

Luciene Ribeiro da Silva (Secretária) – Deptº Cultural;

Luiz Ludgério Pereira da Silva (produção gráfica) – Deptº Cultural;

Rosana Guter Nogueira (design gráfico) – Deptº Cultural;

Johan Carlos Reckmam – Curso de Humanidades;
Lula Vieira - Curso de Humanidades;
Ayrton Daniel Ribeiro (Ten Cel Av Eng) – Curso de Humanidades;
Cristina Maria P. Pumar (1º Ten QFO) – Curso de Humanidades;
Júlio Sérgio K do Nascimento (Cel Int) – Curso de Humanidades;
Lenôr Freitas Bello – Curso de Humanidades;
Teruo Ono – Curso de Humanidades;
José Márcio Elbert de Castro – Curso de Humanidades;
Waldir Rodrigues (Ten Cel Int Refm) – Curso da Humanidades;
Roberto Schmid – Curso de Humanidades;
José Antônio Simões Bordeira (Cel Ex Eng) – Curso de Humanidades; e
Clarindo dos Santos – Curso de Humanidades.

Palestras:

Junho

O Trem de Levitação Magnética

Dr. Eduardo Gonçalves David, da COPPE/UFRJ, autor do livro *O Futuro das Estradas de Ferro no Brasil* e autor da matéria *A Era do Trem Voador*, publicada na *Revista Aeronáutica*.

Setembro

Uma visão Geral Sobre o Brasil – (Perguntas e Respostas)

Ex - Ministro Eliezer Batista

Outubro

Um panorama sobre a Aviação de Caça brasileira na II Guerra Mundial

Maj Brig Ar José Rebello Meira de Vasconcelos –
(Veterano do 1º GAVCA)

A Cultura de Forma Sistêmica Dentro da Aeronáutica – (SISCULT)

Ten Brig Ar Aprígio Azevedo – Chefe da SEFA

Novembro

DECISÃO RIO – Investimentos 2010 – 2012

Dr. Cristiano Prado M. Barbosa – Gerente Infraestrutura e Novos Investimentos - FIRJAN

Grupo de Estudos (Atuação Externa):

Conferência, no Centro de Desenvolvimento do Caráter Militar – CDCM, da Escola Preparatória de Cadetes do Ar – EPCAR, do Comando da Aeronáutica, em Barbacena – MG, nos dias 16 e 17 de julho, tendo como Palestrante o Dr. Prof. João Ricardo Moderno, membro do Grupo de Estudos do CAER e Pres. da Academia Brasileira de Filosofia. Evento: “Virtudes essenciais: Amor, Verdade e Justiça”.

Foi Proferida Palestra no dia 22 de setembro, na Escola de Comando e Estado-Maior – ECEMAR, da Universidade da Força Aérea – UNIFA, pelo Dr. Prof. João Ricardo Moderno – membro do Grupo de Estudos do CAER e Pres. da Academia Brasileira de Filosofia, intitulada: “Filosofia, Ideologia e a Estratégia do Neototalitarismo na América Latina”.

ECEMAR: Participante do GRUCON (Grupo de Controle da Manobra de Crise).

Com a presença do Jornalista João Victorino;
Fernando Bicudo – Pres. do Ópera Brasil;
Antônio Carlos Siqueira – Pres. do DEMOPART; e
Cel Av Araken Hipólito da Costa – Diretor do Departamento Cultural do CAER

Palestra:

26 a 30 de outubro

Tema: Quilombolas, Etnias e Revolução Comunista na América Latina.

2010

Janeiro

Criação do site do Grupo de Estudos no DEMOPART, www.demopart.com.br, pelo membro do GE Antonio Carlos Siqueira, Presidente do mesmo.

Curso

Curso do Pensamento Brasileiro I (de 2 março a 30 de novembro)

Horário: Toda terça-feira

1ºTempo 10 às 10h45

2º Tempo 11 às 11h45

Título: Certificado de Extensão (avalizado pelo Clube de Aeronáutica e Academia Brasileira de Filosofia).

Presença obrigatória, perfazendo 70% de frequência.

Férias: mês de julho.

Março

Ensaio (2):

Pensamento Brasileiro – uma visada filosófica sobre o Culturalismo.

Dr. Francisco Martins de Souza (em revisão).

Com 110 páginas.

Sumário:

O Culturalismo no Pensamento Brasileiro. A temática suscitada por Tobias Barreto. O encaminhamento que lhe deram Sílvio Romero e Clovis Beviláqua. O Culturalismo Sociológico em Alcides Bezerra.. O moderno conceito de Cultura na Obra do Autor. As contribuições da antropologia no Contexto europeu, dadas por Frederich Rafael, criador desta ciência e Léo Flobenius, seu discípulo; sua retomada por Alcides Bezerra com uma fundamentação na moral do problema da cultura. O fator terra como componente no equacionamento do problema cultural e moral: a adaptação. O homem e seu projeto criativo no tempo e no espaço. Os grandes ciclos da cultura, contribuições dos povos greco-romano-germânico, no processo civilizador, e conseqüente aperfeiçoamento da qualidade de vida humana. Moral. Direito. Política. Conclusões. Referências Bibliográficas.

Palestra:

Atuação do Hospital de Campanha (HCAMP) da FAB na Missão Humanitária no Haiti

Brig Méd. José Maria Lins Calheiros – Diretor do Centro de Medicina Aeroespacial (CEMAL)

Edições da Revista Aeronáutica:

26 – **271** – jan/fev/mar/abr

27 – **272** – mai/jun jul

28 – **273** – ago/dez

Abril

Visita:

Realizada pelo Grupo de Estudos, Autoridades e Convidados, em 22 de abril, à Base Aérea de Santa Cruz (BASC) – Dia da Aviação de Caça – 22/04/10.

Componentes do Grupo Visitante:

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

Brig Int Hélio Gonçalves

Cel Av Araken Hipólito da Costa

CMG Haroldo Belém

TCel -CD Jesse Ribeiro da Silva

Jornalista Paulo Raimundo Pereira Santos

Luciene Ribeiro da Silva (secretária)

Eva Maria Fonseca

Lênor Freitas Bello

Teruo Ono

José Márcio Elbert de Castro

Waldyr Rodrigues (Ten Cel Int Ref)

Brunno (filho do Cel Waldyr)

Maria Therezinha de Albuquerque

Josemar Pequeno

Willian Pequeno

Agosto

Palestra:

No dia 26, houve a palestra do Cel Av Ricardo Pinheiro Vieira do SDAAD – DECEA sobre o período em que esteve em Israel.

Visita:

Visita do Grupo de Estudos ao PAMA GL, no dia 22.

Componentes do Grupo visitante:

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

Cel Av Paulo Fernandes da Silva

Cel Av Araken Hipólito da Costa

TCel -CD Jesse Ribeiro da Silva

CMG Haroldo Belém

Jornalista João Victorino

Jornalista Paulo Raimundo Pereira Santos

CMG AvNPaulo de Paula Mesiano

Eng Antônio Carlos Gomes Siqueira

Fotógrafa Anna Gabriela Malta

Luciene Ribeiro (secretária)

Luiz Ludgério Pereira da Silva (produção gráfica)

Rosana Guter Nogueira (design gráfico)

Ângela Maria Dias Corrêa

Teruo Ono

Outubro

Grupo de Estudos:

Visita à Academia da Força Aérea, no dia 18.

Componentes do Grupo Visitante:

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Cel Av José Mauro Rosa Lima

Cel Av Paulo Fernandes da Silva

Anna Gabriela Malta

Lênor Freitas Bello

Teruo Ono

Maria Therezinha de Albuquerque

Ângela Maria Dias Corrêa

Luciene Ribeiro Gementi

Palestra:

Comandante da Aeronáutica, no dia 28.

Ten Brig Ar Juniti Saito

Novembro

Visita:

Ida do Grupo de Estudos ao DCTA, no dia 18.

Componentes do Grupo Visitante:

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Jornalista João Victorino

Diretor do Ópera Brasil - Fernando Bicudo

TCel -CD Jesse Ribeiro da Silva

CMG/IM Haroldo Belém

CMG AvN Paulo de Paula Mesiano

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

Pres. DEMOPART - Antônio Carlos Gomes Siqueira

Jornalista Paulo Raimundo Pereira Santos

Cel Av Luiz Alberto Costa Cutrim

Eva Maria Fonseca

Lênor Freitas Bello

Teruo Ono

Maj Int José Márcio Elbert de Castro

Ten Cel Int Ref Waldyr Rodrigues

Maria Therezinha de Albuquerque

Ernani Marones de Gusmão

Maria Aline Soares Brito

Diolásia de Lima Cherigate

Ângela Maria Dias Correa

Telma Maria Mota da Costa Nunes

Luciene Ribeiro da Silva

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Curso:

Encerramento do Curso do Pensamento Brasileiro I e Diplomação dos concludentes em número de 56, no dia 30, às 10h.

O frontispício do certificado rezava que às 88 horas de aula, no período de 3 de março a 30 de novembro, eram as constantes no verso, estavam grafados:

Disciplinas, Temas e Professores:

Aeronáutica – Juniti Saito – Tema - O Comando da Aeronáutica.

Antropologia – Maria Beltrão – Tema – O Homem Brasileiro.

Ciências – Antônio Carlos Gomes Siqueira – Tema – Internet – a grande convergência.

Cinema – Geraldo Edson de Andrade – Tema – Cinema Brasileiro.

Civilização Brasileira – Ricardo Vélez Rodriguez – Tema – Fundamentos da Civilização Brasileira.

Comunicação – João Victorino- Tema – Jornalismo Ontem, Hoje e Amanhã.

Diplomacia – Camilo Côrtes – Tema – A Percepção Brasileira do Mundo.

Direito e Filosofia Política – Tarso Magnus da Cunha Frota – Tema – Direito Constitucional e Pensamento Militar Brasileiro.

Economia – Ralph Miguel Zerkowisk – Temas – Economia Política Soviética e sua queda e Pensamento Econômico Brasileiro.

Ética – Marcela Maria Almeida Silva – Tema – Fundamentos Éticos da Cultura Brasileira.

Filosofia – João Ricardo Moderno – Temas Con-

ceitos de Filosofia (geral brasileira) e Teoria do Conhecimento.

Filosofia Política – Francisco Martiis de Souza – Temas – Fundamentos de Filosofia Política, Filosofia Política no Brasil, Semana de Arte Moderna, Integralismo e Família Brasileira, Fundamentos do Pensamento Brasileiro e Culturalismo.

Filosofia Política – Ives Gandra – Tema – Política Nacional.

Filosofia Política – Francisco Carlos Pereira Cascardo – Tema- O Tenentismo.

Filosofia da Religião – Marcela Maria Almeida Silva – Temas – Origem do Fenômeno Religioso e Cristianismo e Pensamento Brasileiro.

Física – Luiz Alberto Costa Cutrim – Tema O Foguete V2 e o desenvolvimento de Foguetes no Brasil.

Física – Reginaldo dos Santos- Tema – Avanços Tecnológicos na Aeronáutica.

Folclore – Frederico José Bérghamo de Andrade – Tema – Cultura Popular e Caráter Nacional.

Folclore – Joselauro Justa de Almeida Simões – Tema – História do Nordeste e do Cangaço.

Folclore – Fernando Bicudo – Tema - Folclore Brasileiro e Dança.

Geopolítica – Roberto de Oliveira Mafra – Tema – Geopolítica Brasileira.

Geopolítica – Paulo de Paula Mesiano – Tema – Amazônia Azul.

Geopolítica – Jesse Ribeiro da Silva – Tema – Aquífero Guarani.

Geopolítica – Afonso Farias de Souza Júnior - Tema - Desenvolvimento e Políticas Públicas na Amazônia.

Guerra – Euro Campos Duncan Rodrigues – Tema – Filme Senta a Pua.

Guerra – Amaro Soares de Oliveira Neto – Tema – Guerra do Paraguai.

Guerra – Luiz Alberto Costa Cutrim – Tema – Segunda Guerra Mundial e Presença Brasileira.

História – Antônio Edmilson Martins Rodrigues – Temas – Breve História do Brasil e História do Rio de Janeiro.

História – Paulo Raimundo Pereira Santos – Tema – Sentinelas da Liberdade – Hipólito da Costa, Cipriano Barata e Frei Caneca.

Metafísica – Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira – Tema – Metafísica no Brasil.

Música – Ricardo Cravo Albin – Tema – Música Popular no Brasil.

Música – Haroldo Belém – Tema – Música Erudita Brasileira.

Ópera – Fernando Bicudo – Tema – Ópera no Brasil.

Poesia e Literatura – Carlos Nejar – Tema – Poesia e Literatura Brasileira.

Sentido da Vida – Geraldo Bellocchio – Tema – Reflexões sobre Filosofia e Teologia.

Sociologia – Amaro Soares de Oliveira Neto – Tema – O Processo de Formação do Povo Brasileiro.

Sociologia – Jerônimo Moscardo – Tema – A Sociedade Brasileira.

A pedido do Presidente do CAER, Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, a Professora Catarina Labouré Madeira Barreto Ferreira, pedagoga da UNIFA elaborou um currículo mínimo do Curso do Pensamento Brasi-

leiro, o qual foi encaminhado, no dia 8 de dezembro, àquela douta Unidade de ensino da Aeronáutica para, posteriormente, o CAER enviá-lo à área Institucional da Educação, para oficializá-lo como Curso de Extensão do Ensino Superior.

Às 10h30, foi realizada a cerimônia de encerramento do Curso do Pensamento Brasileiro, para compor a mesa diretora foram convidados:

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista
Presidente do Clube de Aeronáutica

Ten Brig Ar Paulo Roberto Vilarinho
Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Prof Dr Francisco Martins de Souza
1º Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filosofia

Embaixador Jeronimo Moscardo
Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

Sra. Vera Tostes
Diretora do Museu Histórico Nacional

Após a abertura da sessão, pelo Presidente do CAER e o canto do Hino Nacional, a Sra. Maria Therezinha de Albuquerque foi convidada para ser oradora da 1ª Turma do Curso do Pensamento Brasileiro e, após, o Sr. Fernando Bicudo, em nome do Grupo de Estudos do Departamento Cultural.

Houve a outorga dos Certificados de AMIGO DO

CAER a 10 personalidades que prestaram Relevantes Ações pro Clube de Aeronáutica e a Diplomação dos 56 Concludentes do Curso.

Ao final da Reunião, o Cel Araken Hipólito da Costa, Diretor do Departamento Cultural, anunciou o início do Curso do Pensamento Brasileiro II em março de 2011 e numa prévia, informou sobre as visitas do Grupo de Estudos para o ano de 2011: Portugal, com os Cadetes da AFA e Amazônia no evento ACISO CULTURAL.

2011

Edições da Revista Aeronáutica:

29 - **274** jan/fev/mar

30 - **275** abril/maio/junho

Curso:

Abertura do Curso do Pensamento Brasileiro II – 2011

No dia 15 de março, terça-feira, às 10 horas, cerca de setenta pessoas estiveram presentes ao início do ano letivo no Clube de Aeronáutica, para a abertura do Curso de Pensamento Brasileiro II.

O Presidente do Clube, Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista convidou para compor a mesa diretora, o Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho – Diretor do INCAER, o Ten Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa – Presidente do Conselho Deliberativo do CAER e o Ten Brig Ar Márcio Callafange – 1º Vice-Presidente do CAER.

O Diretor do Departamento Cultural, Cel. Av.

Araken Hipólito da Costa, abriu a solenidade, após pedir a aprovação do Presidente e do Oficial General mais antigo da FAB, Ten Brig Ar Pedro Ivo Seixas, solicitando que todos cantassem o Hino Nacional Brasileiro sob a exibição de um DVD com imagens de aeronaves em sobrevoos.

Logo após, os presentes entoaram o cântico de Parabéns pelo aniversariante do dia, Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento. Lamentando que o Cel Capelão, do 3º COMAR não pudesse comparecer por ter sido agendada a sua ida à Brasília, apresentou mensagens de consternação e carinho a dois oficiais que recentemente despediram-se de nós por falecimento: Cel Av Sérgio Camisão Fialho Neto e o Maj Av Antônio Gonçalves Moreira Neto, participante do Curso do Pensamento Brasileiro e que apresentava o Cine Asa.

Após esses primeiros eventos, o Diretor Cultural fez uma breve exposição projetada, com o currículo do Curso do Pensamento Brasileiro II e passou a palavra para o Presidente.

Em suas palavras iniciais, o Presidente externou sua satisfação de realizar no Clube de Aeronáutica, um curso de importância pública, para militares e civis, dentre tantos, Oficiais Superiores das Três Forças Armadas e Doutores de Academias. Sente que assim sendo, participa, como um dos elos do pólo central de cultura do Comando da Aeronáutica, o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, INCAER.

Em sequência à palestra, o Sr. Fernando Bicudo, Diretor do Ópera Brasil, apresentou um recital de Música Clássica acompanhado ao piano pela Maestrina Eliara Pugina e os vocais dos virtuosos e obras que

seguem:

1. Habanera – Carmen (Bizet). Contra-tenor Fernando Portugal;
2. La donna è Mobile – Rigoletto (Verdi). Tenor Ivan Jorgensen
3. Sento Una Forza Indomita – Il Guarany (Carlos Gomes). Duo Tenor Ivan Jorgensen e Soprano Fátima Santana.
4. Ária da Rainha da Noite – A Flauta Mágica (Mozart). Soprano Fátima Santana.
5. Barcarole dos Contos de Hoffmann (Offenbach). Duo Soprano Fátima Santana e Contra-tenor Fernando Portugal.

Curso:

Programação do Curso do Pensamento Brasileiro II

Data, Temas e Professores:

15/03 – Abertura – Araken

22/03 – Brasil: História, Cultura e Memória – Antônio Edmilson

29/03 – Tropa de Elite – Cap Rodrigo Pimentel

05/04 – Poesia e Literatura Brasileira – Carlos Nejar

12/04 – Ópera no Brasil – Fernando Bicudo

19/04 – Música Erudita Brasileira – Ubirajara

26/04 – Introdução a Cultura Brasileira – Nelson Mello e Souza

03/05 – Cultura Ocidental ao Pensamento Filosófico Brasileiro – Ricardo Vélez

10/05 – Independência que veio do mar – Alte. Bittencourt

17/05 – Noel Rosa – Ernani Marones

- 24/05 – Filosofia Política no Brasil – Prof. Francisco Martins de Souza
- 31/05 – Cinema Brasileiro – Isabella Nicolas
- 07/06 – Relação entre a Igreja e o Estado – Vaticano – Mons. André Sampaio
- 14/06 – Guerra Fria e as consequências no Brasil – Ralph Zerkowisk
- 21/06 – Pensamento Político no Brasil após a 2ª Guerra Mundial – Prof. Francisco Martins de Souza
- 28/06 – História Urbana do Brasil – Antônio Edmilson
- 05/07 – O Ser e suas circunstâncias I – C. Frederico
- 12/07 – O Ser e suas circunstâncias II – C. Frederico
- 19/07 – A inserção do Brasil no mundo pós-crise econômica de 2008/2009 – Marcílio Marques Moreira
- 26/07 – Cristianismo e Educação Brasileira – Marcela Maria
- 06/09 – Geopolítica – Cadete Marcelo, Maia e Cel. Pedro (AFA)
- 13/09 – Passeio ao Espaço Cultural da Marinha, guiados pelo Alte. Bittencourt
- 20/09 – Cristianismo – Geraldo Bellocchio
- 27/09 – Formação Urbanista do Rio de Janeiro – Alex Nicolaeff
- 04/10 – A música na poesia brasileira de Artur da Távola – Vitorino e Jurema
- 11/10 – Conceito de Nação – Ives Gandra
- 18/10 – Pensamento Militar Brasileiro – Brig Cunha Frota
- 25/10 – Culturalismo – Prof. Francisco
- 03,04 e 05/09 – Viagem de Estudos à Amazônia
- 16/11 - Diplomação

Visita:

No dia 30 de agosto, o Departamento Cultural fez uma visita ao MUSAL, com o objetivo de registrar um

motor encontrado no fundo do mar, para futuramente ser a imagem da capa da Revista Aeronáutica, porém toda a visita foi registrada em fotos e o banco de imagens da revista ficou mais rico em imagens.

Componentes do grupo visitante:

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Rosana Guter Nogueira

Paula Araujo

Adriana Valdevino

Concurso:

O Olhar Aeroespacial – 1ª Mostra Audiovisual

No dia 01/07 entrou no ar, no site do Clube de Aeronáutica e em uma matéria no site da FAB (ver link <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=7519>), o Concurso O Olhar Aeroespacial.

O Clube da Aeronáutica – RJ (CAER-RJ), por intermédio de sua diretoria Cultural e por ocasião dos 70 anos de criação do então Ministério da Aeronáutica, hoje denominado Comando da Aeronáutica (COMAER), abrirá inscrições para o 1º Mostra Audiovisual sobre o mundo aeroespacial, entre os dias 01 de julho e 15 de setembro de 2011.

Poderão participar pessoas físicas, brasileiros natos ou naturalizados, assim como estrangeiros residentes no Brasil, cuja situação de permanência esteja devidamente legalizada.

O 1º, 2º e 3º lugar do concurso receberão, respectivamente, R\$ 5.000,00, R\$3.000,00 e R\$2.000,00 e os vídeos vencedores serão exibidos na Semana da Asa e no dia 22/11, no Curso do Pensamento Brasileiro.

VIAGEM À AMAZONIA

O Grupo de Estudos e o Curso do Pensamento Brasileiro fizeram uma Viagem de Estudo, nos dias 03, 04 e 05 de novembro, para a Amazônia. Segue abaixo o quadro de horário da viagem.

| Data | Local | Atividade |
|------------------------------------|-------------------|---|
| 03 Nov 11 5ª feira | COMGAR | Briefing Diário de Situação apresentado todos os dias a todos os oficiais do COMGAR as 13:15h |
| | DTCEA-SI Sinop | O DTCEA-SI está dotado com radar transportável e meios de telecomunicações e já foi deslocado 2 vezes para participar de operações. |
| | Vôo para BAPV | Seremos interceptados pelo Esqd GRIFO (2º/3º GAV) da BAPV |
| | BAPV jantar | Deverá estar havendo voos noturnos com NVG com os A-29. Visita e voo em aeronave AH-2 Sabre (MI-35 Russo) |
| 04 Nov 11 6ª feira | DESTAE-SG | Visitaremos o hangar do DESTAE-SG, verificando as ótimas instalações para apoio completo (administração, alimentação, hospedagem, transporte) para 2 UAE completas. |
| | PEF Maturacá | Participaremos de uma formatura vibradora com a reza da ORAÇÃO DO GUERREIRO DE SELVA, oração padrão em todas as OM do EB na Amazônia. Faremos também visita pelas instalações do PEF. |
| | BAMN | Desembarcaremos no novo terminal de passageiros do VII COMAR e seguiremos de ônibus, visitando o Destacamento de Suprimento e Manutenção – DSM, o ETA 7 (Brasília, Bandeirante e Caravan), o 1º/4º GAV (F-5EM), o 1º/9º GAV (Amazonas = Casa 295), o 7º/8º GAV (Black Hawk) e a nova Grupo AAAe - MN. |

Uma revoada de idéias

| | | |
|--------------------------------|----------------------|--|
| 05 Nov 11 Sá- bado | CINDACTA IV | Receberemos um brifim geral sobre o CINDACTA IV e visitaremos o ACC, COPM e Sala Técnica. |
| | CPBV – Ca- chimbo | Receberemos um brifim das capacidades e instalações do CPBV |
| | Esqd Hóspede | Nome dado as instalações do CPBV que recebem as UAE que para lá deslocam. Estas instalações que vamos visitar contam com todas as facilidades para os Esqd que lá operam (auditório, salas de brifim, Eqy, hangar para manutenção, área de lazer, refeitório, sanitários, além de todas as facilidades de comunicações (INTRAER, INTERNET, telefonia celular, etc... |

